



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL EM GEOGRAFIA UFPE/UESPI – DINTER

IRENE BEZERRA BATISTA

**O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA CIDADE
DE SÃO RAIMUNDO NONATO – PI**

RECIFE

2015

IRENE BEZERRA BATISTA

**O ENSINO SUPERIOR E A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE SÃO
RAIMUNDO NONATO – PI**

Tese apresentada à coordenação do Curso de Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para fins de obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá
Coorientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias.

RECIFE

2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

B333p Batista, Irene Bezerra.
O papel do ensino superior na dinâmica socioespacial da Cidade de São Raimundo Nonato – PI / Irene Bezerra Batista. – 2015.
137 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Alcindo José de Sá.
Coorientador : Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2015.
Inclui Referências e apêndices.

1. Geografia. 2. Ensino superior. 3. Espaço geográfico. 4. Dinâmica socioespacial. I. Sá, Alcindo José de (Orientador). II. Farias, Paulo Sérgio Cunha (Coorientador). III. Título.

918 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-277)

IRENE BEZERRA BATISTA

**O ENSINO SUPERIOR E A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE SÃO
RAIMUNDO NONATO – PI**

Tese apresentada à coordenação do Curso de Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para fins de obtenção do título de doutor.

APROVADA EM: 26/01/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alcindo José de Sá (Orientador)
Universidade Federal do Pernambuco

Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias (Coorientador – Examinador Externo)
Universidade Federal do Pernambuco

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pernambuco

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade (Examinador Externo)
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Antonio Carlos de Barros Correa (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pernambuco

Prof. Dr. Jan Bitoun (1º Suplente interno)
Universidade Federal do Pernambuco

Profa. Dra. Maria Tereza de Alencar (1º Suplente externo)
Universidade Estadual do Piauí

À Verônica e Edmilson Júnior (meus filhos amados) razão de minha vida, a João Gabriel, Luís Filipe e Ana Luísa (meus netos queridos), a meu marido Edmilson (*in memorian*), a meus pais Antônio e Aldenora (*in memorian*) aos quais devo tudo. Foram eles os grandes inspiradores e apoiadores de minha carreira acadêmica em nome dos quais dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais esta conquista;

A minha família: filhos, netos, irmãos e sobrinhos pelo apoio incondicional que direta ou indiretamente me fortaleceram na construção deste trabalho;

A meu orientador, Prof^o. Dr. Alcindo José de Sá, pela confiança depositada, pela seriedade, pelos ensinamentos e pelas fundamentais orientações na construção deste trabalho;

A meu coorientador, Prof^o. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias pelo apoio e paciência na leitura e crítica dos textos, pelas significativas orientações mostrando rumos e me instigando a avançar na construção da tese;

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos de Barros Correa pelas valiosas contribuições em nome de quem agradeço a todos os professores e professoras do doutorado;

A meu genro Cristiano Paes Landim pelo apoio e contribuição nas providências do material fotográfico;

A Universidade Estadual do Piauí pela oportunidade e investimento em minha qualificação profissional;

Ao Programa de Doutorado em Geografia - DINTER/UESPI/UFPE, a sua coordenação, pelo apoio recebido;

A meus colegas da Universidade Estadual do Piauí pela força e incentivo na condução do estudo;

A meus colegas de curso pela tolerância e companheirismo nos momentos de angústia;

A Andréa pela importante colaboração na formatação desta tese.

RESUMO

Este estudo fez uma reflexão sobre a dinâmica do espaço em sua relação com o ensino superior tomando como objeto de investigação a cidade de São Raimundo Nonato-PI. Nesta perspectiva, o referencial que nos deu sustentação teórica enfocou os conceitos de espaço geográfico (ou território usado), dinâmica socioespacial, ensino superior e configuração territorial. Procuramos, assim, responder a pergunta norteadora de nossa reflexão, ou seja: em que medida o ensino superior potencializa a dinâmica socioespacial da cidade de São Raimundo-PI? Em decorrência levantamos a hipótese de que o ensino superior nesta cidade é um atrativo que intensifica as relações interurbanas regionais, com convergência diária de fluxos populacionais dos pequenos municípios do entorno. Desse modo elegemos como objetivo principal analisar a dinâmica, as funções e os fluxos que expressam a relação ensino superior – dinâmica socioespacial nesta cidade. No âmbito do suporte metodológico, diferentes procedimentos foram utilizados de maneira articulada para viabilizar a elucidação do problema investigado. Assim, optamos pela abordagem qualitativo-interpretativa, que nos permitiu apreender os fenômenos a partir de sua descrição e interpretação penetrando com mais profundidade no contexto da cidade de São Raimundo Nonato. Fizemos o uso da entrevista semiestruturada, do método da observação livre, como também de fontes documentais fornecidas pelos órgãos detentores das informações pertinentes. Os resultados mostraram evidências indicando que a instalação das IES na cidade de São Raimundo Nonato fomentou a criação de um sistema de objetos relacionados aos segmentos imobiliários e da construção civil, como também fez surgir um significativo fluxo de estudantes que demandam por novas formas de consumo como: livros, material escolar, xérox, lazer, lanchonetes, hospedagem, moradia e transporte. Em razão disso, o espaço da cidade vai sendo transformado.

Palavras-chave: Espaço geográfico. Ensino superior. Dinâmica socioespacial.

ABSTRACT

In this study a reflection was made on the dynamics of space in relation to higher education taking as an object of research the city of São Raimundo Nonato-Piauí. From this standpoint, the theoretical reference which gave us support focused on the concepts of geographical space (or territory used), socio-spatial dynamics, higher education and territorial configuration the concepts of geographical space (or territory used), socio-spatial dynamics, higher education and territorial configuration. We sought to answer a central question of our reflection, that is: to what extent higher education enhances the socio-spatial dynamics of the city of São Raimundo Nonato, Piauí. As a result we raised the hypothesis that higher education in this city is an attraction that intensifies regional long distance relationships, with daily convergence of population flow from the small surrounding towns. Thereby, the main objective of this work is to analyze the dynamics, functions and flows that show the relationship of higher education and socio-spatial dynamics in this town. Under the methodological support, different procedures were used together to enable the elucidation of the problem investigated. So, the qualitative-interpretive approach was used which allowed us to capture the phenomena from their description and interpretation with more depth in the context of São Raimundo Nonato. Semi-structured interviews were used; along with the free observation method, as well as documentary sources provided by the institutions that hold the relevant information. The results showed evidence indicating that the installation of the Institutions of Higher Education in the city of São Raimundo Nonato fostered the creation of a system of objects related to real estate and civil construction as well as also the rise of a significant flow of students that demand new forms of consumption such as: books, school supplies, photocopies, leisure, snack bars, hosting, housing and transport. As a result the city space is being transformed.

Keywords: Geographical space. Higher education. Socio-spatial dynamics.

RESUMEN

Este estudio hizo una reflexión sobre la dinámica del espacio en su relación con la enseñanza superior tomando como objeto de investigación la ciudad de São Raimundo Nonato-PI. En esta perspectiva, el referencial que nos dio sustentación teórica enfocó los conceptos de espacio geográfico (o territorio usado), dinámica socioespacial, enseñanza superior y configuración territorial. Por lo tanto, buscamos responder a la pregunta orientadora de nuestra reflexión, o sea: ¿en qué medida la enseñanza superior potencia la dinámica socioespacial de la ciudad de São Raimundo Nonato-PI? En consecuencia, planteamos la hipótesis de que la enseñanza superior en esta ciudad es un atractivo que intensifica las relaciones interurbanas regionales, con convergencia diaria de flujos poblacionales de los pequeños municipios del entorno. De ese modo, elegimos como objetivo principal analizar la dinámica, las funciones y los flujos que expresan la relación enseñanza superior – dinámica socioespacial en esta ciudad. En el ámbito del soporte metodológico, diferentes procedimientos fueron utilizados de manera articulada para viabilizar la elucidación del problema investigado. Así, optamos por el abordaje cualitativo-interpretativo, que nos permitió aprehender los fenómenos por intermedio de su descripción e interpretación penetrando con más profundidad en el contexto de la ciudad de São Raimundo Nonato. Hicimos el uso de la entrevista semiestructurada, del método de la observación libre, así como de fuentes documentales fornecidas por los órganos poseedores de las informaciones pertinentes. Los resultados mostraron evidencias indicando que la instalación de las IES en la ciudad de São Raimundo Nonato fomentó la creación de un sistema de objetos relacionados a los segmentos inmobiliarios y de la construcción civil, como también hizo surgir un significativo flujo de estudiantes que demandan por nuevas formas de consumo como: libros, material escolar, fotocopia, ocio, cafeterías, hospedaje, vivienda y transporte. En consecuencia, el espacio de la ciudad va siendo cambiado.

Palabras claves: Espacio geográfico. Enseñanza superior. Dinámica socioespacial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização do município de São Raimundo Nonato-PI....	25
Figura 2 -	Microrregião de São Raimundo Nonato.....	44
Figura 3 -	Grupo Escolar Padre Domingos da Conceição na década de 1950.....	55
Figura 4 -	Igreja Matriz da cidade de São Raimundo Nonato.....	99
Figura 5 -	(A e B)Sítios Arqueológicos.....	101
Figura 6 -	Visão panorâmica da cidade de São Raimundo Nonato...	103
Figura 7 -	Espaço urbano de São Raimundo Nonato.....	105

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 -	Campus da UESPI.....	94
Foto 2 -	Campus da UESPI em São Raimundo Nonato-PI.....	106
Foto 3 -	Prédios alugados (para alunos e professores) no centro da cidade.....	106
Foto 4 -	Campus da UNIVASF.....	108
Foto 5 -	Instituto Federal do Piauí da cidade de São Raimundo Nonato.....	110
Foto 6 -	Prédio de apartamentos no centro da cidade.....	113
Foto 7 -	Avenida dos estudantes a noite.....	114
Foto 8 -	Novas vias de acesso.....	114
Foto 9 -	Novas construções residenciais e expansão da cidade.....	115
Foto 10 -	Novas construções residenciais e expansão da cidade.....	116
Foto 11 -	Expansão da cidade na direção da UNIFASF e IFPI (setor 03).....	116

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Zonas Fisiográficas do Piauí.....	39
Mapa 2 -	Microrregiões Homogêneas do Piauí.....	40
Mapa 3 -	Mesorregiões Geográficas do Estado do Piauí.....	41
Mapa 4 -	Mesorregião Geográfica do Sudoeste Piauiense.....	42
Mapa 5 -	Espacialização das primeiras instituições de ensino superior em território brasileiro.....	68
Mapa 6 -	Faculdades isoladas criadas no período de 1891 a 1914..	70
Mapa 7 -	Municípios sede de campi da Universidade Federal do Piauí.....	87
Mapa 8 -	Primeiros campi da Universidade Estadual do Piauí.....	90
Mapa 9 -	Expansão da Universidade Estadual do Piauí.....	92
Mapa 10-	Estados de origem dos professores.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Exportação de Maniçoba do Piauí (em quilos): Municípios fora do eixo do rio Parnaíba.....	37
Tabela 2 -	Municípios desmembrados do Território de São Raimundo Nonato – PI.....	45
Tabela 3 -	Produção Agrícola em Toneladas.....	49
Tabela 4 -	Evolução da rede de ensino em São Raimundo Nonato..	58
Tabela 5 -	Instituições de Ensino Superior Públicas.....	58
Tabela 6 -	Instituições de Ensino Superior Privadas.....	59
Tabela 7 -	Primeiras Universidades e ano de criação.....	74
Tabela 8 -	Ampliação do Ensino Superior Universitário e Não universitário.....	78
Tabela 9 -	- Evolução do número de instituições públicas e privadas de ensino superior no Brasil, 1990- 2000.....	81
Tabela 10-	Ingressantes por Estado – Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial.....	109
Tabela 11-	Produtos e serviços mais consumidos pelos alunos das IES em São Raimundo Nonato-PI.....	118
Tabela 12-	Tipo de moradia utilizada pelos alunos.....	119
Tabela 13-	Gasto mensal dos alunos com moradia em São Raimundo Nonato-PI.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CESP	Centro de Ensino Superior
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FADEP	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí
FAFI	Faculdade Católica de Filosofia do Piauí
FUMDHAM	Fundação Museu do Homem Americano
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPI	Instituto Federal de Ensino
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAM	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Piauí
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A FORMAÇÃO TERRITORIAL E A CONSTITUIÇÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI COMO POLO REGIONAL: PECUÁRIA, EXTRATIVISMO COMÉRCIO E EDUCAÇÃO	30
2.1	São Raimundo Nonato no contexto da produção do espaço piauiense	33
2.2	A Mesorregião Sudoeste Piauiense	41
2.3	O Território de São Raimundo Nonato e sua polarização regional: o contexto histórico, socioeconômico e educacional	43
2.3.1	O contexto histórico e socioeconômico	43
2.3.2	O contexto educacional	50
3	A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO NO CONTEXTO DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E NO PIAUÍ	61
3.1	O percurso do ensino superior no Brasil e no Piauí	62
3.2	Período de 1808 a 1889	64
3.3	Primeira República (1889 – 1930).....	68
3.3.1	O Surgimento da Universidade no Brasil.....	72
3.4	Segunda República – de 1945 até 1964	74
3.4.1	O período 1964 – 1980.....	76
3.4.2	O período 1980 e 1990.....	79
3.5	O Ensino Superior no Piauí	82
3.5.1	Faculdade Católica de Filosofia do Piauí	85
3.5.2	A Universidade Federal do Piauí	86
3.5.3	Universidade Estadual do Piauí e o Ensino Superior na cidade de São Raimundo Nonato	88
4	O ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO E A DINÂMICA SOCIOESPACIAL	96
4.1	A Maniçoba em São Raimundo Nonato	98
4.2	As descobertas Arqueológicas	100

4.3	A leitura do espaço da cidade de São Raimundo Nonato-PI a partir da implantação do ensino superior	104
4.3.1	Distribuição espacial e caracterização das IES públicas.....	104
4.3.2	Os diferentes olhares sobre as mudanças	112
4.4	A reafirmação da cidade de São Raimundo Nonato como polo regional	120
5	CONCLUSÃO	122
	REFERÊNCIAS.....	125
	APÊNDICES	130
	APÊNDICE A - ENTREVISTA APLICADA AOS CORRETORES DE IMÓVEIS.....	131
	APÊNDICE B - ENTREVISTA APLICADA AOS PROPRIETÁRIOS DE CONSTRUTORA.....	132
	APÊNDICE C - ENTREVISTA APLICADA AOS PROPRIETÁRIOS DE RESTAURANTES.....	133
	APÊNDICE D - ENTREVISTA COM OS GESTORES DAS UNIVERSIDADE.....	134
	APÊNDICE E - ENTREVISTA COM OS PROFESSORES.....	135
	APÊNDICE F - ENTREVISTA PARA SER APLICADA COM OS ALUNOS.....	136

1 INTRODUÇÃO

O Papel do ensino superior na Dinâmica Socioespacial da Cidade de São Raimundo Nonato consistiu no objeto de estudo desta pesquisa. Elegemos a cidade de São Raimundo Nonato como recorte espacial, pelo significado que a educação sempre teve/tem no processo de produção/reprodução de seu espaço. De acordo com Dias (2001, p. 75), “São Raimundo Nonato, apesar de plantado em sertão bruto, sempre cuidou da educação de sua juventude. Mesmo antes de escolas que as pesquisas apontam como sendo as mais antigas, existiram colégios que se destacaram.” Ressaltamos, porém, que não existe registro formal que dê conta da regularidade dessas escolas.

Com efeito, estudar o espaço da cidade de São Raimundo Nonato significou refletir sobre uma realidade do extremo sul do Estado do Piauí com peculiaridades próprias, cujo desvelamento por meio da leitura geográfica é um exercício que vai além da lógica do senso comum. Foi uma caminhada com suporte no pensamento crítico reflexivo que não aceitou como certo o que era conhecido.

Assim, tratar da dinâmica da cidade de São Raimundo Nonato em sua relação com o ensino superior constituiu-se, desde o início em um desafio. Primeiro, porque, a incursão que fizemos na busca de referências para dar suporte a este estudo nos colocou frente à constatação de que a relação do par educação/dinâmica socioespacial tem sido pouco explorada no âmbito das pesquisas em geografia, por isso são raros os estudos voltados para analisar questões dessa ordem. Segundo, pela complexidade das relações envolvidas no movimento dessa cidade, estabelecendo-se como uma realidade concreta, cujo significado para ser descortinado pelo olhar da Geografia exigiu que fosse apreendida na totalidade. Para isso, inicialmente partimos de uma reflexão sobre os sentidos de espaço geográfico.

A noção de espaço palco da atividade do homem foi quase unanimidade entre os pensadores da geografia durante muito tempo (predominantemente no âmbito da chamada Geografia Tradicional), ou seja, espaço local de realização das atividades do homem que habita o planeta. “A própria palavra ‘geográfico’ é usada comumente como sinônimo de localização, desprendida do conteúdo e resumida a uma aparência. Mesmo porque o *localizar-se* em algum lugar do espaço traz em si a ideia de conteúdo social” (CARLOS, 2011, p.59).

Olivier Dolfuss desenvolveu a noção de espaço geográfico apoiado na ideia de que cada um dos pontos do espaço está localizado na superfície da Terra. Por isso quando se interroga sobre a natureza do espaço geográfico assim se expressa:

O espaço geográfico é um espaço localizável, concreto, 'banal' segundo a expressão do economista François Perroux. Se cada um dos pontos do espaço é susceptível de ser localizado, o que importa é sua situação relativamente a um conjunto no qual se inscreve e as relações por ele mantidas com os diversos meios de que faz parte. Tal como o espaço dos matemáticos ou como os dos economistas, o espaço geográfico se faz e evolui a partir de conjuntos de relações: essas relações, entretanto, se estabelecem no interior de um quadro concreto: o da superfície da Terra. (DOLFUSS, 1978, p. 7-8)

Para ele, o espaço geográfico é um espaço localizável e susceptível de ser cartografado. Por isso, a geografia tem na representação cartográfica um dos seus modos de expressão que lhe permite situar os fenômenos e esquematizar os componentes do espaço conforme a escala escolhida e as referências adotadas.

Identificou também no espaço geográfico a característica de mutabilidade e diferenciação com expressão visível na paisagem. É um espaço recortado, subdividido, mas sempre em função do ponto de vista segundo o qual o consideramos. Também é fracionado em que os elementos se apresentam desigualmente solidários uns aos outros.

Segundo Carlos (2011), a superação da noção de espaço como localização dos fenômenos para a de "espaço social" é um marco de grande expressividade na história do pensamento geográfico, e, sobretudo, em direção à compreensão do mundo por meio da geografia, nos dando a possibilidade de pensar na passagem de uma concepção a outra, como momento de transformação da realidade.

Do ponto de vista da Geografia significa um novo horizonte que se abre na mudança do enfoque, uma vez que o foco privilegiado não é mais a simples localização das atividades dos grupos humanos no espaço, mas "a análise do conteúdo das relações que os constituem enquanto tal, como movimento do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço em seus conteúdos sociais" (CARLOS, 2011, p. 53).

Para Lefebvre (2000), o espaço é social, logo, produto das relações sociais de produção e reprodução, ao mesmo tempo, que se materializa no suporte para que as relações sociais aconteçam. O início de tudo é o espaço-natureza (físico), que no

processo de sua transformação se distancia do original, primeira natureza, sem, contudo, deixar de ser à base do processo social, fonte e recurso, matéria prima onde operam as forças produtivas de sociedades diversas para produzir seu espaço. Por conseguinte,

O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência: [...] ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto (LEFEBVRE, 2000, p. 66).

Como um produto social, não pode ser resumido ao espaço físico, embora este, enquanto natureza seja a base sobre a qual o homem com seu trabalho imprime transformações. É o espaço da vida social, e na medida em que revela ações passadas, também permite, sugere e impede ações. Lefebvre sustenta “que a natureza cria e não produz; ela oferece recursos a uma atividade criadora e produtiva do homem social” (LEFEBVRE, 2000, p. 64).

Em decorrência desta concepção de espaço conforme Corrêa (2000), os geógrafos que adotaram o materialismo histórico e dialético como paradigma, passaram a partir da década de 1970, a construir proposições sobre o espaço geográfico, buscando no pensamento de Lefebvre a fonte de inspiração para suas formulações.

Com esse olhar podemos dizer que o homem, por meio das atividades que realiza sobre a natureza, cria, recria e transforma a realidade. Nesse processo, enquanto humaniza a natureza pelo trabalho, humaniza-se também. Essa ideia foi discutida com profundidade na obra de Santos (2012), ao identificar o homem como um ser ativo, que realiza atividades sobre o meio em que vive para suprir suas necessidades e criar condições para a manutenção da espécie. Essa atividade material é denominada por Santos de ação humana, e toda ação humana é trabalho e todo trabalho é geográfico. Desse modo, complementa:

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. (SANTOS, 2012, p.96-97).

Assim, o espaço geográfico é intencionalmente construído como um rearranjo que o indivíduo faz da natureza numa extensão de sua esfera de ação e de sua maneira de ser enquanto homem. É, portanto, o espaço de vivências onde as relações socioespaciais se estabelecem movidas pela ação transformadora dos homens. “É espaço de civilidade, de tolerância, de convívio entre estranhos que sabem suportar minimamente o peso da diferença do outro ser” (SÁ, 2009, p. 26).

Silva (1986) identificou o espaço como primeira categoria do pensamento geográfico, no contexto da qual outras categorias, como lugar, área, região, território, paisagens se incluem, sendo por ele concebido como resultado do ato da produção. Nessa forma de conceber o espaço destaca a existência de um espaço anterior ao produzido, este, por sua vez, só adquire essa característica a partir do espaço existente, logo, da transformação do espaço anterior. “Este último pode ser a própria natureza ou o espaço já humanizado, retransformado” (SILVA, 1986, p. 32).

Conforme o autor (op. cit.), produção do espaço e espaço produzido se expressam como dois momentos diversos de uma mesma sequência: *processo e estrutura*. Por meio do trabalho, o espaço existente anteriormente é modificado, o resultado dessa modificação é o espaço produzido que repercute sobre o anterior. Isso significa que processo e estrutura se interpenetram na medida em que o processo determina a estrutura que se volta sobre o processo.

Um modo de produção implica, assim, um espaço organizado. Enquanto perdura o modo de produção, esse espaço é reproduzido estruturalmente, e como tal repercute sobre o processo de sua reprodução. A passagem de um modo de produção a outro toma como ponto de partida o espaço existente já estruturado. [...]. (SILVA 1986, p. 32).

Corrêa (1996) lembrou-nos que o espaço social não atua passivamente no processo de sua constante organização e reorganização pelo homem, há que se observar componentes dos recursos naturais que é um diferencial. Estes, no entanto, só adquirem significado se considerados em um contexto social. É, portanto, a ação humana que gera a organização do espaço originando forma, movimento e conteúdo de natureza social sobre o mesmo.

Nessa direção enfatizou que a produção do espaço “é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos

entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2011, p.43). Assim, os agentes sociais da produção do espaço, se inserem na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista, e, a partir de seus interesses, materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído. Afirmo o autor que “processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento” (CORRÊA, 2011, p. 44).

Corrêa analisou a dinâmica da organização/produção do espaço a partir da interrelação entre os elementos, agentes sociais, processos sociais e processos espaciais. Na sociedade capitalista, os agentes sociais, representados pelos proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os proprietários imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, materializam os processos sociais que se projetam sobre o espaço.

Desse modo, “entre processos sociais, de um lado, e organização do espaço, de outro, aparece um elemento mediatizador, os *processos espaciais*, que são necessariamente de natureza social” (CORRÊA, 1996, p. 32 grifo do autor). Conforme o autor, os processos espaciais se estabelecem ao longo do tempo em consequência da ação de agentes sociais. Estes atuam gerando localizações, realocações e permanência de atividades e do homem sobre o espaço, a exemplo da concentração, dispersão e segregação.

Ampliando a noção de espaço geográfico encontramos um vasto desenvolvimento a partir da obra de Milton Santos por se constituir um marco no âmbito do pensamento geográfico. Inicialmente, fortemente influenciada por Karl Marx e Henri Lefebvre. (SPOSITO, 2004).

Dentre as contribuições de sua ampla obra, o estabelecimento do conceito de formação socioespacial é fundamental para se compreender a dinâmica do espaço. Segundo (CORRÊA, 2000), é um conceito derivado do conceito de formação socioeconômica e submetido a intenso debate na década de 1970. Santos (1977), apud Corrêa (2000, p.26), “afirma não ser possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem se recorrer ao espaço”. Segundo ele, modo de produção, formação socioeconômica e espaço são categorias interdependentes. Esclarece, portanto, que a materialização dos modos de produção só se concretiza sobre uma base territorial historicamente determinada. Por outro lado, as formas espaciais expressam uma linguagem dos modos de produção.

O conceito de formação socioespacial ou formação espacial conforme Corrêa (2000) tem o mérito de evidenciar teoricamente a indissociabilidade sociedade/espço. Ou seja, explicitar que uma dada sociedade só se concretiza por meio de seu espaço, o espaço que ela produz e, este, por sua vez, só se torna passível de compreensão através da sociedade. Dessa forma, sociedade e espaço não são categorias separadas para serem reunidas depois, trata-se, portanto, de formação socioespacial. Semelhantemente Moreira explicitou: “o arranjo espacial geográfico é a *expressão fenomênica* do ‘modo de socialização’ da natureza e dos termos de sua configuração em formação econômico-social. Por esta razão, o espaço organizado é uma *formação socioespacial*” (MOREIRA, 1996, p. 38, grifo do autor).

Nesta linha de raciocínio admitimos que a formação socioespacial possa ser considerada como uma meta-conceito, um paradigma, que contém e está contida nos conceitos-chave, de natureza operativa, de paisagem, região, espaço (organização espacial), lugar e território (CORRÊA, 2000, p. 27).

Enriquecendo o debate, Santos (1997) pontua que o estudo do espaço envolve apreender sua relação com a sociedade, considerando que é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos – tempo e mudança. Destacou que o espaço deve ser estudado por meio das categorias: forma, função, processo e estrutura.

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. Função, [...] sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a interrelação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. (SANTOS, 1997, p. 50)

Isso posto podemos inferir que para apreender a organização espacial de uma dada sociedade, em um determinado momento, bem como sua dinâmica espacial, é necessário que as quatro categorias sejam consideradas conjuntamente.

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades

parciais, limitadas, do mundo. Consideradas em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1997, p. 52)

Sposito (2004) fez algumas observações que consideramos pertinentes destaca-las. Para ele, além da proposta de identificar o espaço como objeto da geografia, Santos também teve seu interesse voltado para a ‘união espaço-tempo’ e com o papel do lugar nas preocupações dos geógrafos. Adverte, ainda, que para se discutir o espaço é preciso, inicialmente, defini-lo.

Santos (2008) ponderou que o surgimento da técnica no transcurso da história da humanidade propiciou a substituição dos objetos naturais por objetos fabricados, objetos técnicos, que ao longo da história imprimiram na natureza um conteúdo altamente técnico, fazendo com que ela artificializada tenda a funcionar como uma máquina. A partir desse contexto, em sua definição de espaço afirma: “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se da” (SANTOS, 2002, p.63).

Esta concepção de espaço mostrou a lógica integradora entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações revelando ao mesmo tempo a lógica da história passada e a lógica da realidade presente, logo, seu funcionamento e sua significação. Por ser um ato próprio do homem a ação se realiza movida por suas necessidades materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas. Por conseguinte, toda ação humana requer como condição primeira o espaço para que ela possa se dá.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2002, p.63).

Para Santos (2002) há quem distinga os objetos das coisas, estas são produtos da natureza, ao passo que os objetos são resultados de uma elaboração social, isto é, produto do mundo exterior elaborado pelo homem através do trabalho. Lembra o autor que na atualidade, cada vez mais, as coisas tendem a ser objetos, uma vez que as próprias coisas, dadas pela natureza, na medida em que passam a ser “utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam,

também, a ser objetos”. (p. 65). É dessa forma que a natureza, por meio, da ação intencional do homem se transforma em um “verdadeiro sistema de objetos”.

Em sua análise dos sistemas de objetos identificou também o objeto como aquilo que se utiliza na vida cotidiana, não se limitando, porém, ao quadro doméstico, (uma casa, uma usina hidroelétrica, uma cidade, um campo) ultrapassando-o. Ressaltou que a criação de objetos expressa as condições sociais e técnicas de um dado momento histórico.

Os objetos se mostram em dois níveis de complexidade: como funcional e como estrutural. A complexidade funcional se relaciona com a diversidade de funções que podem ser reunidas no seu uso. A complexidade estrutural diz respeito a variedade do conjunto de seus elementos, isto é, “quanto mais estruturalmente complexo é um objeto, mais eficaz e rapidamente oferece uma resposta adequada” (SANTOS, 2002, p. 69).

Os sistemas de ações aos quais Santos se referiu envolvem os homens, enquanto seres da ação agindo sobre si mesmos, sobre os outros e de modo geral sobre as coisas que fazem parte da vida na Terra. A ação se manifesta pelo ato, que expressa um comportamento orientado para finalidades pré-determinadas, tendo em vista que só o homem tem ação, só ele tem objetivo, finalidade. Essas ações não se restringem aos indivíduos, elas também se estendem sobre as empresas e as instituições, mas os propósitos que envolvem as ações só os indivíduos são dotados da capacidade de realizá-los.

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas. (SANTOS, 2002, p. 82-83).

Santos (2008) lembrou que sendo o espaço a soma indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações, “nem sistemas de objetos apenas, nem sistemas de ações apenas, mas sistemas de objetos que influenciam sistemas de ações, sistemas de ações que influenciam sistemas de objetos, cuja soma e interação nos dão o espaço total” (p. 94). Alerta também que no momento histórico atual marcado pela técnica, ciência e informação as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar.

Dessa forma, a interferência do homem comum na escolha das ações que vão ser realizadas é muito limitada. Os grandes decididores das ações, aqueles que vão escolher aquilo que vai ser difundido, realizado, são os governos, as empresas, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias, os chefes religiosos, dentre outros (SANTOS 2008). Contudo, acrescenta:

Objetos não agem, mas, sobretudo no período histórico atual, podem nascer predestinados a certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos dando-lhes um sentido. Mas hoje, os objetos 'valorizam' diferentemente as ações em virtude de seu conteúdo técnico. Assim, considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente não dá conta da sua realidade histórica. Uma geografia social deve encarar de modo uno, isto é, não separado objetos e ações 'agindo' em concerto (SANTOS, 2002, p. 86).

Em razão disso, objetos e ações são expressões da capacidade criativa do homem sobre a face da Terra, constituindo-se, portanto, a manifestação das relações sociais na tessitura dessas relações.

Foi nesse contexto teórico que a pesquisa sobre **o papel do ensino superior na dinâmica socioespacial da cidade de São Raimundo Nonato-PI** ganhou relevância. Essa cidade, situada no sul do Piauí (mapa 01), caracteriza-se como um centro urbano, que na condição de sede do município polo da microrregião do mesmo nome concentra as atividades comerciais, disponibilizando uma diversidade de serviços, posicionando-se como centro financeiro da região. No âmbito do conjunto de atividades, o setor de educação, especialmente o Ensino Superior, é destacado fazendo com que a cidade de São Raimundo Nonato também se torne um importante polo de atração educacional.

Figura 1 - Localização do município de São Raimundo Nonato – PI



Fonte: Google Maps

Consideramos que a pesquisa justificou-se por acreditarmos que ela ofereceu uma parcela de contribuição para o debate teórico atual sobre as dinâmicas socioespaciais potencializadas pelo ensino superior, bem como sugeriu alguns elementos que poderão contribuir na implementação de políticas de desenvolvimento urbano em São Raimundo Nonato-PI. Para isso procuramos responder aos questionamentos que serviram de base para a problematização do tema:

- Em que medida o ensino superior potencializou/potencializa a dinâmica socioespacial da cidade de São Raimundo Nonato e reafirma as suas relações interurbanas?
- Qual a contribuição dos serviços de educação na constituição do território de São Raimundo Nonato?
- Que aspectos contextuais contribuíram/contribuem para a instalação e manutenção do ensino superior na cidade de São Raimundo Nonato?
- Que relações são estabelecidas entre a cidade de São Raimundo Nonato, o ensino superior e as demais cidades do entorno?

A tese aqui defendida foi a de que o ensino superior na cidade de São Raimundo Nonato é um atrativo que intensifica as relações interurbanas regionais, com convergência diária de fluxos populacionais dos pequenos municípios do entorno. Destaque-se que esse movimento também exerce forte influência na

dinamização da economia. Portanto, foi possível afirmar que o funcionamento do ensino superior em São Raimundo Nonato atrai pessoas de toda região sul do Piauí, das cidades do entorno e também de outros estados do país. Em função disso, houve um aumento significativo dos seus fixos e fluxos refletindo na dinâmica socioespacial dessa cidade e reafirmando sua posição de polo regional.

Nossa afirmação apoiou-se no pensamento de Santos (2001), que ao fazer alusão à dinâmica do espaço assim se expressou: “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar” (SANTOS op. cit. p. 61).

Isso posto interessou-nos sobremaneira, analisar a dinâmica, as funções e os fluxos que expressam a relação do ensino superior com a dinâmica socioespacial da cidade de São Raimundo Nonato. A partir desse objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: discutir sobre a constituição do território de São Raimundo Nonato, as características socioeconômicas e educacionais que definiram sua posição de polo regional; analisar as condições contextuais que propiciaram a instalação do ensino superior na cidade de São Raimundo Nonato; analisar as transformações socioespaciais no espaço urbano de São Raimundo Nonato, a partir do funcionamento do Ensino Superior.

Em consonância com os objetivos propostos, o estudo sugeriu como suporte metodológico procedimentos diversos, que foram utilizados de forma articulada buscando elucidar as questões problematizadas. Nessa perspectiva, optamos pela abordagem qualitativo-interpretativa porque esse tipo de abordagem permite a captação dos aspectos específicos dos dados e acontecimentos no contexto em que ocorrem (CHIZZOTTI, 1998). Dessa maneira, procuramos apreender os fenômenos a partir de sua descrição e interpretação mergulhando no contexto do espaço urbano de São Raimundo Nonato-PI.

O passo inicial consistiu na revisão da literatura que fundamentou teoricamente o estudo e nos permitiu fazer a articulação com as evidências empíricas que a investigação constatou. Nessa direção, esclarecemos que o marco teórico que deu sustentação a esta pesquisa, possui alguns conceitos estruturadores como os de espaço geográfico (ou território usado), dinâmica socioespacial, configuração territorial e região polarizada. Assim, partimos para analisar as

evidências empíricas que mostraram a relação do ensino superior com o movimento do espaço urbano de São Raimundo Nonato-PI.

O passo seguinte foi o levantamento de dados e informações utilizando fontes documentais de instituições públicas e privadas tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato, Instituições de ensino superior pública, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) e Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM. Com relação a essas fontes foram utilizadas tanto a documentação impressa quanto a disponibilizada em *sítes da Web*.

Complementando essa etapa realizamos a observação direta que identificou a espacialização das instituições de ensino superior revelando as relações socioespaciais estabelecidas, nos permitindo fazer a interpretação do significado desse movimento nas transformações do espaço urbano de São Raimundo Nonato. A observação permite que o observador chegue mais perto do fenômeno da investigação, possibilitando captar o significado da realidade que o cerca, propiciando com isso, a coleta de dados em situações onde é impossível outras formas de comunicação (ANDRÉ; LUDKE, 1986).

Ainda nessa fase foi feito o levantamento de todas as instituições públicas estaduais e federais sediadas em São Raimundo Nonato, que ao lado das IES contribuem para confirmar o importante papel de polo regional desta cidade. Foi realizado também o levantamento fotográfico de fixos (apartamentos de estudantes, residências, vias de acesso, espaço de lazer e outros) surgidos pela demanda de estudantes que passaram a residir na cidade a partir do ano 2000.

Junto aos atores sociais, a coleta de dados e informações foi realizada com 43 informantes, divididos em dois grupos, que direta ou indiretamente têm suas ações atingidas pelos reflexos do desenvolvimento do ensino superior na cidade de São Raimundo Nonato. Desse modo, o primeiro grupo foi composto por 02 donos de restaurantes, 02 corretores imobiliários, 02 representantes da construção civil e 30 alunos (sendo 10 de cada instituição). Esses informantes foram selecionados aleatoriamente, tendo como critério a disponibilidade no fornecimento dos dados.

O segundo grupo constituído pelos 03 gestores das instituições de ensino superior públicas, 03 professores (um de cada instituição), e 01 professora aposentada da rede pública de ensino (com ampla vivência na cidade de São Raimundo Nonato), foi escolhido intencionalmente em função dos vínculos

existentes com o ensino superior. O levantamento dos dados ocorreu mediante a entrevista semiestruturada para que os entrevistados expressassem livremente seus posicionamentos sobre as questões formuladas.

Esse tipo de entrevista se desenvolve a partir de um esquema básico, sem rigidez no processo de aplicação, oportunizando o entrevistador a fazer as necessárias adaptações. As questões, segundo Rosa e Arnoldi (2008, p.p. 30-31),

Deverão ser formuladas de forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados. [...] Seguem uma formulação flexível, e a sequência e as minúcias fica por conta dos discursos dos sujeitos e da dinâmica que acontece naturalmente.

A escolha desse instrumento para coleta de dados justificou-se pelas seguintes razões: segundo André e Ludke (1986), há uma atmosfera de influência recíproca, uma relação de interação entre quem pergunta e quem responde; permite que o entrevistado discorra sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém; possibilita a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

Com base nos objetivos definidos, elaboramos os roteiros de entrevistas (Apêndices A, B, C, D, E, F) e realizamos o levantamento dos dados incluindo-se a aplicação das entrevistas no percurso dos anos de 2013 e 2014. Para isso visitamos cinco vezes a cidade de São Raimundo Nonato. O trabalho de campo possibilitou a constatação *in loco* das relações mais expressivas entre o ensino superior, a dinâmica socioespacial da cidade de São Raimundo Nonato, bem como as interações daí decorrentes com as cidades do entorno. Por último, fizemos a organização e a análise de todos os dados, culminando com a redação final do estudo. Acreditamos ter desenvolvido uma metodologia adequada para alcançar o objetivo principal desta pesquisa, qual seja: a proposição de explicitar as relações entre o ensino superior e a dinâmica socioespacial da cidade de São Raimundo Nonato-PI.

O estudo foi organizado em três capítulos. O primeiro capítulo discutiu a formação do território de São Raimundo Nonato na perspectiva de *território usado* (SANTOS, 2001, grifo nosso), resgatou inicialmente os conceitos de território, em seguida fez uma releitura das diversas formas de organização do espaço piauiense onde destacou a posição de São Raimundo Nonato em cada uma delas. Ainda na

discussão da constituição do território ressaltou os aspectos que definiram/definem a posição de polo regional desta cidade.

O segundo capítulo tratou da instalação do ensino superior na cidade de São Raimundo Nonato enfocando de início a trajetória desse segmento de ensino no Brasil e no Piauí. Procurou focar as políticas de expansão da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), bem como as condições contextuais que permitiram tanto sua instalação como a da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), do Instituto Federal de Ensino (IFPI) e das instituições de ensino privadas na referida cidade.

O terceiro capítulo analisou as transformações socioespaciais promovidas pela implantação do ensino superior no espaço urbano de São Raimundo Nonato-PI, identificou os principais elementos (os fixos) que possibilitaram a formação dos fluxos, destacando nesse processo as interações interurbanas entre São Raimundo Nonato e as cidades do entorno, expressando o fortalecimento de sua posição de polo regional.

Concluindo, tecemos considerações finais com a retomada do objeto de estudo a partir da problemática de investigação, hipótese/tese e objetivos, com a finalidade de relacioná-los ao processo de pesquisa, buscando aproximar a realidade empírica observada, e teorias no processo de interpretação da relação ensino superior e dinâmica socioespacial, que apontou para os resultados alcançados. Por último, avaliamos o trabalho realizado na expectativa de ter contribuído para a construção de um referencial teórico que possa ser utilizado em outros estudos acerca da cidade de São Raimundo Nonato e realidades semelhantes.

2 A FORMAÇÃO TERRITORIAL E A CONSTITUIÇÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI COMO POLO REGIONAL: PECUÁRIA, EXTRATIVISMO COMÉRCIO E EDUCAÇÃO.

O presente capítulo tratou da formação do território de São Raimundo Nonato a partir de uma perspectiva histórica evidenciando, sobretudo, os processos político-econômico e educacional estabelecidos no espaço historicamente constituído, logo, *território usado* (SANTOS 2012). Procuramos no âmbito dos desdobramentos dos estudos sobre território efetuados no Brasil, fazer, de forma breve, algumas considerações acerca do conceito de *território*, enquanto categoria de análise da Geografia conforme o pensamento de Saquet (2007), Haesbaert (2012), Santos (2012).

Os estudos sobre o *território* passaram a ser preocupação da Geografia desde os tempos mais remotos de sua constituição como ciência. Precisar e conceituar teórico e metodologicamente o que venha a ser *território* através de um significado esclarecedor, que realmente dê conta das ideias fundamentais que o envolve, tem sido uma busca incansável daqueles que se dedicam aos estudos de aprofundamento dessa importante categoria de análise.

Saquet (op. cit.) ressaltou que todo conceito se reveste de uma história, do conjunto de seus elementos e passa por processos de transformação. O conjunto de seus componentes interage constantemente entre si, como também com outros conceitos. Por isso tem um caráter processual e relacional num só movimento do pensamento, buscando constantemente superações. “As mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, descontinuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade, num único movimento); o *novo* contém, pois, o *velho*, e este, aquele”. (SAQUET, 2007, p. 13). (Grifo do autor).

Acrescentou também que a formação de um território é resultado de processos políticos, econômicos, sociais e culturais, porque tais processos representam um importante meio de explicação de sua organização socioterritorial. Portanto, “produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais), historicamente determinadas” (SAQUET, 2007, p. 127).

Advertiu para o fato de que cada território tem suas especificidades, sendo, portanto, condição para seu estudo, a apreensão de suas singularidades. Por isso,

[...] o estudo do território ou dos territórios pode ser centrado no processo histórico (periodização dos elementos e momentos mais significativos e na análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças e permanências ocorridas)

conjugado ao tempo coexistente (tempos *lento e rápido*, e a multiescalaridade), pois essa relação está presente em nossa vida diária e faz parte do processo de apropriação e produção do território, considerando-se os processos econômicos, políticos e culturais (SAQUET, 2007, p. 130-131).

Para Haesbaert (2012) há duas grandes vertentes interpretativas tradicionalmente opostas acerca da concepção de território. A primeira concebe o território numa dimensão física, material, algo inerente ao próprio homem, uma visão que ele denomina 'naturalista'. "O que seria justificado, sobretudo, pela necessidade do território, de seus recursos, para sua sobrevivência biológica". (p. 118). Nessa mesma direção destaca outra variante envolvendo o campo dos sentidos e da sensibilidade humana, o qual seria condicionado pela natureza circundante. Para ele, esta visão, em razão de sua singularidade,

[...] sobrevaloriza e praticamente naturaliza uma ligação afetiva, emocional, do homem com seu espaço. Aqui, o território seria um imperativo, não tanto para a sobrevivência física dos indivíduos, mas sobretudo para o 'equilíbrio' e a harmonia homem-natureza, onde cada grupo social estaria profundamente enraizado a um 'lugar' ou a uma paisagem, com a qual particularmente se identificaria (HAESBAERT, 2012, p. 118).

O contraponto desta concepção, segundo o autor (op.cit.), não valoriza a relação sociedade-natureza, minimiza a importância da base natural, como se o território fosse uma construção puramente humana, social. Portanto, a construção do território poderia passar pela apropriação e domínio material do espaço por uma classe econômica, ou grupo político dominante, que aí imprimem relações de poder, como também pela apropriação simbólica forjada na identidade que cada grupo cultural, de forma livre, constrói no espaço em que vive.

Afirmou o autor (op. cit.), que há um ponto comum entre essas distintas versões, que é a preponderância das dimensões política e cultural do espaço sobre a dimensão econômica, considerando que uma das vertentes naturalistas vê o território como o provedor de recursos para a sobrevivência humana, privilegiando assim, a função econômica como o fundamento da definição de território.

Pontuou também, que numa perspectiva tradicional, a concepção de território sempre manteve maior ligação com as ideias de controle, domínio e apropriação de que com a ideia de uso ou de função econômica. Efetivamente concebeu o território

como um espaço concreto, diferentemente apropriado, instrumento de controle e exploração.

[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. Ora somos requisitados a nos posicionar perante uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade. Isto resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial (ou mesmo transterritorial) que se busca traduzir em novas concepções, como os termos hibridismo e 'glocal', este significando que os níveis global e local podem estar quase inteiramente confundidos (HAESBAERT, 2012, p. 121).

Enriquecendo a discussão, encontramos nas reflexões de Santos (2012), a significativa contribuição a partir do conceito de “configuração territorial”. Para tanto, parte da visão de que os fenômenos naturais são interdependentes, como também são interdependentes as coisas superpostas pelo homem sobre a natureza. Essas duas dimensões da realidade se interdependem e se completam formando uma totalidade composta pelas coisas “naturais” e pelas “artificiais”.

Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas, arranjadas em sistema, que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (SANTOS, 2012, p. 84).

Dessa maneira o território pode ser compreendido como “sinônimo de espaço geográfico”, logo, socialmente constituído, território *usado*. (SANTOS, 2001) A propósito, disse o autor que o “território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 2012, p. 138). Outrossim, hoje o território é *usado* a partir de seus acréscimos de ciência e técnica cujas características o definem como um novo meio geográfico, que requer

volumosas parcelas de informação tanto no processo de sua constituição, como na dinâmica de seu uso.

Com efeito, “Há hoje uma informação globalmente organizada, que se constrói e se difunde com instrumentos de trabalho específicos, isto é, sistemas técnicos sofisticados, exigentes de informação e produtores de informação sobre o território” (SANTOS, 2001, p. 95). Desse modo, considerando que o conceito de território *usado* envolve uma abordagem econômico-material, a informação desempenha importante papel enquanto nova forma de trabalho.

Diante do exposto, a análise do território de São Raimundo Nonato foi ancorada na concepção de território adotada por Santos, qual seja, “território *usado*, sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS, 2001, p. 20). Para o autor, discutir o território na perspectiva de território *usado*, implica em uma periodização em função da diferenciação dos usos nos distintos momentos históricos. É essa diferenciação que caracteriza os diferentes momentos de cada periodização, sendo, portanto, “o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social” (SANTOS, 2012, p. 137).

2.1 São Raimundo Nonato no contexto da produção do espaço piauiense

O espaço foi aqui entendido como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002, p. 63). É, portanto, o espaço historicamente construído, em que a ação humana se expressa pelas interações com a natureza numa extensão da esfera de suas realizações manifestadas nas práticas transformadoras.

Com base nesse pressuposto podemos dizer que o espaço piauiense é produto de vivências onde as relações socioespaciais se estabeleceram/estabelecem movidas pela ação transformadora dos homens. Para Santos (1990) seria a sociedade em sua relação com a natureza, não apenas como agente transformador, mas também como um dos seus resultados. “Ora, um conceito claramente totalizante como o de *formação socioespacial* parece o mais adequado a uma tarefa dessa natureza” (SANTOS, op. cit. p. 195, grifo do autor).

Com efeito, essa perspectiva norteou nosso entendimento sobre a constituição do espaço de São Raimundo Nonato no contexto da organização do

espaço piauiense enquanto formação socioespacial. Notadamente, o espaço piauiense começou a ser organizado a partir da ocupação de suas terras pela concessão de sesmarias, iniciado nos primórdios do século XVII, e transcorrendo intensivamente no percurso de todo século XVIII. No entanto, como lembraram Nunes e Abreu:

Ao iniciar-se o processo de povoamento do Piauí nos primórdios do século dezessete, o seu território já havia sido percorrido por curraleiros: militares, civis e religiosos que, penetrando no 'sertão de dentro', buscavam conquistar os índios, os dois primeiros com o objetivo de utilizá-los como mão de obra escrava ou elemento guerreiro, enquanto os religiosos visavam sua conversão à fé cristã. Interesses aparentemente conflitantes em relação ao indígena encobriam, entretanto, o motivo maior e subjacente a essa tarefa, que era o de *limpar* a área, deixando-a *desimpedida* e *livre* para instalarem currais de gado e receberem posteriormente o título sesmarial das terras conquistadas. (NUNES; ABREU, 1995, p. 85)

Observaram as autoras que naquele momento o povoamento e a exploração econômica do sertão nordestino foram movidos pela expansão dos engenhos e a apropriação de novas áreas para instalação de currais bovinos. Citando Brandão (1993), pontuam que essa forma de conquista e ocupação do interior era imperativo para a coroa, razão pela qual asseguraria o desempenho da economia agroexportadora da colônia.

Esse processo, no entanto, foi conflituoso, haja vista que contra as populações nativas foi declarada o que os historiadores denominam *guerra de extermínio*, levada a cabo pelos desbravadores do sertão nordestino, com a finalidade precípua de ocupar as terras, implantar e expandir uma economia colonial com base na criação de gado. Segundo Dias (2000, p. 117), “na década dos anos 50 do século XVII, grande parte das terras dos nativos já tinha sido concedida em sesmarias e já estava sendo colonizada pelos fazendeiros baianos e bandeirantes paulistas [...]”.

A forma de apropriação das terras deu aos fazendeiros plena liberdade de se considerarem os donos e articularem as manobras para atender a seus interesses. Por isso, para justificar o brutal extermínio das tribos indígenas disseminaram a ideia de que eram nocivas à expansão dos criatórios, currais e fazendas. De acordo com Dias, no início do século XVIII,

As terras do litoral, à margem direita do rio Parnaíba e toda a bacia do rio Longá, estavam despovoadas de nativos passando a ser povoada ou 'desinfetadas de índios rebelados'. E, à medida que iam

sendo expulsos, abriam-se caminhos para as boiadas trazidas pelos novos 'povoadores', fundando-se os currais com uma população dispersa, iniciando-se assim, a economia pecuarista [...]. (DIAS, 2000, p. 122)

A pecuária extensiva implantada pela colonização portuguesa constituiu a base da economia piauiense a partir da segunda metade do século XVII, ensejando, naquele período, a proliferação das fazendas do interior para o litoral, propiciando a formação de pequenas vilas que, posteriormente, se transformariam nas primeiras cidades. Todavia, destaca Mendes (1995, p. 60): “A pecuária extensiva, tal como se implantou no Piauí, resultou em uma economia primitiva, tradicional e passiva dentro do sistema econômico em formação no Brasil, do qual cada vez mais se distanciava”.

A análise de Mendes esclareceu, também, que a criação de gado nos sertões piauienses desde os primeiros tempos da ocupação do solo, com o estabelecimento das primeiras fazendas em grandes extensões de terras na região dos rios Piauí e Canindé, teve êxito apenas como instrumento de ocupação do território. Entretanto, enquanto atividade produtiva destacou-se como fator determinante para a formação de um sistema econômico frágil e incapaz de alavancar outras atividades que estimulassem a mobilização da economia.

O contexto esboçado permitiu inferir que os traços iniciais da organização socioespacial do território piauiense foram marcados pelo latifúndio com todos os problemas dele decorrentes, o vazio demográfico e graves conflitos sociais, a exemplo da luta pela posse da terra. Por isso admitimos com Dias (2000), que os conflitos pela conquista e posse da terra não se davam somente entre fazendeiros e índios, também foram intensos entre colonos, posseiros e sesmeiros. “O Piauí torna-se capitania nessa conjuntura conflituosa. Ou seja, a formação do Piauí como uma unidade administrativa surge no bojo da luta pela terra [...]” (DIAS, 2000, p.121).

Como unidade administrativa, com a chegada do primeiro governador em 1759, as freguesias de Parnaguá, Jerumenha, (de onde provavelmente teria sido desmembrado São Raimundo Nonato) Valença, Campo Maior, Marvão e Parnaíba passaram à categoria de vila, e ocorreu a instalação da cidade de Oeiras tornando-se a capital da capitania. Conforme assinalaram Nunes e Abreu (1995, p. 93), “com a instauração das seis vilas e de uma cidade teve origem a estrutura espacial-administrativa do território piauiense, após sua ocupação”.

As mudanças administrativas, no entanto, não foram suficientes para causar modificações impactantes à economia da capitania que permaneceu, segundo Martins e outros (1982) citados por Rebelo (2000, p. 109), “relativamente isolada pela alta concentração da terra e da renda e pelo reduzido mercado consumidor de produtos industrializados, além da pequena divisão social do trabalho, em decorrência da autossuficiência das fazendas”.

Foi oportuno destacar que a partir da segunda metade do século XVIII, a pecuária piauiense entrou em crise, intensificando-se no transcurso do século XIX, até perder espaço definitivo no contexto da economia brasileira. Para Martins et. al.(2003), esse processo foi profundamente afetado, primeiro, pelo declínio da economia açucareira nordestina e o estancamento da mineração, contribuindo fortemente na falta de mercados para o gado piauiense. Segundo, em razão da consolidação do Centro-Sul como eixo dinâmico da economia brasileira, a partir do surgimento da atividade cafeeira e da industrialização, distanciando cada vez mais o rebanho piauiense do mercado mais importante do País.

Ademais, reforçou o autor (op. cit.), que o Piauí estava em desvantagem com outras regiões criadoras que detinham produtos mais competitivos, tanto pelas melhores condições naturais, como também pela proximidade dos centros consumidores e as facilidades de exportação para o exterior. Isso retirou as possibilidades de negócio para o gado piauiense na zona de mineração, trazendo drásticas consequências e acentuando mais ainda a pobreza e o isolamento do Piauí.

Contudo, no início do século XX, despontou na economia piauiense, na região semiárida, o ciclo extrativista com a exploração da maniçoba para a fabricação de borracha, com significativa importância nas duas primeiras décadas. Essa atividade, porém, não se limitou apenas à exploração da maniçoba, outros vegetais nativos do solo piauiense também foram expressivos. E como bem descreveu Mendes:

O extrativismo vegetal é que reorientaria o sentido das atividades econômicas para o eixo do rio Parnaíba, à exceção da maniçoba, nativa do semiárido piauiense [...]. A carnaúba e o babaçu, por terem tido uma demanda externa forte e por estarem situados, em grande parte, próximos dos rios, mudaram a geografia econômica piauiense numa época em que a produção da pecuária nordestina também já estava transferida para as regiões mais próximas dos centros consumidores. (MENDES, 1995, p. 67)

Consequência direta do ciclo extrativista foi o crescimento urbano do Piauí, particularmente de determinadas cidades situadas à margem do rio Parnaíba. Fora desse eixo, as cidades de Campo Maior, Piracuruca, Piripiri, José de Freitas, Oeiras, São Miguel do Tapuio, **São Raimundo Nonato**, São João do Piauí e Valença do Piauí vivenciaram considerável crescimento urbano apoiadas no desenvolvimento de atividades de comercialização de produtos extrativos (ARAUJO, 1985; QUEIROZ, 1993).

O município de São Raimundo Nonato naquele período constituiu-se em uma área de intensa produção e exportação da maniçoba¹ (tabela 01), criando assim, espaço para a intensificação das atividades econômicas e se transformando em importante polo comercial e de atração para a população dos municípios circunvizinhos e de outros estados.

Tabela 1 – Exportação de Maniçoba do Piauí (em quilos):
Municípios fora do eixo do rio Parnaíba

MUNICÍPIO	1903	1904	1905	1906	1907	1908
São João do Piauí	204331	216129	238013	202432	154286	165062
Florianópolis	151281	185648	163323	169052	172184	120339
São Raimundo Nonato	104713	99848	87102	100160	105488	130532
Oeiras	143769	145283	3142601	82982	73090	34995
Valença do Piauí	42552	57915	61476	79265	78616	35772
Campo Maior	6458	1782	3215	7360	4603	2340
Piripiri	3300	3312	2797	2260	2480	100
José de Freitas	80	464	252	472	879	690
MUNICÍPIO	1909	1910	1911	1912	TOTAL	
São João do Piauí	182559	176742	152964	107627	1500145	
Florianópolis	129014	188261	223192	169388	1671682	
São Raimundo Nonato	171981	246046	216678	107932	1370480	
Oeiras	54047	66547	84255	69355	886924	
Valença do Piauí	64180	94180	64600	70275	648831	
Campo Maior	1430	2230	140	45	29603	
Piripiri	329	598	1000	-	16176	
José de Freitas	1457	1944	389	1728	8355	

Fonte: REBELO José Pires de Lima. Apensos: estatística da borracha exportada e do imposto Arrecadado nos anos de 1903 a 1912. In: a indústria da borracha no Estado do Piauí. Rio de

¹ Espécie vegetal lactífera para a produção de borracha.

Janeiro: Superintendência da Defesa da Borracha, 1913b. Não paginado. (adaptado de Queiroz, 2006, p. 75).

São Raimundo Nonato vivenciou nesse período um considerável crescimento urbano colocando-se entre as cidades mais populosas do Estado à época. Em face disso, observamos que o território de São Raimundo Nonato foi se constituindo, e já no início do século XX se destacou na região do semiárido piauiense com indicativos de superioridade em relação aos municípios do entorno.

No que se referiu à organização do espaço do Estado do Piauí, coube lembrar que foi produto de um processo histórico atrelado à reorganização do espaço nacional. Assim, na década de 1940, quando o espaço geográfico brasileiro foi dividido em Macrorregiões agrupando os Estados por características naturais semelhantes, o Piauí foi organizado em oito zonas fisiográficas (mapa 1), IBGE apud Silva Neto (2003). Nessa configuração do espaço do Piauí o município de São Raimundo Nonato foi inserido na região fisiográfica (Sertão).

Mapa 1 – Zonas Fisiográficas do Piauí



Fonte: LIRA FILHO, Marco Aurélio da S. Adaptado de Silva Neto (2003) e IBGE (2010)

Na década de 1960 a divisão regional dos Estados adotada na década de 1940 foi modificada. Nessa alteração, segundo Araújo (2006), o IBGE adotou como critério a organização da produção da agricultura e da indústria. O Piauí ficou dividido em 11 microrregiões homogêneas como pode ser visualizado no mapa 2.

Mapa 2 – Microrregiões Homogêneas do Piauí



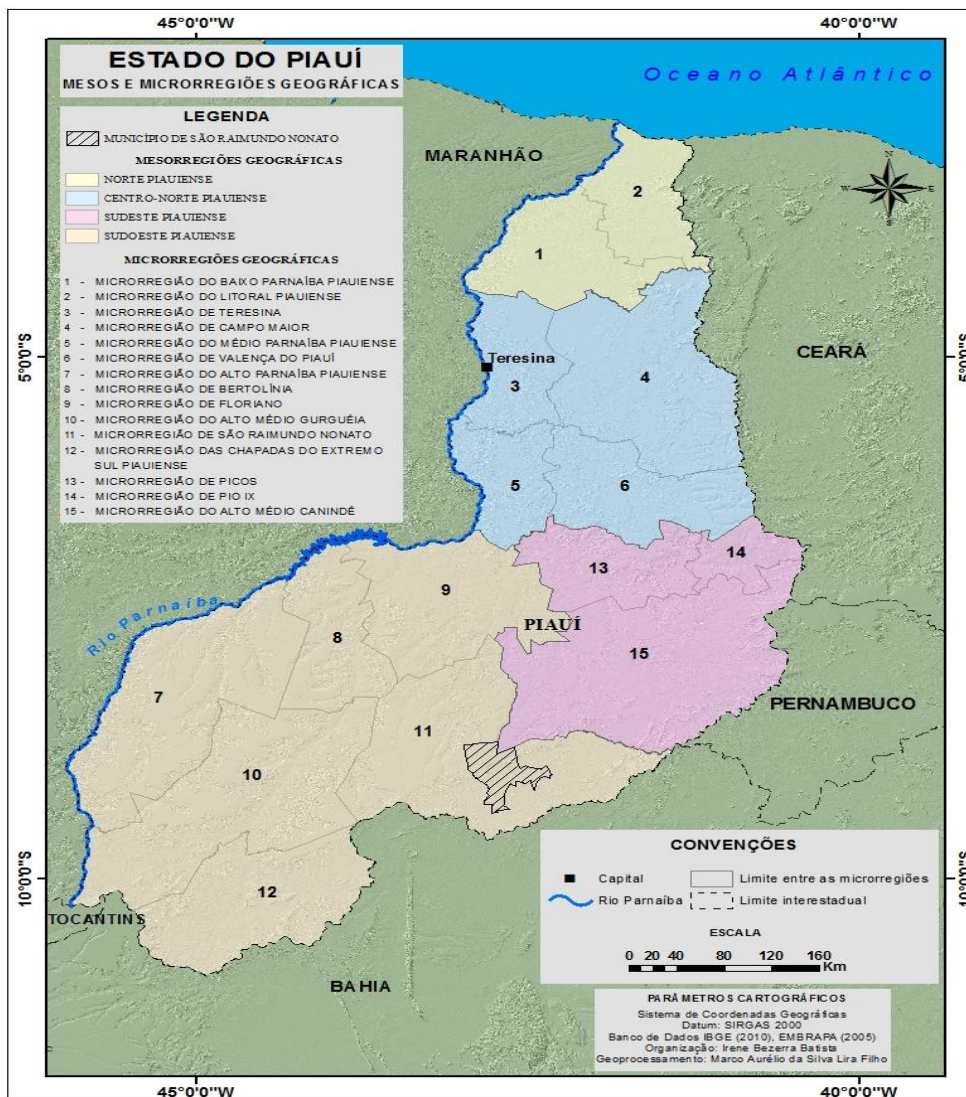
Fonte: LIRA FILHO, Marco Aurélio da S. Adaptado de Silva Neto (2003) e IBGE (2010)

Em função do processo de desenvolvimento, como também pela criação de novos municípios e alguns estados, a organização do espaço brasileiro na década de 1970 foi profundamente alterada em que as microrregiões foram agrupadas por suas semelhanças físico-natural e socioeconômica formando as mesorregiões.

Na década de 1980 nova organização se fez necessária, e desta feita, os critérios definidos para a organização das mesos e microrregiões geográficas foram baseados no processo social, no quadro natural e na articulação do espaço.

(ARAÚJO, 2006). Nesse quadro o Piauí ficou dividido em 15 microrregiões agrupadas em 04 mesorregiões, conforme mostra o mapa 3.

Mapa 3 - Mesorregiões Geográficas do Estado do Piauí



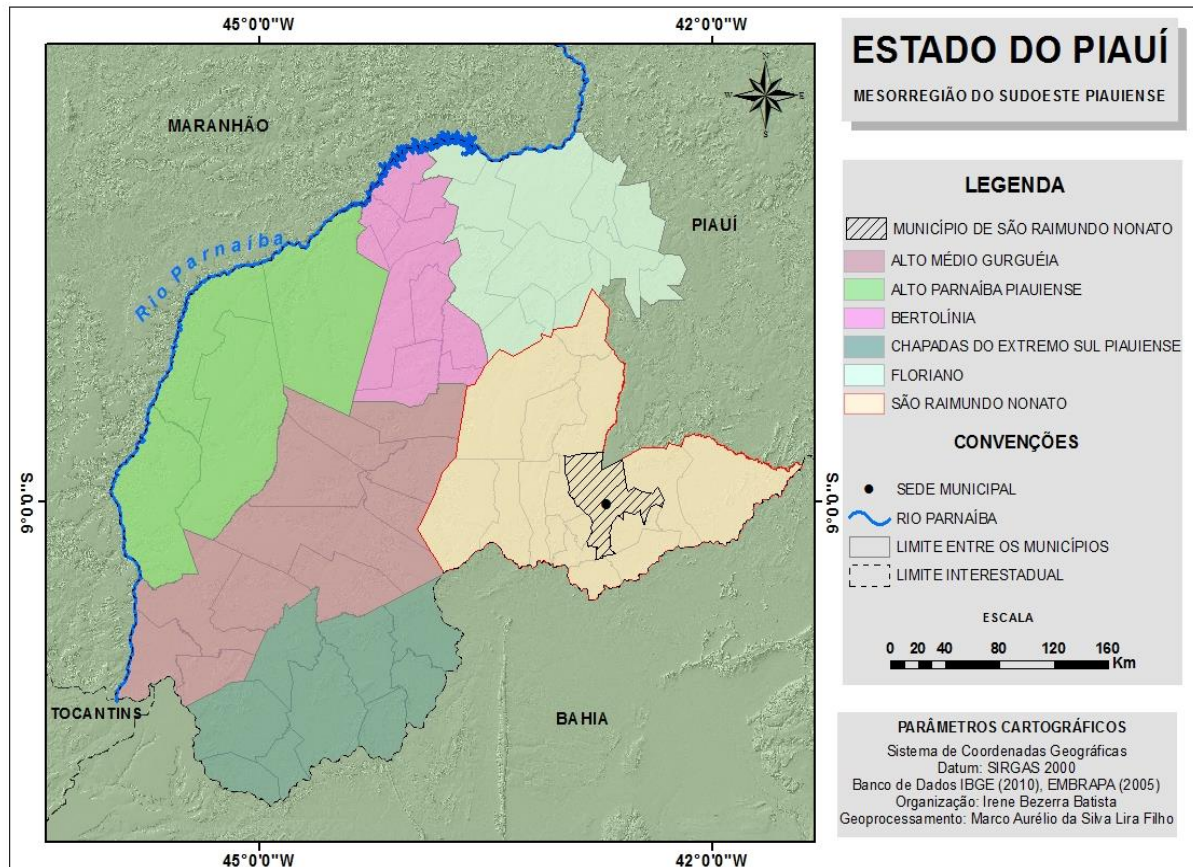
Fonte: LIRA FILHO, Marco Aurélio da S.; BEZERRA, Irene Batista (Org.). (2014)

2.2 A Mesorregião Sudoeste Piauiense

O Piauí apresenta nítida diferença entre a região norte e a região sul do Estado. Diferença que se expressa em suas características culturais, sociais e econômicas. Além dessas características, o sul do Piauí diferencia-se, sobretudo, por concentrar a área do cerrado piauiense e parte do semiárido. Sendo, portanto, nessa região, que está situada a mesorregião Sudoeste Piauiense e a microrregião de São Raimundo Nonato (Mapa 3).

Essa mesorregião está composta pelas microrregiões, Chapadas do Extremo Sul Piauiense, Bertolândia, Floriano, São Raimundo Nonato, Alto Média Gurguéia e Alto Parnaíba Piauiense (Mapa 4).

Mapa 4 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Piauiense



Fonte: LIRA FILHO, Marco Aurélio da S.; BEZERRA, Irene Batista (Org.). (2014)

Com uma área de 128.193,044Km² a mesorregião Sudoeste Piauiense é a maior do Piauí e contraditoriamente pouco habitada, seu contingente populacional é de 492.273 hab. correspondendo a 16,51% da população do Estado, sendo a região do Piauí que abriga o menor número de habitantes e tem a menor densidade demográfica, apenas 3,8 hab./km² (ARAÚJO, 2006).

A referida mesorregião esteve relativamente isolada do restante do Estado até a primeira metade do século XX, dada à ausência dos meios de comunicação utilizados no Estado à época (embarcações e trens de ferro). Atualmente, há a necessidade do fortalecimento de uma infraestrutura que permita superar as limitações de um maior aproveitamento do solo e também de uma articulação espacial mais ampla.

De acordo com Silva et. al. (2008), a base econômica dessa mesorregião está calcada na pecuária representada pela criação extensiva de gado bovino de corte, praticada em grandes fazendas, seguida da criação de caprinos e suínos. Na agricultura se sobressaem as lavouras comerciais, especialmente introduzidas por empresas de outros Estados, que adquirem as terras por baixos valores e se instalam com a produção de soja, arroz, mamona, caju, etc. Para Araújo (2006, p.115), “a cultura da soja começa a se intensificar no Piauí na década de 1990”. Podemos assim afirmar, que é destaque na agricultura da mesorregião Sudoeste Piauiense.

Importante aspecto a ser ressaltado pela relevância que assume na região, diz respeito à presença de Sítios Arqueológicos, a exemplo do Parque Nacional da Serra da Capivara, que propicia o turismo cultural a nível nacional e internacional. No entanto, ainda tem pequena participação no desenvolvimento econômico-social, principalmente a nível local.

2.3 O Território de São Raimundo Nonato e sua polarização regional: o contexto histórico, socioeconômico e educacional.

No contexto da formação territorial de São Raimundo Nonato buscamos focar na análise dos aspectos acima relacionados, pela relevância que assumiram/assumem na constituição de São Raimundo Nonato para posicionar-se como polarizador da microrregião do mesmo nome, e também como um dos polos regionais no extremo sul do Estado do Piauí. A análise foi pautada tomando por base seus usos, buscando compreender seu movimento conjunto, bem como o movimento de suas partes, norteado pelo princípio da complementaridade.

2.3.1 O contexto histórico e socioeconômico

A história de um território é uma história de movimentos. É a história do seu espaço e das suas paisagens. Sendo história, envolve ações, é história de objetos qualificados e de sua articulação no território, diretamente, mas também de seu valor relativo no espaço, de sua relação específica nos lugares, de sua representação na paisagem. É uma história de apropriação e uso. (LEITE, 2001, p. 433).

O território de São Raimundo Nonato integra a Mesorregião Sudoeste Piauiense, compõe a microrregião de São Raimundo Nonato e por ser o núcleo urbano mais expressivo da microrregião, assume posição de centralidade constituindo-se em seu município polo. Formada por dezessete municípios, a microrregião tem uma área de 27.644.522Km², com uma população estimada em 128.083hab e uma densidade demográfica de 4,6hab/Km².

A área do município de São Raimundo Nonato de acordo com (DIAS, 2001), até 1912 era de 11.302Km², entretanto, foi sendo modificada e hoje é de 2.606,8km², onde vivem aproximadamente 32.215 habitantes segundo dados do IBGE (2006). Limita-se ao norte com os municípios de João Costa e Brejo do Piauí; ao sul com Fartura do Piauí Várzea Branca; a leste com Coronel José Dias e São Lourenço; e a oeste com Bonfim e São Braz do Piauí (Figura 2).

Figura 2 - Microrregião de São Raimundo Nonato



Fonte: Disponível em: <[http:// dominocencio.com/?p=6110](http://dominocencio.com/?p=6110)>. Acesso 30/11/2013

Está localizado em 9° 00' 54'' de latitude Sul e em 42°, 41', 54'' de longitude Oeste, com variação de temperatura entre 14°C a 38°C (DIAS, 2001; PIAUÍ EM NÚMEROS, 2004).

Por força de decisões políticas ao longo do tempo o território de São Raimundo Nonato passou por sucessivos desmembramentos conforme mostra a tabela que segue:

Tabela 2 – Municípios desmembrados do Território de São Raimundo Nonato – PI

Nº DE ORDEM	NOME DO MUNICÍPIO	DATA DE INSTALAÇÃO
01	São João do Piauí	17-03-1872
02	Caracol	08-12-1912
03	Anísio de Abreu	25-12-1962
04	Dirceu Arcoverde	01-02-1983
05	Dom Inocêncio	? ? 1989
06	Bonfim do Piauí	01-01-1993
07	Coronel José Dias	01-01-1993
08	São Braz do Piauí	01-01-1993
09	São Lourenço do Piauí	01-01-1993
10	Várzea Branca	01-01-1997

Fonte: Adaptado de REBELO, Emília de Carvalho Gonçalves. In: ARAÚJO et.al. Atlas Escolar do Piauí: Geo-histórico e Cultural, 2006.

O relevo apresenta duas feições. A primeira, predominante, corresponde a área modelada em rochas cristalinas, bastante erodida, com topografia ondulada e constituindo, em parte, a região deprimida dissecada pelo alto curso do rio Piauí, em meio à qual se erguem algumas elevações isoladas como as serras da Boa vista, dos Dois Irmãos, do Boqueirão, do Mirador dentre outras. A segunda, feição localizada a noroeste, é modelada em rochas sedimentares, formando escarpa monoclinal, mais ou menos retilínea, que descamba suavemente em direção à calha do rio Parnaíba. No conjunto é conhecida como serra do Bom Jesus do Gurguéia e serra do Congo. (IBGE, 1984)

O clima é tropical e semiárido, caracterizado pela grande variabilidade sazonal do regime de chuvas e pequena variação térmica sazonal. O total anual de chuvas é normalmente baixo, mal distribuído ao longo do ano e com estação seca muito prolongada. As necessidades ecológicas de água são elevadas, cerca de

1.300 mm ao ano (IBGE, 1984), as quais não são compensadas pela irregularidade sazonal do regime de chuvas.

A estação chuvosa inicia-se normalmente em novembro, podendo prolongar-se até abril, concentrando em média 94% do total anual (IBGE, 1984). Seus totais mensais são geralmente inferiores às necessidades potenciais de água, gerando grande escassez em um determinado período do ano, caracterizado como um período seco e solos altamente deficitários em umidade.

O território de São Raimundo Nonato até meados do século XIX conforme Dias (2001) era um espaço desconhecido. “As terras que integravam parte da região do Alto Piauí poderiam estar ocupadas por fazendas de Domingos Afonso Mafrense e outros debaixo do confuso domínio dos municípios de Jaicós e Jerumenha” (DIAS, op. cit., p.31). Por conseguinte, sob a jurisdição dos dois municípios “[...]. Tudo indicava ser a região um trato ‘Res Nullius’, isto é, um território sem dono. Até ali, repito, nada havia sido feito que pudesse justificar a dominação dos inusitados pretendentes [...]” (idem).

Contudo, tal situação foi resolvida pelo Decreto Regencial, de 6 de julho de 1832, que criou uma Freguesia Eclesiástica com o nome de São Raimundo Nonato. O Distrito Freguesia, que naquele momento era um tímido conglomerado humano, foi territorializado no lugar ‘Confusão ou Confusões’ onde permaneceu por pouco tempo em razão da escassez de água potável e das dificuldades administrativas que se interpuseram. Sua transferência deu-se quatro anos depois, ou seja, em 1836, para local melhor apropriado, onde posteriormente o incipiente aglomerado foi transformado em vila (DIAS, 2001).

A escolha recaiu no lugar Jenipapo, na confluência do Baixão Vereda com a margem esquerda do rio Piauí. A escassez de água potável, por certo, concorreu para que fosse escolhido aquele local tão sujeito a constantes inundações, porém, mais fácil seria, então, escapar-se a uma repentina inundação que aos rigores de uma estiagem cuja duração não se poderia prever. (DIAS, 2001, p. 32)

Nessa lógica, a transferência seria necessária, no entanto observamos que as condições naturais não favoreciam, haja vista, os riscos de inundação anunciados. Todavia, esclarece Dias (op. cit.), que a partir da transferência, o povoamento foi aos poucos florescendo, e o Distrito Freguesia criando as condições que o elevou à categoria de Vila pela Lei nº 257, de 2 de agosto de 1850. Mas a instalação da nova

Vila só ocorreu em 4 de março de 1851. Posteriormente, em 1912 a então vila reúne as condições necessárias e é elevada à categoria de cidade.

A exemplo do que ocorreu em todo o estado do Piauí, o município de São Raimundo Nonato na segunda metade do século XIX, tinha na pecuária a atividade econômica mais importante, embora as técnicas utilizadas ainda fossem provenientes do período colonial. Essa atividade, no entanto, mantinha a ocupação da população, e era responsável pela geração de receita. Ao lado da pecuária estabeleceu-se a agricultura de subsistência praticada “predominantemente por pequenos plantadores que, em geral, não possuíam terras próprias e ainda utilizavam o primitivo sistema de roça, herdado da fase colonial”. (QUEIROZ, 2006, p. 102).

A predominância dessas atividades estendeu-se até o final do século XIX, posto que, conforme Mendes (1995), no início do século XX desponta na região do semiárido piauiense a exploração da maniçoba² para a fabricação de borracha. Essa atividade foi bastante expressiva na economia do Piauí nas duas primeiras décadas daquele século. Nessa época a cidade de São Raimundo Nonato “teve um surto de ‘riqueza’ com a exploração da maniçoba, pois foi um dos municípios que mais produziram borracha, tanto de origem nativa como cultivada” (NUNES; ABREU, 1995, p. 102).

De acordo com a Enciclopédia e dicionário internacional (195-, p.6969 *sic.*) apud Queiroz (2006, p. 63) os maniçobais ocorriam em “[...] quase todo o Estado do Piauí, predominando principalmente nos municípios de Oeiras, São João, Jerumenha, Parnaguá, **São Raimundo Nonato**, Valença, Picos, Jaicós e quase todo o norte do Estado”.

Nesse cenário, a elevada produção do município de São Raimundo Nonato foi destacada por Queiroz (op. cit, p. 68) quando afirmou: “a estimativa da produtividade média por árvore/ano está baseada na produção da fazenda Serra, de São Raimundo Nonato [...]”. Em face disso, tornou-se em 1910 o principal produtor de borracha do Piauí tanto de origem nativa como cultivada.

No que se referiu à exportação da maniçoba, coube ressaltar a posição de São Raimundo Nonato entre os principais exportadores do Estado do Piauí, conforme ressaltou Queiroz.

² Espécie vegetal lactífera para a produção de borracha.

Os dados informam os municípios de São João do Piauí, Floriano e **São Raimundo Nonato** como os principais exportadores. [...] Consideradas as descrições das atividades econômicas nos municípios a essa época, é de supor-se que ocorria um processo de centralização do comércio em direção a alguns núcleos importantes, em detrimento dos núcleos menores de sua área de influência. [...] Dessa forma, **São Raimundo Nonato**, São João do Piauí e Floriano teriam desempenhado a função de canalizar a produção que, por sua vez, era realizada em área geográfica bem mais extensa. Essa função dos grandes núcleos, por seu turno, estava em parte atrelada às condições de escoamento em direção aos portos exportadores. (QUEIROZ, 2006, p. 74, Grifo nosso)

Os resultados de um estudo sobre as áreas de produção no Estado do Piauí mostraram uma análise de 10 anos em que o município de São Raimundo Nonato foi destacado em terceiro lugar no *ranking* das exportações. Sua proeminência nessa cultura foi suficiente para caracteriza-lo como “sede de um município rico, bastante habitado, de avultado movimento comercial e possuidor de extensos maniçobais” (QUEIROZ, 2006, p. 78).

A maniçoba representou, sem dúvida, a principal fonte de renda do município naquele momento. Todavia, as características de nomadismo da atividade dificultava a realização de investimentos de qualquer natureza, inclusive a conservação das árvores exploradas. Assim, desenvolveu-se um processo de dizimação flagrante das árvores exploradas, que o aumento da produção dava-se de modo geral a partir da incorporação de novas reservas nativas. Tal caráter predatório da atividade levou em 1912, ao apelo para a intervenção do governo no sentido de controlar a destruição dos maniçobais. (QUEIROZ, 2006).

Além da devastação imposta aos maniçobais, a queda do preço da borracha restringiu a exploração e desencadeou o processo de suspensão das culturas, o que resultou no abandono dos maniçobais, levando, sobretudo, ao desaparecimento progressivo da atividade.

A rigor podemos afirmar que a exploração da maniçoba foi, incontestavelmente, a atividade fundamental para o significativo crescimento populacional e econômico do município de São Raimundo Nonato no começo do século XX. Dessa forma, consolidou-se como a principal cidade da região, e estabeleceu sua posição de destaque em relação aos municípios circunvizinhos adquirindo o *status* de polo regional. Com isso a cidade ganha maior visibilidade,

passa a centralizar o poder econômico e político, delineando assim, sua configuração territorial naquele momento.

O declínio do extrativismo vegetal desacelerou o ritmo de crescimento de São Raimundo Nonato, embora continue figurando como cidade importante do Estado do Piauí. Ademais, esse território concentra potencialidades agrícolas (tabela 3), comerciais e turísticas reconhecidas.

Tabela 3 – Produção Agrícola em Toneladas

LAVOURA	2004	2007	2009	2012
PERMANENTE				
BANANA	31	12	16	12
CASTANHA DE CAJÚ	1.626	91	564	9
LARANJA	80	56	80	48
MANGA	29	29	29	16
LAVOURA	2004	2007	2009	2012
TEMPORÁRIA				
FEIJÃO	341	336	1.176	-
MAMONA	5	485	300	-
MANDIOCA	2.110	4.380	4.770	591
MILHO	385	128	2.193	-

Fonte: IBGE (2014)

As atividades comerciais até o início da década de 1970 eram realizadas em quase sua totalidade com o estado da Bahia. Com a implantação da rede rodoviária no estado do Piauí e mais recentemente com a integração entre os municípios da microrregião, a atividade comercial tornou-se mais ampla inclusive com a capital Teresina. Com efeito, o comércio local desenvolveu-se intensamente abrindo espaço para atrair comerciantes de outras localidades para ali se fixarem.

Na atualidade o setor terciário tem se destacado como o principal responsável pelo papel que o município assume como polarizador na microrregião. O comércio, transporte, setor financeiro, comunicação, saúde, educação, cultura, turismo e diversão despontam como as atividades mais importantes na composição da economia municipal.

No que tange ao aspecto turístico o território de São Raimundo Nonato “conta com a vitoriosa fama de estar engastado na privilegiada região-berço do

homem pré-histórico, do homem americano” (DIAS, 2001, p.46), onde hoje está situado o Parque Nacional Serra da Capivara.

O referido Parque concentra uma diversidade de sítios arqueológicos com vestígios da cultura material e espiritual dos grupos que habitaram a região durante milênios. Trata-se de uma das mais importantes concentrações de sítios com pinturas pré-históricas até hoje descobertas. Por seu valor cultural, em 1991 o Parque foi inscrito pela UNESCO na lista do Patrimônio Mundial. (FUMDHAM/PETROBRAS, 2003)

Enquanto dimensão cultural do território de São Raimundo Nonato, o Parque, na medida em que se tornou um importante centro de pesquisas arqueológicas, tornou-se também um espaço privilegiado para o turismo científico, potencializando assim novas práticas sócio-territoriais. Pois conforme Saquet “nos processos territoriais, as dimensões da E-P-C-N³ estão sempre presentes, de uma forma ou de outra”. (SAQUET, 2007, p. 172)

Desse modo, o Parque Nacional Serra da Capivara constituiu-se em um indutor de possibilidades para mudanças na cidade de São Raimundo Nonato. São possibilidades que reúnem potencialidades para atrair outras atividades, tanto econômicas, como sociais, culturais e educacionais, além das atividades turísticas. Portanto, essas atividades passaram a acontecer de modo mais intenso no território de São Raimundo Nonato.

2.3.2 O contexto educacional

A educação é uma dimensão social através da qual o homem se humaniza. Por ser própria da natureza humana é parte de sua essência, podendo ser entendida como uma criação do homem para agir sobre ele de forma intencional e sistemática com o propósito de promover sua formação e seu desenvolvimento. É uma ação genérica, ampla de uma sociedade sobre as gerações jovens, com a finalidade de conservar e transmitir a existência coletiva. É assim, parte integrante, essência da vida do homem e da sociedade existindo, portanto, desde quando há seres humanos sobre a Terra (LUZURIAGA, 2001).

³E – Economia; P – Política; C- Cultura; N – Natureza.

Em razão disso, o processo educativo é utilizado pela sociedade como um instrumento de vida e poder, instrumento que ajuda a promover a formação do sujeito histórico capaz de traçar os rumos de sua vida e participar ativamente no conjunto da sociedade. A materialização dessa vivência “é um processo de criação do espaço geográfico” (SANTOS, 2012, p. 97). Esse pensamento foi compartilhado por Carlos quando pontuou: “a sociedade em seu processo constitutivo de humanização produz continuamente um espaço num movimento perpétuo, tornando-o imanente a sua própria existência” (CARLOS, 2011, p. 20).

Para Freire (2001), o homem enquanto ser histórico trava relações no mundo, com o mundo (pessoais, impessoais, corpóreas e incorpóreas) as quais caracterizam a espécie humano distinguindo-as completamente dos contatos típicos da outra esfera animal. Compreendeu o autor, que o homem concebe o mundo como uma realidade objetiva passível de ser conhecida. Por isso,

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo dessas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (FREIRE, 1991, p. 43).

No esforço de realizar uma leitura geográfica das colocações de Paulo Freire expressas na citação em destaque, vislumbramos neste contexto o homem como um ser dinâmico que revela uma das faces de seu dinamismo na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado. Dessa forma, o espaço vai sendo produzido a partir da ação do homem sobre o próprio espaço por meio dos objetos naturais e artificiais (SANTOS, 2012). Além disso, o homem no processo de domínio da realidade (e aqui nos referimos à dimensão espacial) vai a ela impondo novas formas ou objetos culturais, artificiais, históricos, que mudam com o tempo. Assim o espaço vai se tornando mais culturalizado, mais artificializado e na atualidade cada vez mais tecnificado.

Da mesma forma, a educação de modo geral (incluída a dimensão do ensino), como qualquer prática social, concretiza-se num determinado tempo e espaço. E

nesta relação, enquanto atividade que propicia mobilidade socioespacial tem um papel substancial na transformação do conteúdo do espaço. Obviamente, que a educação escolar para se realizar necessita de um conjunto de ações que condicionam a fixação de objetos de interesse escolar no espaço geográfico. Esses objetos, ao mesmo tempo, constituem-se condições de realização dessas ações. Ademais, de acordo com Freire (1998, p.110), “como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo”.

No que tange ao território de São Raimundo Nonato, a relação da educação com a produção/transformação de seu espaço é marca incontestável, haja vista que conforme Dias (2001), a presença das primeiras escolas nesse espaço data da década de 1850, quando ainda era uma pequena vila, e a educação brasileira ainda caminhava lentamente para alcançar todo território nacional.

As primeiras escolas de que se tem notícia foram a escola do professor José Leandro, a do professor João Menezes e a de D. Maria Siqueira. Nessas escolas ou colégios, desguarnecidos de móveis, os discípulos sentavam-se em duros bancos de aroeira ou pau-d’arco (DIAS. op. cit., p. 76).

Na década de 1920 foram criadas duas escolas: a Escola Agrícola de São Raimundo Nonato criada pelo Pe. Francisco Freiria, e o Colégio Nossa Senhora das Mercês fundado pela Madre Lúcia Etchepare. Seguindo os padrões da época, meninos e meninas não estudavam juntos na mesma classe, nem no mesmo estabelecimento de ensino, certamente, por isso, a Escola Agrícola destinava-se só aos alunos do sexo masculino, e o Colégio Nossa Senhora das Mercês só para meninas. (informação coletada em entrevista realizada com uma professora em 02/10/2013).

Como pode ser observado, por meio da Igreja Católica o ensino escolar instalou-se na cidade de São Raimundo Nonato num momento em que no Brasil a escolarização era privilégio das elites que contratavam preceptores, geralmente estrangeiros, para ministrar aos filhos o ensino em casa. A rede escolar pública era extremamente limitada, e as poucas vagas oferecidas eram disputadas pela classe média e não pelos mais pobres. “A situação era grave, já que na década de 1920, conforme Aranha (2006, p. 299), o índice de analfabetismo no Brasil atingira a alta cifra de 80%”.

Por que a Igreja Católica? A história da constituição do território de São Raimundo Nonato, dentre outros aspectos, está fortemente associada às ações evangelizadoras da Igreja Católica com a presença da Ordem Mercedária que aí se instalou em 1922, “em benefício do povo do Sul do Estado do Piauí, quase totalmente desprovido de sacerdote” (DIAS, 2001, p. 49).

A partir daí foi criada na cidade de São Raimundo Nonato a sede provisória da Prelazia de Bom Jesus do Gurguéia, onde toda gestão prelatícia aí se efetivava. Posteriormente, por intermédio de Dom José Vásquez, é criada a Prelazia de São Raimundo Nonato, que depois virou Diocese⁴. De acordo com Dias:

As prelazias surgiram na Igreja Católica como resposta a prementes necessidades pastorais. Regiões imensas do Norte e Nordeste do Brasil estavam quase totalmente desprovidas de clero secular e religioso, enquanto na Europa, Ordens e Congregações religiosas dispunham de abundante pessoal. A Santa Sé, diante desta realidade, confiou a Ordens e Congregações religiosas grandes territórios para que neles implantassem o Evangelho e formassem a Igreja particular. Assim surgiram muitas Prelazias no Brasil [...]. (DIAS, 2001 p. 56)

Em 1938 Dom Inocêncio Lopes Santamaria, junto com Madre Lúcia Etchepare fundaram a Congregação das Irmãs Mercedárias do Brasil “com a finalidade de auxiliar na evangelização e educação da juventude” (DIAS, 2001, p. 52), foi um acontecimento importante, que, para além de sua finalidade primeira (evangelização), fortaleceu também a área do ensino no Colégio Nossa Senhora das Mercês, com a presença das freiras no magistério⁵.

Importante também para ampliar as oportunidades de ensino foi a iniciativa de professores na criação de escolas, como a escola do professor José Leandro, a do professor João Menezes e a de D. Maria Siqueira. Posteriormente, em 1940, foi construído o Patronato Dom Inocêncio com a oferta de ensino primário (só para meninos).

O crescente interesse da Igreja Católica em promover e desenvolver a educação em São Raimundo Nonato levou, em 1948, o Padre Nestor em parceria

⁴ A prelazia foi criada pelo Papa João XXIII, no dia 17 de dezembro de 1960, a pedido de Dom José Vásquez, sendo eleito o 1^o prelado, Dom Amadeu Gonzalez Ferreiros, a 23 de dezembro de 1961.

⁵ Ordem de Nossa Senhora das Mercês, fundada a 10 de agosto de 1218, por São Pedro de Nolasco, inspirado pela Santíssima Virgem Maria teve comissão precípua a redenção de cativos cristãos.

com o Padre Lira e apoiado por Dom Inocêncio, a fundar uma escola de nível ginasial denominada Ginásio Dom Inocêncio.

Seria o primeiro educandário desse nível na região e logo passaria a atender alunos não só do Piauí, mas de várias cidades da Bahia. Para a época, o Ginásio Dom Inocêncio despontava como uma escola de ensino avançado, onde os alunos estudavam, além de outras disciplinas, três línguas estrangeiras: Francês, Inglês e Latim, e tinham professores de grande cultura. (ROSADO, 2011).

O Ginásio Dom Inocêncio, como toda escola confessional católica no Brasil, era de orientação humanista voltado para a formação cristã do caráter humano. Essa escola deu a São Raimundo Nonato grande visibilidade e amplitude no que tange ao setor educacional na região sul do estado do Piauí, podendo-se atribuir à Igreja Católica a responsabilidade de criar nesta cidade uma tradição escolar, e ao mesmo tempo contribuir para reforçar a posição desta cidade como polo regional.

O que não podemos deixar de frisar, foi que de modo geral nessa época no Brasil, a maioria das escolas particulares de grau secundário pertencia tradicionalmente às congregações religiosas, “e o ensino aí ministrado sempre favoreceu aos segmentos privilegiados” (ARANHA, 2006, p.310).

Com efeito, o processo de constituição da educação em São Raimundo Nonato por um considerável espaço de tempo foi prioritariamente de domínio da iniciativa privada representada pela Igreja Católica e por profissionais da sociedade civil (no caso, professores).

Isso evidenciou a total ausência do poder público, que naquele momento encontrava-se distante de realizar a democratização da educação pública nacional. Entretanto, de acordo com Brito o art. 24 do decreto nº 16.782-a de 13/01/1925 estabelece:

O Governo da União com o intuito de animar e promover a difusão do ensino primário nos Estados entrará em acordo com estes para o estabelecimento e manutenção das escolas do referido ensino nos respectivos territórios. (BRITO, 1996, p. 55)

Nesse contexto, segundo Brito (op. cit.), as leis orçamentárias do início da década de 1920 destinavam recursos aos estados para auxiliar no combate ao analfabetismo. O Piauí despontava como um dos estados com o maior índice de analfabetos no país. Curiosamente, pelos critérios adotados,

não foi beneficiado com os recursos federais para o desenvolvimento do ensino primário, conseqüentemente, o crescimento da rede escolar nesse período ficou comprometido.

O surgimento da rede de escolas públicas, estadual e municipal, ocorreu em São Raimundo Nonato somente por volta da década de 1950, com a criação do grupo escolar Padre Domingos Conceição (estadual) (Figura 03). Em 1959 foi criada a Escola Técnica de Comércio Padre Marcos Carvalho. “É um colégio profissionalizante de ensino misto (homem e mulher) e muito veio beneficiar a comunidade e cidades vizinhas, atendendo como meta prioritária a alunos de baixa renda na área de contabilidade” (DIAS, 2001, p. 78).

Figura 3 - Grupo Escolar Padre Domingos da Conceição na década de 1950



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959.

Contudo, destacamos o problema das desigualdades regionais que afetaram/afetam sobremaneira o estado do Piauí. Segundo Aranha (2006), de 1930 a 1940 o ensino primário e secundário alcançou um nível de desenvolvimento até então nunca registrado no país. De 1936 a 1951 houve uma expansão da rede escolar pública chegando a dobrar o número de escolas primárias, como também houve um elevado acréscimo de escolas secundárias, quase duplicando. Evidentemente que essa expansão não foi homogênea, concentrou-se nas regiões urbanas dos estados mais desenvolvidos. Sendo assim, o Piauí ficou alijado do

processo de desenvolvimento da expansão da educação no País, e consequentemente a cidade de São Raimundo Nonato.

A criação da Escola Normal Madre Lúcia em 1960 em São Raimundo Nonato foi de extrema importância, pois o contexto nacional, segundo Ribeiro (1979, p. 141) vivenciava “o período ‘áureo’ do desenvolvimento econômico brasileiro, aumentando as possibilidades de emprego [...]”. Ademais, “na sociedade industrial a cultura letrada não é apenas condição de ajustamento social, mas também de sobrevivência individual” (idem).

Por isso a Escola Normal Madre Lúcia, com o curso de formação de professores para a escola primária, de um lado qualificou mão de obra para um mercado de trabalho altamente deficitário naquele período. De outro, constituiu-se em uma possibilidade de escolarização de nível secundário para a juventude daquela região e adjacências, abrindo assim, os horizontes daquele alunado para o ingresso na cultura letrada.

Com esse cenário o setor de educação da cidade de São Raimundo Nonato além de atender a comunidade local e as cidades do entorno, atendia também cidades da região sul do estado do Piauí, e ainda cidades do estado da Bahia localizadas nas proximidades como (Remanso, Casa Nova, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes). Assim, preparando profissionais para suprir carências na área da escolarização insistentemente reclamada pela sociedade piauiense. A propósito, como bem ilustrou Brito:

A 5ª Reunião de Governadores com o Presidente da República em 1961, incluindo os estados do Piauí e Maranhão abria novos horizontes ao ensino do Estado [...]. Do plano apresentado pelo Governo do Piauí constavam dentre outras reivindicações do Estado, a construção e equipamento de 2000 novas salas de aula, com o que se esperava reduzir o déficit de matrículas do ensino primário de 63% para 43% no período de 1961 a 1965.(BRITO, 1996, p. 109)

As oportunidades de escolarização foram se ampliando em São Raimundo Nonato, de modo que chegando aos anos de 1970, já existia certa organização do ensino coordenada pelo poder público estadual e municipal, com tendências de expansão, o que posteriormente constituiu as bases para que o ensino superior viesse a ser implantado.

Um novo cenário, portanto, se descortinou no território de São Raimundo Nonato a partir desse período, com desdobramentos importantes no contexto geral

da vida da cidade. Tratou-se das descobertas arqueológicas na Serra da Capivara pela arqueóloga Niéde Guidon, com o apoio da Missão Franco-brasileira. O município passou a ser visto como um importante polo de agitação arqueológica, o que levou à implantação do Parque Nacional Serra da Capivara e da Fundação do Museu do Homem Americano.

No coração do chamado Polígono das Secas, onde o sertão semi-árido se torna mais severo, onde a caatinga se funde com o cerrado e as irregularidades climáticas do Nordeste se fazem sentir com mais força, existe uma fronteira geológica, ponto de encontro entre os planaltos, localmente chamados chapadas, que formam uma cadeia continua de serras, e uma planície antiquíssima, que forma a depressão periférica do médio São Francisco, o mais importante rio do Nordeste. O contato entre as duas formações é marcado por uma *cuesta*, imensa linha de paredões verticais de rara beleza. Conhecidas como Serra da Capivara, essas chapadas marcam o limite do Parque Nacional, que toma seu nome e que ocupa uma superfície de 130.000 ha na bacia sedimentar Maranhão-Piauí (PESSIS, 2003, p. 27).

Esse fenômeno ensejou a necessidade da montagem de uma estrutura que permitisse criar as condições para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas, bem como para desenvolver atividades relacionadas ao turismo. Paralelamente a isso, foi crescendo as atividades do setor de hotelaria, comércio, bancos, saúde e educação, estabelecendo-se assim, formas e interações espaciais, que para (CORRÊA, 2000, p. 35), “são as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte”.

Assim, novas espacialidades vão se configurando e redesenhando o novo contexto socioespacial da cidade de São Raimundo Nonato, atualmente sede regional de educação congregando os municípios da microrregião geográfica de São Raimundo Nonato. Com relação às atividades educacionais houve um expressivo crescimento da rede pública, especialmente no que tange ao ensino médio. Coube destacar também a forte atuação da rede de escolas do setor privado, mesmo com a presença incisiva do estado e do município, como mostra a tabela 4.

Tabela 4 – Evolução da rede de ensino em São Raimundo Nonato.

ENSINO FUNDAMENTAL				
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	2005	2007	2009	2012
ESCOLA MUNICIPAL	40	39	36	26
ESCOLA ESTADUAL	6	6	7	6
ESCOLA PRIVADA	6	5	7	7
ENSINO MÉDIO				
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	2005	2007	2009	2012
ESCOLA MUNICIPAL	0	0	0	0
ESCOLA ESTADUAL	3	3	4	4
ESCOLA PRIVADA	3	2	2	3

Fonte: IBGE (2014)

Os serviços do setor de educação marcaram a trajetória da constituição do território de São Raimundo Nonato em escala ascendente, haja vista que a partir do ano de 2000 o ensino superior aí se instala com a Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Em 2004 chegou a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) com o Campus Serra da Capivara, e em 2010 o Instituto Federal de Ensino (IFPI). (vê tabela 5). Ao lado dessas instituições públicas de ensino superior, há também as instituições privadas como mostra a tabela 6.

Tabela 5 - Instituições de Ensino Superior Públicas

Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Ano de inauguração: Fevereiro de 2000	Ano de inauguração: Outubro de 2004	Ano de inauguração: Agosto de 2010
Cursos ofertados:	Cursos ofertados:	Cursos ofertados:
Lic. Plena em Ciências Biológicas	Arqueologia e Preservação Patrimonial	Lic. Plena em Matemática
Lic. Plena em Geografia	Lic. Plena em Ciências da Natureza	Tecnólogo em Gastronomia

	(a partir de 2008)	
Lic. Plena em História	-	-
Lic.Plena em Pedagogia	-	-
Lic.Plena em Matemática (Período Especial)	-	-
Lic. Plena em Informática (Período Especial)	-	-

Fonte: Pesquisa Direta, 2013.

Tabela 6 - Instituições de Ensino Superior Privadas

Instituto Nacional de Ensino Superior – INES	UNOPAR
Ano de inauguração: 2007 Cursos ofertados em nível de pós- graduação	Ano de inauguração: 2008 (aprox.)
Cursos Ofertados	Cursos Ofertados
Gestão de Negócios	Ciências Contábeis
Psicopedagogia Institucional	Administração de Empresas
Geografia	Pedagogia
História	Serviço Social
Docência do Ensino Fundamental e Médio	Gestão Ambiental
Docência do Ensino Superior	Gestão de Recursos Humanos
Educação Infantil	-
Língua Inglesa	-
Geo – História	-
Biologia	-
Química	-
Educação Física Escolar	-
Matemática	-
Física	-
Gestão e Supervisão Escolar	-
Língua Portuguesa e Literatura	-
Arte e Educação	-
Direito Processual Civil	-
Gestão ambiental	-
Gestão de Marketing	-

Seguridade Social	-
Música	-
Gerontologia	-
Saúde da Família (P S F)	-
Auditoria e Controladoria	-
Psicopedagogia Clínica com Habilitação em Educação Especial	-

Fonte: Pesquisa Direta, 2013.

Dessa forma o conjunto das instituições de ensino superior em São Raimundo Nonato atraem pessoas de toda região sul do Piauí, das cidades do entorno e também de outros estados do país. Em função disso, há um aumento significativo dos seus fixos e fluxos refletindo na dinâmica socioespacial da cidade. “Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar” (SANTOS, 2001, p. 61).

Nessa perspectiva é possível perceber os usos do território de São Raimundo Nonato por meio do processo educativo a partir das evidências manifestadas, não só na dimensão material da sociedade, (elementos fixos), mas também por meio das ações que produzem e usam aquelas materialidades fazendo com que a sociedade se realize.

3 A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO NO CONTEXTO DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E NO PIAUÍ.

Se os seres humanos fossem puramente determinados e não seres 'programados para aprender' [...], não haveria por que falar em educação para a decisão, para a libertação (PAULO FREIRE, 2001, p. 4).

A epígrafe destacada deixa implícito o papel da educação como possibilidade de interferir no desenvolvimento das capacidades humanas para a prática da reflexibilidade, da descoberta, da conquista, da construção da cidadania, enfim, para a prática da liberdade. Aliando-nos ao pensamento de Paulo Freire ressaltamos que, na complexidade do sistema educativo, o ensino superior, no quadro de suas especificidades, semeia os instrumentos para a ampliação da leitura de mundo, ao mesmo tempo em que promove a qualificação de profissionais com as competências e habilidades requeridas pelos distintos contextos sociais.

De acordo com Severino, a educação superior brasileira depara-se com dois compromissos que devem ser atendidos sem prejuízo um do outro:

De um lado, deverá dar sólida preparação científica, mediante um ensino qualificado, gerando competência, e, de outro, deverá fornecer formação política, mediante uma conscientização crítica dos aspectos políticos, econômicos e sociais da realidade histórica em que ela se encontra inserida (SEVERINO, 1982, p. 77).

Nesta parte do estudo fizemos a discussão sobre a implantação do ensino superior na cidade de São Raimundo Nonato no âmbito do percurso desse segmento de ensino no Brasil e no Piauí. Para isso nos ancoramos na periodização sugerida por Durham (2003), que trata do desenvolvimento do ensino superior no Brasil e na periodização apresentada por Santos e Silveira (2001) para analisar a história do território brasileiro. O recorte temporal estabelecido partiu de 1808 até a década de 1990, quando foi implantado na cidade de São Raimundo Nonato-PI, dando um novo impulso à dinâmica socioespacial desta cidade.

Procuramos fazer a discussão com o entendimento de que é no território enquanto espaço de uso, que a materialização das ações comandadas pelas instituições de ensino superior se realiza, ao tempo em que desempenham

importante papel na transformação da configuração territorial. Sendo este, portanto, “lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões [...], todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza [...]” (SANTOS, 2011, p. 13).

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. [...], o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2011, p. 14).

É assim, a arena da cidadania, das realizações humanas, tanto de ordem material como imaterial. É um componente ativo onde a sociedade intencionalmente gera situações, desenvolve suas ações, seu dinamismo e também onde os conflitos sociais ganham força.

3.1 O percurso do ensino superior no Brasil e no Piauí

A leitura do percurso proposto baseado na periodização deu-se em função do papel que ela assume, permitindo-nos definir e redefinir os conceitos, ao mesmo tempo em que autoriza a empiricização do tempo e do espaço em conjunto (SANTOS, 2012). Entretanto, argumenta o autor, que a empiricização do espaço não é problema, considerando que ele é formado de coisas materiais e tangíveis. A grande questão é empiricizar o tempo e o espaço ao mesmo tempo. Por isso, “para serem trabalhados em conjunto e de forma concreta, têm que ser empiricizados, e tal empiricização é impossível sem a periodização” (SANTOS, 2012, p. 92).

Ademais, a periodização se faz necessária, porque os usos do território são diferentes nos diversos momentos históricos e, conforme Santos e Silveira (2001, p. 24): “períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo”.

Por isso, cada período produz suas forças de aglomeração e dispersão, resultado da utilização combinada de condições técnicas e políticas, que não podem ser confundidas com as de momentos pretéritos e que redefinem os limites. Hoje, verifica-se a difusão do sistema técnico comandado pelas técnicas informacionais que cria uma concentração e uma dispersão combinadas. Dão-se, no

território e na sociedade, bruscas mudanças de papéis, que são ao mesmo tempo mudanças de lugares. De tal modo, os chamados equilíbrios precedentes se rompem e muda o conteúdo dos lugares e do território como um todo, indicando novos fatores de localização. (SILVEIRA, 2011, p. 5).

Conforme os autores supracitados, os três grandes momentos/períodos foram por eles identificados a partir da sucessão dos meios geográficos no Brasil. O meio 'natural' (pré-técnico), o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Por conseguinte, "por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional" (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 27).

O primeiro período foi caracterizado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas. Isto é, o homem interfere minimamente com suas ações no território. O segundo, marcado pelos diversos meios técnicos, que paulatinamente vão mecanizando o espaço, atenuando a superioridade da natureza e imprimindo assim, novas feições ao território. O terceiro grande período distinguiu-se dos anteriores, pela profunda interação da ciência e da técnica. "Os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais" (SANTOS, 2002, p. 238), e nos coloca diante do meio técnico-científico-informacional que caracteriza o momento atual.

Retomando o pensamento de Durham (2003), sobre o desenvolvimento do ensino superior no Brasil (considerando nosso recorte temporal), vislumbramos nesse processo os distintos períodos que, em grande parte, acompanharam as transformações políticas que ocorreram no país. O primeiro período foi estabelecido de 1808 até o início da República em 1889, no contexto da monarquia. O período seguinte de 1889 a 1930 abrangeu toda a Primeira República, e foi identificado pela descentralização do sistema de ensino superior. O terceiro, implantou-se a partir de 1930 coincidindo com o final da Primeira República e a instalação do governo autoritário de Getúlio Vargas, o Estado Novo. Nesse momento foram criadas as primeiras universidades no território brasileiro.

Com a queda de Vargas em 1945, teve início um novo período que vai até 1964, quando se instalou a ditadura militar durante a qual, o modelo de universidade foi reformado e o sistema privado ganhou espaço desenvolvendo-se aceleradamente. A partir de 1964, o país passou a vivenciar um gradual processo de redemocratização e foi marcado pela Constituição de 1988, por uma nova Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e por profundas transformações políticas, econômicas e educacionais.

A literatura pertinente indicou que o desenvolvimento do ensino superior no Brasil teve um caráter tardio, considerando que as primeiras instituições foram criadas apenas no início do século XIX, e as primeiras universidades bem mais tarde, só em 1930. Ficamos dessa forma limitados às Universidades de Coimbra e Évora situadas na Metrópole. É possível que essa forma de controle tenha sido parte das estratégias da corte Portuguesa para manter o Brasil sob seu domínio.

Era convicção dos colonizadores portugueses que, obrigando os raros representantes da juventude oriunda das famílias ricas da terra a irem estudar nos centros universitários da metrópole, reforçavam o seu espírito de lusitanidade e os preparavam para, de volta, se comportarem como bons súditos da coroa de Portugal (PINTO, 1986, p. 17).

3.2 Período de 1808 a 1889

Segundo Durham (2003), o traslado da Coroa portuguesa para o Brasil com toda a corte propiciou a instalação do ensino superior no país com a criação das primeiras escolas. Ainda nesse período, outras iniciativas complementando o conjunto de medidas foram providenciadas (SOUZA, 1997).

Para Amorim (2010), a vinda da família real para o Rio de Janeiro imprimiu profundas transformações na sociedade brasileira, especialmente, por criar as possibilidades de incutir as diversas modificações que se processaram a partir daquele período na vida política, administrativa, econômica e social do país. Essas mudanças se relacionaram com a criação de uma série de instituições e estruturas de poder, dentre as quais, as Instituições de Ensino Superior (IES) despontavam como uma das mais importantes.

nas duas primeiras décadas do século XIX, a situação do Brasil foi profundamente marcada por dois fatos relevantes e vinculados: a transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro e a posição de Portugal nas correlações de forças dos conflitos europeus. A chegada da família real portuguesa ao Brasil significou a transferência do Estado luso para uma colônia (situada, portanto, na periferia do sistema colonial). Com isso, alteraram-se os papéis tradicionais de metrópole e colônia, dando origem à chamada

‘Inversão Brasileira’, encaminhando o Brasil em direção à sua emancipação política. (AMORIM, 2010, p. 111).

Cunha (2007) destacou nesse momento a criação de cursos e academias voltados para formar burocratas para o Estado, bem como profissionais liberais, podendo-se dizer que a história do ensino superior no Brasil originou-se com o deslocamento da família real para a colônia, que naquele momento se constituiu um refúgio seguro.

A transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil, em 1808, e a emergência do Estado Nacional, pouco depois, geraram a necessidade de se modificar o ensino superior herdado da Colônia, ou melhor, de se fundar todo um grau de ensino completamente distinto do anterior. O novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado nacional, dentro ainda dos marcos da dependência cultural aos quais Portugal estava preso (CUNHA, 2007, p. 63).

O esboço desse quadro foi considerado por Amorim (2010), um marco no desenvolvimento das ciências e das técnicas no Brasil, visto que a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro criou um espaço político letrado, de circulação de ideias e formação de opinião. As grandes transformações que se processaram nos anos seguintes foram muitas e de largo alcance.

O território brasileiro nesse período apresentou-se delineado pelo meio técnico, onde a invenção e difusão das máquinas permitiram novas formas de organização mais complexas e conseqüentemente outros usos do território. Em decorrência, novos equipamentos foram postos imprimindo assim, novas configurações ao território.

O período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado. São as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza, situações em que as possibilidades técnicas presentes denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 31).

Esclarecemos que de acordo com os autores acima referenciados, o período técnico tramita por uma escala de evolução que é permanente. Por isso, no primeiro momento o território brasileiro apresentou-se constituído por um conjunto de manchas ou pontos onde se realizou uma produção mecanizada. Em seguida, a própria circulação se mecanizou e a industrialização se manifestou. Posteriormente, num terceiro momento, esses pontos e manchas foram ligados pelas extensões das

ferrovias e pela implantação de rodovias nacionais, momento em que as bases para a integração do mercado e do território foram postas. “Essa integração revela a heterogeneidade do espaço nacional e de certo modo a agrava, já que as desigualdades regionais tendem, assim, a tornarem-se estruturais” (SANTOS; SILVEIRA, OP. CIT., P. 31).

Foi no contexto de um território com poucos sinais de mecanização, que o ensino superior surgiu em alguns lugares do território brasileiro com forte caráter pragmático articulado diretamente com a defesa do território. O que se observou, portanto, conforme Durham (2003) foi a difusão lenta e desigualmente distribuída das instituições de ensino superior pelo território.

Esse período foi identificado pela implantação de um modelo de escolas de nível superior autônomas para formar profissionais liberais (DURHAM, 2003). Destacou Souza (1997), que o ensino superior no Brasil nasceu elitista, direcionado para atender os filhos da aristocracia colonial, que pela ameaça da invasão napoleônica, não tiveram mais acesso a Coimbra e Montpellier, fato esse, que os forçou a cursar estudos superiores aqui no Brasil. Para o autor (op. cit.), os cursos em faculdades separadas organizacionalmente entre si, marcou o sistema de ensino superior brasileiro ao longo do tempo.

O ensino superior brasileiro, que nasceu em 1808, à imagem do modelo coimbrão, revestiu-se, desde logo, do caráter eminentemente elitista, que o tipificou ao longo do tempo. Seu crescimento até meados do século 20 deu-se vegetativamente, tanto na esfera pública, quanto na particular. Com as mudanças socioeconômicas sofridas pelo país no pós-guerra, como: a industrialização, a urbanização, o êxodo rural, a migração interna, o *boom* dos meios de comunicação, a mobilidade social, a internacionalização da economia, e outras de menor importância, mas também relevantes para a modernização nacional, a educação foi abalada em seus alicerces e entrou num processo de rápidas transformações (SOUZA, 1997, p. 79).

Para Mendonça (2000), as instituições de ensino superior criadas por D. João VI com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, eram em sua grande maioria, parte do projeto de defesa militar da colônia tornada a sede do governo português. Foi, assim, criada ainda em 1808 a Academia da Marinha e em 1810 a Academia Real Militar com a finalidade de formar oficiais e engenheiros civis e militares. Além desses, os outros cursos instalados nesse período convergiram para uma orientação

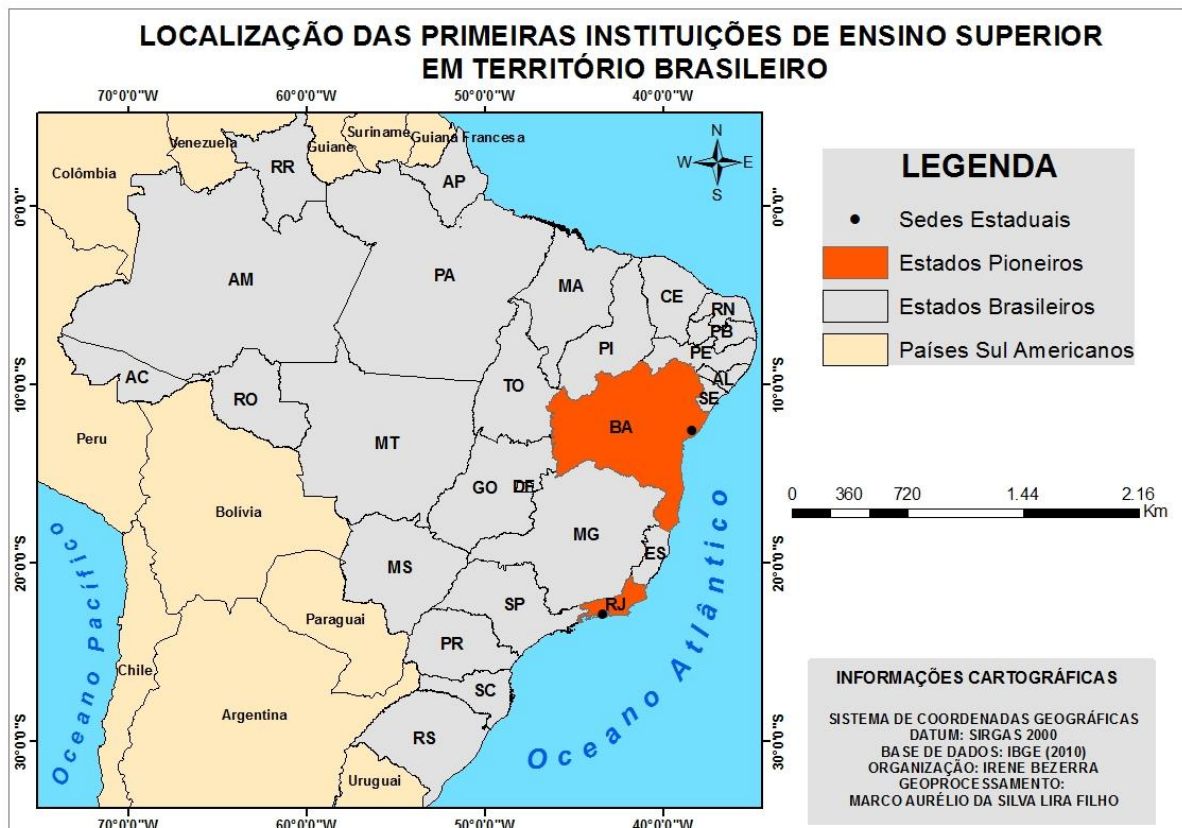
pragmática no sentido de criar uma infraestrutura que desse suporte à sobrevivência da Corte na colônia, tornada Reino-Unido.

Ademais, acrescentou a autora (op. cit.), que não só o caráter pragmático identificou a grande maioria desses cursos, como também o caráter laico e estatal. Foram cursos de iniciativa da Corte portuguesa, mantidos por ela com continuidade de manutenção pelos governos imperiais após a independência política. “Por sucessivas reorganizações, fragmentações e aglutinações, esses cursos [...] dariam origem às escolas e faculdades profissionalizantes que vão constituir o conjunto das nossas instituições de ensino superior até a República” (MENDONÇA, 2000, p. 134).

Foi apenas no início do século IX, em 1808, quando a Coroa portuguesa, ameaçada pela invasão napoleônica na metrópole, se trasladou para o Brasil com toda a corte, que teve início a história do ensino superior no país. Foram fundadas no mesmo ano da chegada do rei português (então regente do trono) três escolas, a de Cirurgia e Anatomia na Bahia (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a Academia de Guarda da Marinha, também no Rio. Dois anos mais tarde, em 1810, foi fundada a Academia Real Militar, que se transformou em Escola Central, e depois em Escola Politécnica (hoje Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). (SCHWARTZMAN, 1991, apud DURHAM, 2003, p. 193-194).

O mapa 5 mostra a espacialização das primeiras instituições de ensino superior em território brasileiro.

Mapa 5 - Espacialização das primeiras instituições de ensino superior em território brasileiro



3.3 Primeira República (1889 – 1930)

Com a proclamação da República, e consequentemente, a instituição do regime republicano, um rearranjo jurídico-político se impôs ao território brasileiro propiciando um período de prosperidade econômica. Isso estimulou uma nova reorganização do território a partir do aparato da mecanização, “mediante a instalação de usinas açucareiras e, mais tarde, da navegação a vapor e das estradas de ferro. Às técnicas da máquina circunscritas à produção sucedem as técnicas da máquina incluídas no território” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 35).

O cenário acima esboçado consistiu no palco onde o primeiro passo foi dado para a descentralização do ensino superior com a promulgação da Carta Magna. Com isso, ao lado das escolas federais, surgiram outras, tanto públicas (estaduais ou municipais) quanto privadas. Foram escolas superiores autônomas centradas em cursos, com tendência de amplo crescimento facilitado pelo ingresso no ensino superior.

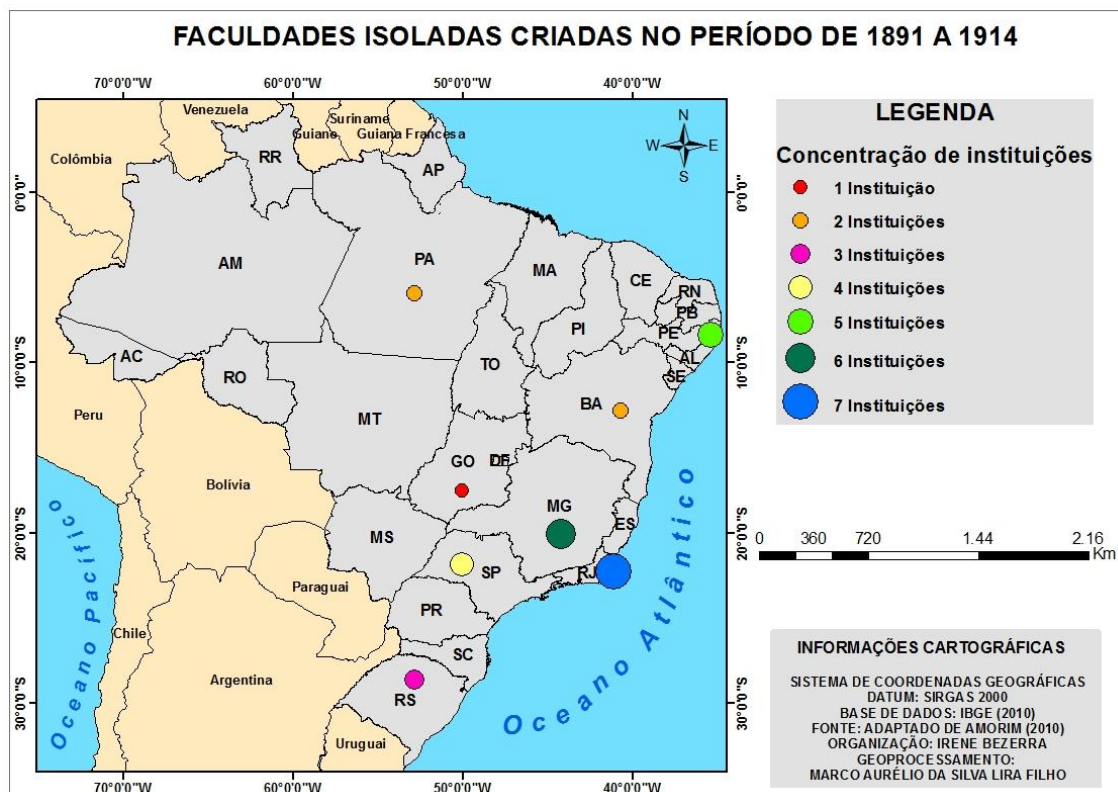
Cunha (2007) viu esse fenômeno como produto de determinações técnico-econômicas, em razão da necessidade de aumentar o suprimento da força de trabalho dotada de alta escolaridade, mas, não só por isso, também por força de determinações ideológicas, como a influência do positivismo.

Nesse sentido, Durham (2003) observou que foi a disseminação das ideias positivistas entre as lideranças republicanas que no final do século XIX contribuiu para abrir o sistema a outras iniciativas independentes do governo central, dentro do modelo de escolas isoladas destinadas à formação de profissionais liberais. De modo que, durante toda a Primeira República continuou, prevalecendo esse modelo de escolas.

A constituição de 1891, republicana e positivista, consiste no marco normativo que permite a instalação de IES¹. Até a proclamação da República, em 1889, havia apenas 14 instituições públicas ministrando o ensino superior no Brasil. Nos vinte anos seguintes, até a primeira década do século XX, porém, foram criadas 27, na sua maioria privadas. As particulares surgidas nessa época eram confessionais católicas ou laicas, fundadas por senhores da elite agroexportadora ou da burguesia industrial nascente. (AMORIM 2010, p. 120-121).

O mapa 6 mostra a expansão do ensino superior na primeira década do regime republicano, uma vez que, a partir de 1911, com a reforma Rivadavia Corrêa houve uma retração do setor estatal em benefício do setor privado, praticamente inexistente nesse grau de ensino (CUNHA, 2007).

Mapa 6 - Faculdades isoladas criadas no período de 1891 a 1914



A análise dos dados apresentados no mapa nos permitiu inferir que a expressiva concentração do ensino superior na região sudeste desde cedo contribuiu para que essa região detivesse uma mão de obra qualificada, aumentando com isso, seu poder de competitividade. Nessa direção, acrescentou Silveira (2011), que o ensino superior público e particular desempenhou um relevante papel ao sabor das demandas modernas, na medida em que acaba sendo um ativo na atração de outras localizações empresariais. “A densidade das relações entre atores locais como empresas, prefeituras, universidades, centros de pesquisa e sindicatos, tem um papel determinante na competitividade de certas atividades e serviços” (SILVEIRA, op. cit p. 9).

Oportunamente observamos que até esse período (primeira década do século XX), nenhuma universidade havia sido criada no Brasil. “Todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbresse sinais de independência cultural e política da Colônia” (FÁVERO, 2006, p. 20). Entretanto, informou a autora, que a partir da proclamação da República até a Revolução de 1930, em função dos diferentes dispositivos legais

promulgados, várias alterações foram realizadas no contexto do ensino superior brasileiro, abrindo espaço para os avanços em sua trajetória.

De fato, no que se refere à questão da expansão, entre 1889 e 1918, novas escolas de nível superior foram criadas chegando a um total de 56, em sua maioria privadas (DURHAM, 2003). No conjunto dessas escolas encontraram-se, de um lado, as instituições católicas confessionais, de outro, as instituições propostas pelas elites locais que procuraram dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior. “Data dessa época, portanto, a diversificação do sistema que marca até hoje o ensino superior brasileiro: instituições públicas e leigas, federais ou estaduais, ao lado de instituições privadas confessionais ou não” (DURHAM, 2003, p.195).

Foi conveniente destacar que ainda nesse período um largo passo foi dado, tratou-se da Reforma Carlos Maximiliano em 1915, estabelecendo a criação de uma universidade, que na verdade só veio a se concretizar em 1920.

A Reforma Carlos Maximiliano, por meio do Decreto nº 11.530, dispõe a respeito da instituição de uma universidade, determinando em seu art. 6º: ‘O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar’ (FÁVERO, 2006, p. 21).

A década de 1920 registrou mudanças significativas no país, tanto pela crescente urbanização como pelas transformações econômicas decorrentes do processo de industrialização. Esse período foi marcado por uma intensa revolução cultural que se estendeu a todas as dimensões da realidade, atingindo também a educação. Nesse contexto profundas reformas ocorreram em todos os níveis de ensino, surgindo assim, a proposta de reformulação do sistema de ensino superior substituindo as escolas autônomas pelas universidades. Em decorrência do estabelecido na Reforma Carlos Maximiliano, de acordo com Fávero (2006, p. 22):

Por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no decreto de 1915. Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características.

O modelo de universidade proposto, na observação de Mendonça (2006), em nada alterou o que estava posto. As instituições continuaram a funcionar isoladas da forma como vinham sendo concebidas ao longo do tempo, utilizando as mesmas práticas, sem nenhuma articulação entre si, e sem alterações nos currículos desenvolvidos. Com esse formato, foi posteriormente, em 1927, instituída a Universidade de Minas Gerais pelo governo do estado.

3.3.1 O Surgimento da Universidade no Brasil

A instituição universidade no Brasil data de 1920, e por ser um órgão social, só foi instalada oficialmente, quando sua presença se fez necessária para o contexto em que deveria estar inserida. Foi, portanto, no âmbito da Primeira República que ocorreu a fundação da Universidade do Rio de Janeiro, a primeira do país, instituída pelo Decreto nº 14.343, de sete de setembro de 1920. Com essa finalidade foram reunidas a Escola Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito (FÁVERO, 2006).

Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características (FÁVERO, 2006, p. 22).

Em consonância com o pensamento de Fávero, Mendonça (2000) pontuou que a reunião daquelas instituições não passou de um conglomerado de escolas sem as necessárias articulações, quer sejam nos seus currículos ou nas práticas desenvolvidas em seu interior. Desse modo, continuaram a funcionar de forma isolada.

Em face disso, de acordo com Fávero (2010) foi por volta desse período que o debate sobre a Universidade no País começou a ganhar expressão onde foram destacadas questões recorrentes como: concepção de universidade; funções que deverão desempenhar às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil.

Conforme o enfoque dado pela Associação Brasileira de Educação (ABE, 1929), e destacado por Fávero (2010, p. 22-23),

no que diz respeito às funções e ao papel da universidade, há duas posições: os que defendem como funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que consideram ser prioridade a formação profissional. Há, ainda, uma posição que poderia talvez vir a constituir-se em desdobramento da primeira. De acordo com essa visão, a universidade, para ser digna dessa denominação, deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova.

Todavia, com o fim da Primeira República, e a partir da instalação do governo Vargas em 1930, procedeu-se a reforma da educação superior, em que foram instituídas as universidades como forma preferencial para a oferta de ensino superior. Nesse momento, também foi definido o formato legal que serviu de modelo para todas as instituições do mesmo tipo criadas posteriormente no Brasil. E como disse Durham (2003, p. 127),

a reforma previa, de fato, a regulamentação de todo o ensino superior, tanto público como privado, pelo governo central. [...]. Ocorreu, portanto, uma retomada da tendência centralista do período monárquico, não mais em termos de monopólio da criação e manutenção das instituições de ensino, mas de controle burocrático pela normatização e supervisão de todo o sistema.

Nessa direção, Schwartzman (2005) enfatizou que o governo Vargas criou uma burocracia muito centralizadora para o ensino superior e exerceu o controle dos demais níveis de ensino a partir de cima, sem, contudo, assumir a responsabilidade de gerenciar e administrar as escolas, ficando por conta das esferas municipal e estadual, ou na dependência da iniciativa privada.

Destacou o autor (op. cit.), que a primeira legislação universitária foi aprovada em 1931, e fez uma combinação do modelo das escolas profissionais francesas com o modelo das italianas do tipo 'Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras', que deveriam ser lugar de pesquisa e conhecimento e também de formação de professores para as escolas secundárias.

Esse modelo universitário complementou Mendonça (2000), não se desenvolveu conforme havia sido pensado, e as próprias Faculdades de Filosofia às quais competiam produzir conhecimento e se estabelecerem como o órgão integrador e articulador da universidade, na verdade não cumpriram essa função e tiveram sua expansão assegurada como instituições isoladas propondo-se a formar, de maneira precária, professores para a escola secundária. Assim, "as concepções,

os arcabouços e as práticas institucionais estabelecidos durante aqueles 15 anos do regime Vargas, de 1930 a 1945, iriam moldar o ensino brasileiro por muitas décadas” (SCHWARTZMAN, 2005, p. 25).

O contexto acima descrito foi marcado pelo aumento da procura por educação superior em consequência das transformações políticas, sociais, econômicas e culturais que se processaram no país fomentado pela Revolução de 30. E como bem ilustrou Cunha (2007, p. 150) “A revolução de 30 veio abrir uma nova quadra na história política do país, na qual o aparelho educacional sofreu alterações de grande envergadura”. No quadro dessas transformações, no que tange ao ensino superior, está incluída a facilitação do acesso a esse nível de ensino, em função das mudanças nas condições de admissão e da multiplicação das faculdades. A tabela 7 apresenta as primeiras universidades fundadas no território brasileiro.

Tabela 7 - Primeiras Universidades e ano de criação

Universidade	Ano de Criação
Universidade do Rio de Janeiro ¹	1920
Universidade de Minas Gerais	1927
Universidade Técnica do Rio Grande do Sul ²	1932
Universidade de São Paulo	1934
Universidade do Distrito Federal	1935-1939

Fonte: Elaborada a partir dos dados de Cunha (2007)

1 Chamada de Universidade do Brasil desde 1937

2 Criada em 1896 com o nome de Escola de Engenharia de Porto Alegre.

Desde de 1934, Universidade de Porto Alegre

3.4 Segunda República – de 1945 até 1964

Na observação de Durham (2003), o sistema de ensino superior no Brasil no período compreendido entre 1945 e 1960, expandiu-se de forma lenta. Foi um período caracterizado pela demanda crescente dos setores médios em expansão decorrente do processo de desenvolvimento urbano-industrial. Nesse contexto deu-se a formação da rede de universidades federais, datando também dessa época a criação de uma série de universidades católicas, incluindo-se, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Esse momento também foi propício para a expansão do sistema universitário estadual paulista, e o surgimento em todas as

regiões do país de instituições de ensino superior menores, sob a responsabilidade do estado e do município. É um período caracterizado pela alta demanda de serviços decorrentes do crescimento populacional e da elevação dos níveis de vida. De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 44),

É num Brasil integrado pelos transportes e pelas necessidades advindas da industrialização que vão nascer importantes cidades no interior. Estas decorrem do crescimento populacional, da elevação dos níveis de vida e da demanda de serviços em número e frequência maiores que anteriormente.

Durham (op. cit.) observou que o número de universidades criadas no Brasil entre 1946 e 1960 somava 28, sendo 18 públicas e 10 particulares. Destas, a maioria era confessional.

Durante todo esse período, a criação de universidades públicas, mantidas pelo governo federal, constituiu uma reivindicação permanente dos estados, encaminhada por seus deputados. O processo se dava através da encampação ou fusão de instituições preexistentes, em sua maioria privadas. Era procedimento comum das elites locais criarem algumas escolas e, algum tempo depois, solicitar ao governo central sua federalização e a constituição de uma nova universidade. (DURHAM, 2003, p. 200).

Com a aceleração do ritmo de desenvolvimento vivenciado pelo Brasil na década de 50 resultantes da industrialização e do crescimento econômico, simultaneamente ocorreram várias transformações tanto no campo econômico quanto no sociocultural, o que ensejou manifestações sinalizando para a tomada de consciência por vários setores da sociedade das condições de precariedade em que se encontravam as universidades no País. Foi um período caracterizado por intensa agitação social e pelo crescente envolvimento dos estudantes universitários em diversas lutas políticas a favor das profundas transformações que o País necessitou passar naquele momento.

Por volta da segunda metade dos anos de 1950, o movimento estudantil com a força de sua organização concentrou-se na discussão para a votação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Os estudantes em conjunto com os setores liberais e de esquerda da intelectualidade, defendiam uma reforma que assegurasse a expansão das universidades públicas e gratuitas, onde o ensino e a

pesquisa se consolidassem como um efetivo instrumento para alavancar o desenvolvimento do País.

Os estudantes reivindicavam, inclusive, a substituição de todo o ensino privado por instituições públicas. Essa reivindicação chocava-se frontalmente com os interesses do setor privado, dominado por escolas superiores autônomas de tipo tradicional, que temia um cerceamento em sua liberdade de expansão e se opunha a um projeto de dominância das universidades públicas. Consolidou-se uma oposição entre os setores público e privado que atravessou as décadas posteriores [...] (DURHAM, 2003, p. 202-203).

Mesmo diante do quadro caracterizado pelo conflito de interesses entre o setor público e o privado esse período notabilizou-se pelas primeiras experiências de expansão do sistema de ensino superior no País. Em contraste com as pretensões do setor privado, a luta dos estudantes, representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), buscou a ampliação das vagas nas universidades públicas e gratuitas, sem, contudo, perder o foco da associação do ensino com a pesquisa e da luta junto às classes populares contra a desigualdade social no ensino superior.

A LDB votada em 1961, de acordo com Durham (2003), atendeu de modo satisfatório aos interesses privatistas e conservadores, preservando, assim, o sistema existente. Obviamente, a referida Lei, só legitimou e ampliou o sistema vigente, preocupando-se de forma privilegiada em estabelecer mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo do ensino a ser desenvolvido junto ao alunado.

3.4.1 O período 1964 – 1980

O golpe militar instalado em 1964 estabeleceu no País um novo quadro político, esvaziando completamente toda resistência emanada dos setores progressistas da educação. Para Amorim (2010), isso ampliou sobremaneira, a tendência do controle privado do ensino público, que já estava delineada na LDB de 1961. Nesse quadro de efervescência política em que os ânimos tornaram-se ainda mais acirrados, “o movimento estudantil se reorganizou como resistência ao regime e a universidade pública foi seu baluarte. Iniciou-se, portanto, um enfrentamento direto entre os estudantes e o governo” (DURHAM, 2003, p. 204).

Nessa conjuntura, em 1968 foi promulgada a Lei 5540 oficializando a reforma universitária no País. Com a finalidade de aumentar sua eficiência e produtividade, entre as medidas propostas sobressaíram-se: a unificação do vestibular, que a partir de então, passou a ser classificatório; o sistema departamental; o ciclo básico; o sistema de créditos e a matrícula por disciplina; a carreira do magistério; a pós-graduação; bem como a nomeação dos reitores, cuja indicação não se limitava aos docentes do quadro da instituição, tendo em vista que era permitida a indicação de pessoas de prestígio da vida pública ou empresarial.

A lei 5540 afirmava explicitamente constituir-se a universidade na forma ideal de organização do ensino superior, na sua tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, enfatizando-se a indissolubilidade entre essas funções, particularmente entre ensino e pesquisa, sendo esta última o próprio distintivo da universidade (MENDONÇA, 2000, p.148).

Nesse cenário, as universidades entraram em um processo de consolidação tendo como importante suporte a institucionalização da pós-graduação. Esta dimensão do ensino superior norteou efetivamente as mudanças da universidade, na medida em que garantiu em seu âmbito, o exercício da pesquisa, como também propiciou a melhoria do desenvolvimento da qualificação dos docentes para o exercício das atividades universitárias.

Para Mendonça (op. cit.), a autonomia da universidade (estamos nos referindo à universidade pública) foi comprometida na vigência do regime autoritário. Realçou a autora que a autonomia não teve condição de se efetivar, em razão do exacerbado controle exercido pelo governo federal sobre os recursos materiais e financeiros, culminando com o atrelamento de seu funcionamento às políticas governamentais. Mas não só por isso, também pela forma como a gestão interna da universidade estruturou-se, ou seja, por uma espécie de pacto entre as oligarquias acadêmicas tradicionais e os novos segmentos da comunidade acadêmica, em que os diferentes tipos de composição entre essas partes gerou uma estrutura de poder nem sempre orientada pela dimensão propriamente acadêmica.

Outro aspecto a ser destacado nesse período, particularmente na década de 1970, associado ao grande impulso no desenvolvimento econômico, foi o significativo aumento da demanda por ensino superior. Esse fato foi consequência tanto do crescimento da classe média, por ter sido diretamente beneficiada, como

também pelas novas oportunidades de trabalho surgidas nos setores mais modernos da economia e da tecnoburocracia estatal. Por conseguinte, ocorreu o uso expressivo do território nacional pelas instituições de ensino superior, num período em que graças à união entre ciência e técnica o território foi significativamente transformado e revigorado com os recursos da informação.

O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional que se instala sobre o território, em áreas contínuas no sudeste e no sul ou constituindo manchas e pontos no resto do país (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 53).

Desse modo, de acordo com Durham (2003), houve uma extraordinária ampliação do ensino superior universitário e não universitário no País no regime militar (tabela 8), especialmente no período de 1965 até o final da década de 1970. Observou a autora, que no Brasil, a repressão política não barrou o crescimento do ensino superior, público ou privado, este, (ensino privado), sobretudo, foi profundamente estimulado

Tabela 8 – Ampliação do Ensino Superior Universitário e Não universitário

Ano	Público		Privado		Total
	Número	(%)	Número	(%)	Número
1960	59.624	56,0	42.067	44,0	95.691
1965	182.696	56,2	142.386	43,8	352.096
1970	210.613	49,5	214.865	50,5	425.478

Fonte: Adaptado de Durham (2003, p. 199)

Para Mendonça (2003), o governo militar não criou uma estrutura que permitisse atender à expansão da demanda por ensino superior. Em decorrência, implantou uma política contraditória que deixou marcas profundas e duradouras em nosso sistema universitário.

Um efeito, a meu ver, mais profundo e duradouro sobre o ensino superior no Brasil teve, entretanto, a contraditória política desenvolvida pelo governo para atender à expansão da demanda. Dado que a ampliação das vagas nas universidades públicas, aliada às medidas de racionalização econômica e administrativa, tais como

a unificação do vestibular ou a criação de um ciclo básico de estudos, não era suficiente para atender ao volume da demanda, o governo passou a estimular o crescimento da oferta privada. (MENDONÇA, op. cit. p. 148-149).

3.4.2 O período 1980 e 1990

A repressão política instalada no Brasil a partir de 1964 entrou em processo de esgotamento dando lugar a chamada redemocratização do País. Para Durham (2003), chegando à década de 1980, o país viveu uma situação peculiar tanto política como econômica. A dimensão política foi caracterizada pelo declínio da repressão, pela eleição de um presidente civil, por uma nova Constituição em 1988 e pela primeira eleição direta para a Presidência da República em 1989. Na esfera econômica foi um momento de crise e inflação crescente.

Esse período foi crucial para o ensino superior que entra num processo de estagnação com um abrupto retrocesso no crescimento do sistema afetando não só o setor público, como também, e de forma mais intensa, o setor privado. Foi, portanto, nesse período, que ocorreu a retomada do debate para repensar os rumos da universidade, em que os docentes universitários assumiram o comando da iniciativa organizando-se em entidades representativas, isto é, as Associações de Docentes Universitários. Estas se multiplicaram nos anos 80, e, em um processo de articulação, foi criada a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), transformada, posteriormente, em Sindicato Nacional.

O viés sindical segundo Durham (op. cit.), notadamente contribuiu para encaminhar a discussão sobre a reforma universitária supervalorizando aspectos referentes a problemas internos às universidades públicas como, a ampliação dos recursos públicos, a carreira docente, a remuneração, dentre outros. Entretanto, secundarizou os problemas mais gerais do ensino superior. Assim, no final desse período,

[...] começou a se organizar um novo grupo que contestava as orientações e as posições da Andes. São pesquisadores universitários voltados para a análise do sistema de ensino superior brasileiro, técnicos qualificados do MEC que conhecem bem a complexidade do sistema e seus problemas e reitores das universidades estaduais paulistas. Todos eles têm em comum a familiaridade com as pesquisas sobre as universidades que estão sendo realizadas na Europa e Estados Unidos e com as reformas em andamento nesses países. A grande questão subjacente, que se colocava no debate internacional e influenciou esse grupo, foi a

mudança do papel do Estado: de executor para regulador e avaliador (DURHAM, 2003, p. 222).

Para a autora supracitada, as questões privilegiadas por esse grupo foram *autonomia* e *avaliação*. Todavia, as tentativas de colocar em prática as propostas idealizadas pelo novo grupo de pensadores, não foram concretizadas nesse período (década de 1980), tendo sido retomadas em 1995 no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A análise de Cunha (2003) enfocando as políticas do governo federal sobre o ensino superior brasileiro nos anos de 1990 revelou ter sido esse um período caracterizado por mudanças substanciais em que se sobressaíram os aspectos: parceria entre setor privado e governo, forma de acesso aos cursos de graduação e a avaliação nas universidades brasileiras.

A característica mais marcante da educação [...] é o destaque para o papel econômico da educação, como 'base do novo estilo de desenvolvimento', cujo dinamismo e sustentação provêm de fora dela mesma – do progresso científico e tecnológico. Essa indução atuaria no sistema educacional pelo topo, isto é, pela universidade, entendendo-se que a competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico, assim como aumentar a qualificação geral da população. Para se conseguir isso, a *proposta* afirmava a necessidade de se estabelecer uma 'verdadeira parceria' entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico (CUNHA, 2003, p. 38-39).

Na verdade, segundo o autor (op. cit.), a idealizada conexão entre o desenvolvimento científico e tecnológico, a partir do papel estratégico da universidade de um lado, e o desenvolvimento econômico do outro, não foi estabelecida. No entanto, um projeto de reestruturação das universidades federais foi engendrado ensejando uma arrojada polêmica que culminou podando as condições políticas para tramitar no Congresso. Dado a isso, o projeto foi abandonado pelo governo, e em decorrência, não aconteceu a tão esperada revolução administrativa nas universidades federais.

De outro lado, conforme o autor acima mencionado houve um incentivo substancial com relação à privatização do ensino superior no período em análise. A quantidade de instituições privadas aumentou consideravelmente, e, de modo

especial, na categoria universidades⁶ e na de centros universitários⁷ propiciando desse modo, a elevação do quantitativo de alunos neste setor. Conferir tabela 9.

Tabela 9 – Evolução do número de instituições públicas e privadas de ensino superior no Brasil, 1990- 2000

Ano	Universidade		Faculdades		Estabelecimentos		Centros		Total
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	
1990	55	49	-	74	167	582	-	-	918
1995	68	59	3	84	147	490	-	-	85
2000	71	85	2	88	132	782	1	49	901

Fonte: Censo e Sinopses Estatísticas do Ensino Superior, MEC, 2000.

Durham (2003) analisou a política voltada para o ensino superior nesse período, com enfoque na nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) votada em dezembro de 1996. Destacou inovações importantes introduzidas em todo o sistema, dentre as quais a posição das universidades no sistema de ensino superior, cabendo a estas fazer ensino associado à pesquisa, e apresentar produção científica comprovada para que obtenha seu credenciamento e credenciamento. Nessa perspectiva expressou:

A associação entre ensino e pesquisa, é verdade, constava de toda a legislação anterior, mas não existia nenhum mecanismo que exigisse sua implantação pelo setor privado, como ficou claro na análise que fizemos dos processos de aprovação da criação de novas universidades pelo Conselho Federal de Educação. Além do mais, a lei passou a exigir das universidades condições mínima de qualificação do corpo docente e de regime de trabalho sem as quais a pesquisa não poderia se implantar: um mínimo de um terço do quadro docente constituído por mestres e doutores e de um terço de docentes em tempo integral. A aprovação dessas disposições foi particularmente difícil, pois contou com uma fortíssima oposição do *lobby* privatista. Embora aparentemente burocráticas, essas disposições legais estabeleceram critérios muito objetivos que, por

⁶Instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano que se caracterizam por produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional. (ART. 52 DA LDB 9.394/96).

⁷instituições de ensino superior pluricurriculares, que abrangem uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições do trabalho acadêmico. (Cunha, Luís Antônio. O ensino superior no Oitavo FHC. Educação e Sociedade. Campinas, vol.24, n.82, p.37-61, abril 2003).

isso mesmo, alteraram substantivamente o processo de criação de universidades (DURHAM, 2003, p. 224).

De acordo com Cunha (2003), houve, nesse período, mudança na forma de acesso ao ensino superior, com a institucionalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), “O ENEM torna-se, assim, um exame de saída do ensino médio, mas, ao mesmo tempo, um exame de entrada no ensino superior” (CUNHA, op.cit. p. 45). Com isso, paulatinamente vai entrando em extinção, especialmente na rede pública de ensino superior, os exames vestibulares obrigatórios desde 1911, como única forma de seleção para ingressar nos cursos superiores.

Outra mudança referiu-se a avaliação das instituições de ensino superior. Cunha (op. cit.) observou que houve o deslocamento de foco da dimensão institucional para a dimensão individual, implicando no sensível desaceleramento do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

A Lei n. 9.131/95 assegurava que o MEC procederá a avaliações periódicas das instituições e dos cursos de ensino superior utilizando procedimentos e critérios abrangentes dos fatores determinantes da qualidade e da eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão. “O que se instituiu mesmo foram os Exames Nacionais de Cursos, os quais seriam obrigatórios para *todos* os estudantes do último ano dos cursos superiores de graduação do país” (CUNHA, 2003, p. 49).

A avaliação segundo Durham (2003), não se voltou para as instituições de ensino, mas para a qualidade dos cursos “e consistiu na criação de um exame nacional de cursos, popularmente conhecido como ‘Provão’” (DURHAM, op. cit. p. 226). Com isso o Ministério da Educação conseguiu implantar instrumentos de avaliação dos cursos de graduação, entretanto, praticamente ignorou a avaliação institucional essencial para o balanço das ações que a instituição desenvolve visando a qualidade. É, portanto, um serviço prestado à sociedade que permite aos atores envolvidos repensarem os compromissos, as metas, os modos de atuação, as finalidades das práticas e a missão institucional.

3.5 O Ensino Superior no Piauí

A primeira iniciativa no sentido de criar um curso de nível superior no Piauí datou da década de 1930, e conforme Melo (2006) foi a realização da sonhada aspiração da sociedade intelectual da época. Os jovens piauienses após o término

do ensino secundário não tinham perspectivas de continuidade dos estudos aqui no Piauí pela ausência de ensino superior. O acesso ao referido nível de ensino era restrito àqueles jovens de elevado poder aquisitivo, que se deslocavam para alguns centros detentores de faculdades. “Até o final da Primeira República, a formação de um bacharel de origem piauiense pressupunha o cumprimento de uma etapa de escolarização fora do âmbito local” (QUEIROZ, 1994, p. 71). Isso porque:

o acesso ao ensino superior se dava por uma prova que era conhecida por exames preparatórios, e as escolas que existiam na época no Piauí em especial na capital Teresina não estavam preparadas para conduzir estas mudanças [...]. A solução era o deslocamento de estudantes que tinha melhores condições financeiras para as cidades que tinham faculdades e preparar-se para o exame seletivo, já que as escolas secundaristas destas cidades estavam mais bem preparadas com o referido conteúdo do exame. (MELO, 2006, p. 3)

De acordo com Queiroz (op. cit.), durante todo o século XIX o Rio de Janeiro e Recife foram os centros privilegiados pelos piauienses para cursarem o bacharelado em Direito. Posteriormente, a partir do início do século XX ocorreu a afluência de alunos do Piauí para diferentes escolas de Direito, a exemplo de Belém que, naquela conjuntura, despontava como grande centro de atração, face ao apogeu da borracha. Fortaleza onde a Faculdade de Direito havia sido instalada em 1903, e mesmo o Rio de Janeiro fortalecido pela condição de centro político.

A pesquisa realizada por Melo (2006) enfatizou o papel da educação como vetor das grandes transformações estruturais. Nesse quadro, o Piauí ficou à margem, pois na década de 30 não dispunha de um sistema de educação e, mais precisamente, educação de nível superior que pudesse contribuir com as necessárias e almejadas transformações, estando assim, muito distante da realidade dessas mudanças.

As primeiras ideias sinalizando para a criação de um curso superior em território piauiense vão sendo semeadas pelos jovens bacharéis de Direito que iam estudar fora, e ao retornarem foram construindo a ideia de instalação de um curso superior no Piauí. Essa ideia foi ganhando força nas rodas e nos discursos dos intelectuais com o argumento de que a educação, além de regeneradora da sociedade era essencial ao progresso.

Desse modo, a partir do esforço concentrado de um grupo de intelectuais bacharéis de Direito, foi criada em 14 de abril de 1931 a primeira instituição de ensino superior do Piauí. Tratou-se da Faculdade de Direito, que nasceu, assim, da iniciativa privada.

A fundação da Faculdade de Direito do Piauí se contextualiza em uma época de grande valorização dos cursos jurídicos no País. Essa situação privilegiada das faculdades de direito, herdada do período imperial, se projeta, inequivocamente, na primeira república (BRITO, 1996, p. 84).

Brito (op. cit.), observou que o Piauí nessa época, mesmo sendo um estado de economia predominantemente agropastoril, privilegiou a formação de bacharéis em direito, em vez de profissionais no campo da agricultura e da pecuária, seguindo, portanto, o modelo educacional vigente no País.

Pouco tempo depois, a Faculdade defrontou-se com algumas dificuldades para o seu funcionamento. Uma delas referiu-se à manutenção, onde os problemas surgidos foram se acentuando tendo como consequência a transferência de sua manutenção para o governo estadual que, pelo “Decreto nº 1.471 de 16 de agosto de 1932, considerou a Faculdade como estabelecimento de ensino superior do Estado e assumiu seu custeio e manutenção” (BRITO, 1996, p. 86). Outra dificuldade disse respeito à composição do corpo docente, em função da maioria dos professores serem funcionários públicos ou magistrados, e, ao lado de suas funções, passaram também, a desempenhar o magistério superior. Entretanto, mesmo diante das dificuldades, em 1935 formou-se a primeira turma de bacharéis em Direito no estado do Piauí com 16 formandos.

As décadas que se seguiram, adentrando à segunda República, a única instituição de ensino superior no Piauí continuou sendo a Faculdade de Direito. Esse quadro só veio a se modificar com o surgimento de um significativo número de instituições de ensino superior no país. A abrangência desse fenômeno repercutiu tanto no âmbito do governo federal, como, principalmente, na esfera particular com forte atuação da Igreja Católica a partir de 1945 com o evento da segunda República. Esse contexto propiciou o surgimento da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, o segundo estabelecimento de ensino superior do estado.

3.5.1 Faculdade Católica de Filosofia do Piauí

A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI) foi criada em 1958 integrando a Sociedade Piauiense de Cultura, entidade mantenedora da Faculdade. Sua criação contou com o apoio fundamental do Arcebispo Metropolitano de Teresina Dom Avelar Brandão Vilela, à época presidente da aludida entidade que era formada por um conjunto de organismos culturais (MELO, 2006).

Essa ação dirigida no Piauí, na pessoa de Dom Avelar Brandão Vilela, estava inserida no processo de expansão do número de instituições de ensino superior, principalmente pela atuação da Igreja Católica, com a criação de instituições como universidades, faculdades e outros estabelecimentos ligados à educação [...] (MELO 2006, p. 171).

Inicialmente a Faculdade funcionou com os cursos de Geografia e História (ofertados conjuntamente), Letras Neolatinas compreendendo Português, Espanhol, Francês e Italiano, passando mais tarde a ofertar os cursos de Matemática e de Física. Posteriormente, com a reforma universitária houve o desdobramento do curso de Geografia e História que passaram a ser ofertados de forma independente e o curso de Letras Neolatinas transformou-se no curso de Língua e Literatura Portuguesa. “No final da década de 60 a Faculdade, ao lado das demais Faculdades então existentes, integraram a Universidade Federal do Piauí” (BRITO, 1996, p. 88).

A FAFI, como ficou conhecida no meio acadêmico a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, desempenhou um papel altamente significativo no quadro de renovação e transformação da educação do estado do Piauí, em face da grande contribuição na formação de profissionais para atender, naquele momento, o crescimento acelerado de núcleos para o ensino secundário. Tornou-se desse modo, um centro de ensino conectado com a realidade local e mundial. Ademais, a filosofia norteadora da FAFI estava voltada para o desenvolvimento de ações plurais integrando a sociedade teresinense.

Convém destacar ainda o envolvimento marcante de muitos alunos integrantes do quadro da FAFI em constantes debates envolvendo as questões sociais que afligiam a sociedade naquele momento, pela forma inteligente e comprometida de pensar o mundo, o Brasil e o Piauí. Isso ficou bem evidenciado diante da situação de opressão vivenciada pelo País no período da *ditadura militar*, quando a FAFI constituiu-se em um centro de resistência exercendo um papel político e social de grande relevância no estado do Piauí.

Na década de 1960 surgiram mais duas instituições de ensino superior no estado do Piauí, situadas em Teresina. A Faculdade de Odontologia (1960) e a Faculdade de Medicina (1968). A primeira apoiada pela FAFI, na pessoa de Dom Avelar articulando as estratégias de viabilidade econômica e burocrática, bem como buscando junto ao MEC a autorização para o funcionamento da Faculdade. Desse modo podemos dizer que a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí semeou as bases que propiciaram a criação da Universidade Federal do Piauí, a primeira no estado.

3.5.2 A Universidade Federal do Piauí

Sua criação ocorreu em um momento singular da vida de nosso país, e coincidiu com um período paradoxal da vida política e econômica do Estado brasileiro – o "milagre econômico", denominação dada ao período de desenvolvimento ocorrido durante a ditadura militar, quando ficou evidenciado o aumento da concentração da renda e da pobreza.

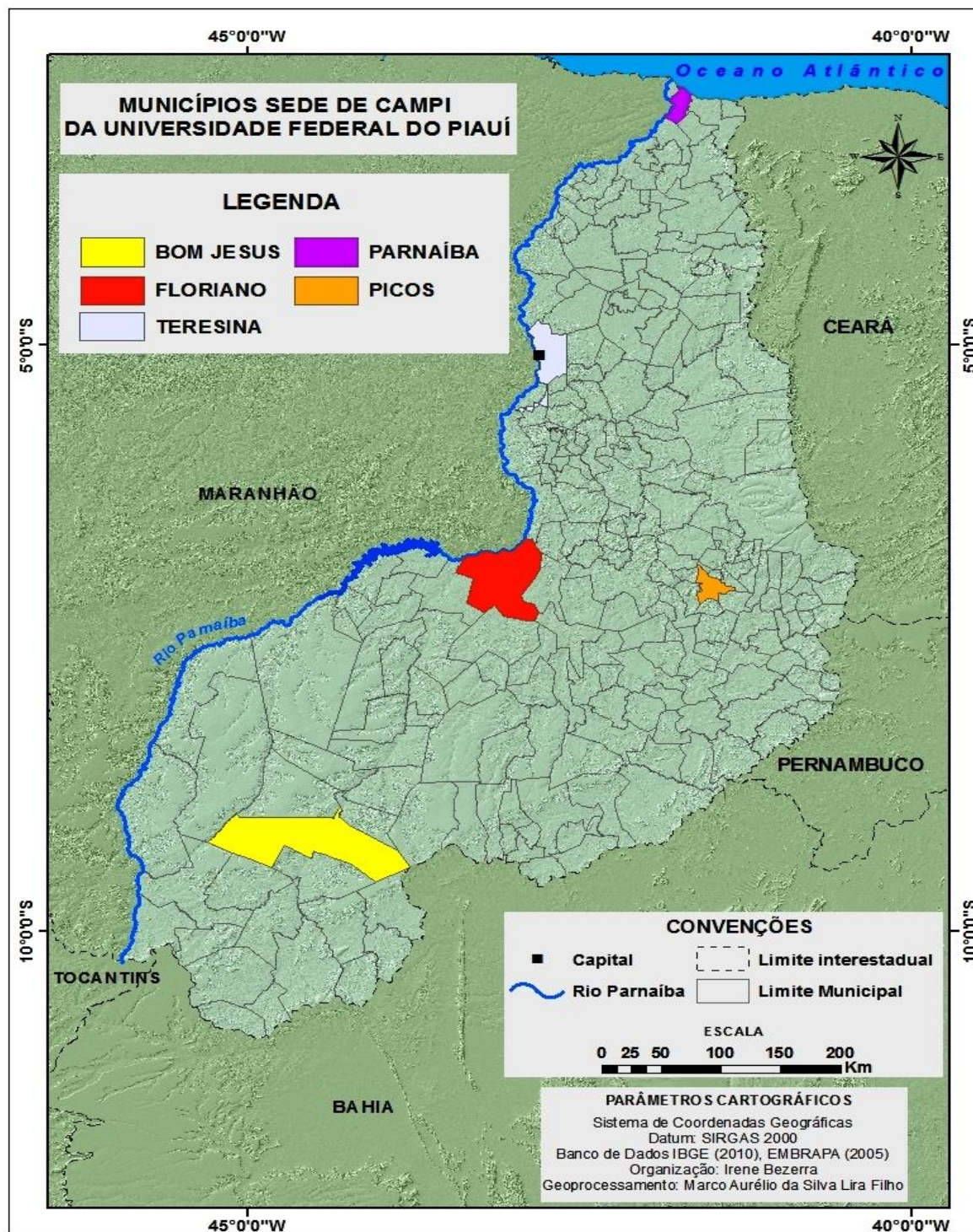
Foi nesse cenário político e econômico que a UFPI emergiu como uma Instituição de Educação Superior que vem contribuindo para o engrandecimento social, político, econômico e educacional do Estado do Piauí e do Brasil. Sua criação resultou do empenho de vários atores, dentre os quais, governantes, e movimentos de base piauiense que, imbuídos de sentimento projetivo e capacidade de olhar para o futuro, proporcionaram a criação de uma IES que tem se destacado no campo da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura em nossa região e no País (RELATÓRIO CPA, 2008, p. S.N.)

A Universidade Federal do Piauí ao longo de sua existência destacou-se no campo da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura em nosso estado e na região. Assim, ampliou gradativamente sua área de atuação, seja na consolidação dos cursos já existentes, na ampliação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, seja ainda pelo estabelecimento de novas linhas de pesquisa e de prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento.

Essa instituição de ensino vem desempenhando papel fundamental na expansão do ensino superior no estado do Piauí com iniciativas no sentido de viabilizar a oferta de novos cursos. Desse modo, expandiu-se no território piauiense

com quatro campi: um na cidade de Parnaíba, um na cidade de Picos, um na cidade de Bom Jesus e um na cidade de Floriano conforme o mapa 7.

Mapa 7 - Municípios sede de campi da Universidade Federal do Piauí



estado do Piauí, não é de se estranhar que entre 1970 e 1985, a única Universidade existente no Estado fosse a Universidade Federal do Piauí, haja vista que a maioria dos profissionais atuantes nas IES públicas e privadas em Teresina, e em outras

idades situadas no interior do Piauí, é egressa dos cursos de graduação e de pós-graduação ofertados pela UFPI.

No sentido de ampliar a oferta de educação superior no Piauí, um passo importante foi dado a partir de meados da década de 80, quando o Poder Executivo Estadual, diante da crescente demanda por ensino superior construiu as bases para que essa ampliação se materializasse. Isso ocorreu com a criação da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

3.5.3 Universidade Estadual do Piauí e o Ensino Superior na cidade de São Raimundo Nonato

A Universidade Estadual do Piauí - UESPI originou-se do Centro de Ensino Superior- CESP, criado pelo Decreto Estadual nº 6.096, de 22 de novembro de 1984, como parte da estrutura da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí- FADEP (entidade vinculada à Secretaria Estadual da Educação do Estado do Piauí). Ao CESP, órgão formador de recursos humanos em nível de 3º grau, competia impulsionar, apoiar e concretizar a ação acadêmica de nível superior por meio do ensino, da pesquisa e da extensão (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL- PDI, 2012 – 2016).

A proposta inicial da UESPI, dada a carência de professores qualificados para o magistério de primeiro e segundo graus (nomenclatura utilizada à época, década de 80, atualmente correspondendo ao ensino fundamental e médio), era consolidar-se como uma instituição voltada para qualificar professores para atender a essa demanda.

A ideia da criação de uma instituição que pudesse apoiar o desenvolvimento do sistema educacional do Estado do Piauí, na década de 1980, só ocorreu no limite de uma realidade extremamente desfavorável para a educação do Estado e no que diz respeito à formação dos seus professores, quando foram identificados índices altíssimos de des controle e ineficiência do sistema. A educação pública no Piauí sofria total estrangulamento nas suas bases: altos índices de analfabetismo, de evasão, de repetência nas séries iniciais do sistema; falta de professores e sobretudo de professores qualificados para atender a essa demanda. Enfim, uma série de distorções que exigiam políticas que viessem para resolver principalmente a situação de caos instalada no interior do Estado (FEITOSA, 2006, p. 3-4).

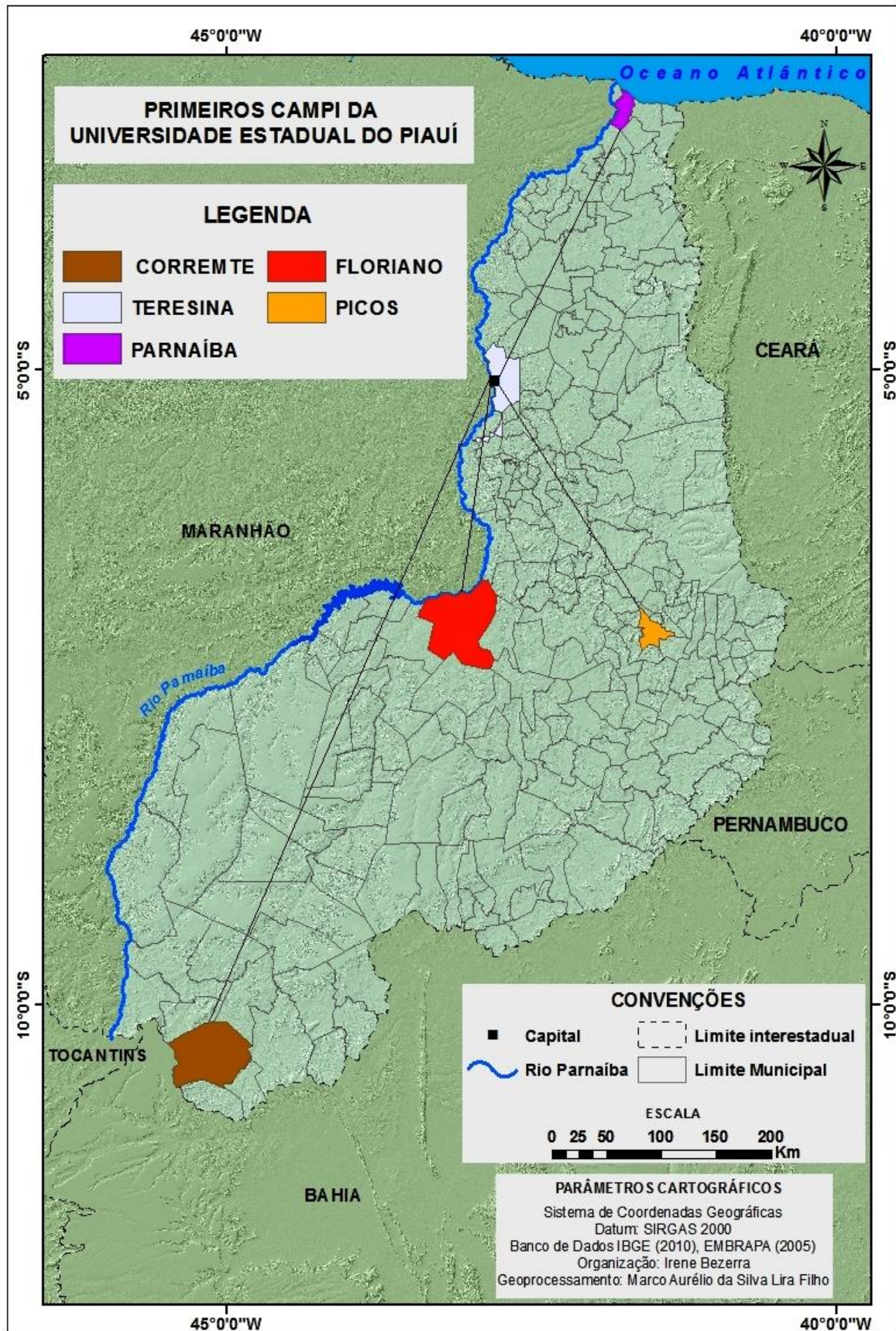
A análise realizada por Feitosa (2004), sobre a política de expansão e interiorização da UESPI focou pontos da conjuntura político-administrativa do Estado do Piauí que marcaram/marcam os rumos desta IES. Segundo a pesquisadora (op. cit.), a UESPI nasceu sob a égide de uma estrutura político-administrativa com tempo e lugar determinados na história da sociedade piauiense, recebendo desta estrutura as diretrizes que nortearam o seu funcionamento e modelo de ensino, e da sociedade a qualificação de elemento indutor e impulsionador do desenvolvimento e de mudanças no Estado do Piauí.

Ao longo de sua existência herdou as características das práticas político-administrativas dos grupos que governaram/governam o estado do Piauí, suas influências e relações de poder, segundo as quais foi sendo definida a estrutura hierárquica no interior da instituição que aglutina as suas demandas. A UESPI apresenta um modelo de gestão que reflete o momento histórico, político, econômico e social vivido pelo estado do Piauí, um ensino marcado, portanto, pelo resultado das políticas e das ações desses grupos, sob as quais se alicerçou a educação superior que temos hoje em nível de Estado (FEITOSA, 2004).

O primeiro vestibular do CESP foi realizado em 1986, onde foram ofertadas 240 vagas distribuídas nos cursos de Licenciatura em Pedagogia/Magistério, Ciências/ Biologia e Ciências/ Matemática, Letras-Português, Letras-Inglês e Bacharelado em Administração de Empresas. As vagas do curso de Administração foram direcionadas à sociedade em geral e as dos cursos de Licenciatura objetivaram a qualificação de professores da rede pública de ensino.

Dando continuidade ao projeto de implementação da universidade, o Poder Executivo em 1988 foi autorizado a prover as condições para a instalação e o regular funcionamento da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Nesse período foi criado o Plano de Carreira dos Servidores e aprovado o estatuto da instituição. Em fevereiro de 1993 foi autorizada a funcionar nos termos de sua regulamentação como Universidade Estadual do Piauí – UESPI, período em que foram criados os campi de Parnaíba, Floriano, Picos e Corrente. Conferir o mapa 8:

Mapa 8 – Primeiros campi da Universidade Estadual do Piauí

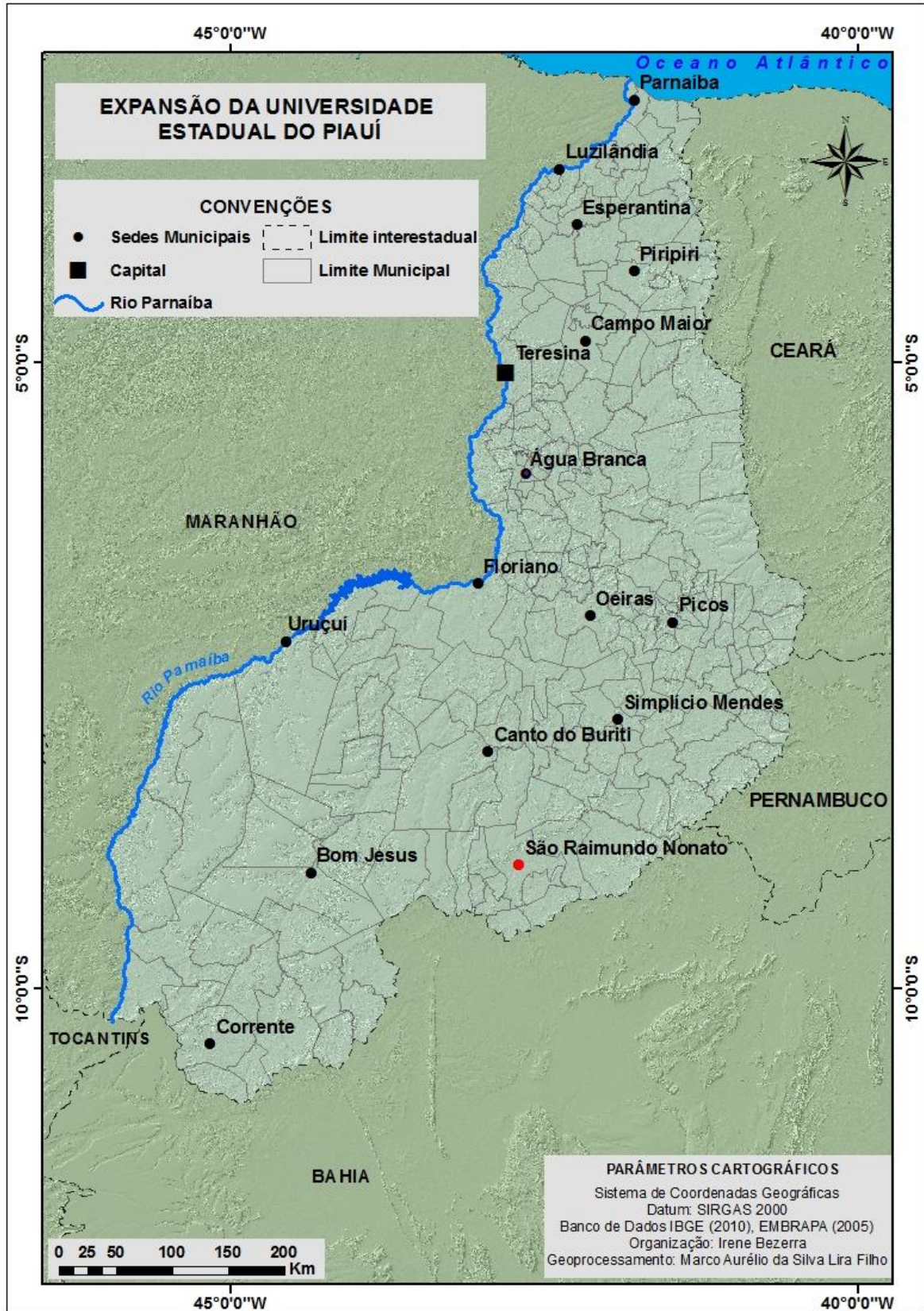


Com o formato de universidade, a instituição instalou um processo acelerado de ampliação do número de cursos e vagas expandindo-se para outros municípios ampliando assim, seu campo de atuação. Por conseguinte, além da ampla expansão dos cursos de graduação em regime regular, a partir de 1989 passa a oferecer também o “regime especial”, o conhecido curso de férias. Essa alternativa de formação de professores surgiu em função do dispositivo da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, que dispõe sobre a necessidade de qualificar em nível de curso superior os docentes da Educação Básica.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996)

No rastro da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a UESPI promoveu a expansão do ensino superior por diferentes cidades do território piauiense (mapa 9), em atendimento a sua finalidade primeira, isto é, ser uma universidade atuante na transformação da educação do estado do Piauí, dotando o interior de professores qualificados em todas as áreas do conhecimento. A falta desses profissionais era um problema crucial, especialmente nas áreas de Matemática, Física, Química e Português, ficando, por conta disso, comprometida a expansão do ensino médio.

Mapa 9 – Expansão da Universidade Estadual do Piauí



A política de expansão da UESPI teve início e amplo desenvolvimento na década de 1990, com suporte nas políticas educacionais do governo federal, que no período deparou-se com o problema da alta demanda por vagas no ensino superior em decorrência da forte pressão que vinha sofrendo por parte dos diferentes setores da economia que buscavam mão de obra qualificada para a necessária adequação ao contexto mundial. Naquele momento, a promulgação da nova LDB (9.394/96) e a legislação complementar constituiu-se/constitui a via legal que permitiu a construção e implementação das transformações almejadas pela sociedade na área da educação.

Diante do exposto, a expansão da UESPI foi compreendida como um fator de desenvolvimento local, como entendido por Dowbor (2006, p. 01), para quem “a ideia de educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno e de gerar dinâmicas construtivas”. Portanto, a UESPI passou a ser uma instituição importante, na medida em que se propôs a formar profissionais com as competências e habilidades para atuar na sociedade contemporânea.

No contexto da política de expansão da UESPI, a cidade de São Raimundo-PI foi contemplada, tanto pela condição de município polo da microrregião em que está situada, como pela significativa tradição na área de educação, e também pelas possibilidades de desenvolvimento de pesquisas no campo da Arqueologia.

Desta forma, a partir do início da década de 1990, precisamente, em 1993, o ensino superior foi instalado na cidade de São Raimundo Nonato, quando foram matriculadas as primeiras turmas para funcionar em períodos de férias coletivas dos professores (os denominados cursos de férias). Todavia, só em 1996 foi realizado o primeiro vestibular com a oferta de vagas para os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, História, Geografia e Pedagogia. A partir daí os cursos passaram a ser ofertados tanto para os períodos convencionais de aula, como para os períodos de férias. De modo que em 1999 a UESPI instalou oficialmente o Campus Ariston Dias Lima na cidade de São Raimundo Nonato (Foto 1), passando a funcionar no ano 2000.

Foto 1: Campus da UESPI em São Raimundo Nonato-PI



Fonte: JÚNIOR, Israel B. Negreiros, 2014

Em 2004, em função do potencial viabilizado pelo Parque Nacional Serra da Capivara, a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) instalou-se em São Raimundo Nonato ofertando inicialmente o curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, e posteriormente o de Ciências da Natureza. A partir de 2010, o Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Piauí (IFPI) foi também implantado, abrindo o leque de oportunidades de ensino superior com dois cursos de graduação (Matemática e Tecnólogo em Gastronomia)

Acrescentamos que a partir de 2007, o ensino superior privado com instituições de caráter particular passou a marcar presença em São Raimundo Nonato percebendo aí um espaço com possibilidades lucrativas no desenvolvimento de suas ações. Oportunamente frisamos que as instituições de ensino superior públicas atraem as particulares tendo em vista que estas tendem a se firmar nos lugares onde já existe uma demanda consolidada.

Assim como qualquer tipo de empreendimento, as instituições de ensino superior possuem seu público alvo – consumidores, alunos -, que demanda serviços que atendem as necessidades, ou preferências de consumo de acordo com o momento em que vivem. O anseio é aprimorar os conhecimentos e as capacidades teóricas que possam ser utilizadas no ambiente profissional ou garantir a entrada nesse mercado altamente competitivo. É a tendência natural de capacitação e especialização imposta pelo mercado de trabalho, o que garante, de certa forma, uma procura potencial por cursos em

áreas específicas como mecanismo de investimento no conhecimento e aprendizagem do aluno (SILVA, 2011, p. 14-15).

Consoante com a Fundação CEPRO (2013), a UESPI está presente em 33 municípios, e o processo de descentralização das IES tem favorecido o desenvolvimento educacional e a qualificação da mão de obra no interior do Estado e reduzido a emigração dos jovens para estudar em outras regiões. Mesmo assim, ressaltou a referida Fundação, que ainda é elevado o déficit de estrutura educacional nas regiões dos Cerrados e da Caatinga, as quais demandam mais investimentos no desenvolvimento de uma política científica e tecnológica capaz de assegurar a disponibilidade de capital intelectual compatíveis com as necessidades e soluções técnicas para o aproveitamento produtivo e sustentável das potencialidades locais.

4 O ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO E A DINÂMICA SOCIOESPACIAL

Este capítulo analisou a dinâmica socioespacial da cidade de São Raimundo Nonato-PI, a partir da instalação das Instituições de Ensino Superior (IES), com base na concepção de espaço como um sistema composto de objetos e ações indissociáveis que se interconectam num processo contínuo, como proposto por Santos (2002). Buscou-se, portanto, identificar e analisar os principais elementos existentes, ou seja, os fixos e os fluxos que compõem esse sistema, incluindo-se as interações interurbanas entre São Raimundo Nonato e as cidades do entorno. Cabe esclarecer que o estudo abrangeu apenas as IES públicas pela maior facilidade de disponibilidade no fornecimento de dados.

Santos (op. cit.) observou que os objetos geográficos abrangem toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou, é uma exterioridade, se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida.

Os objetos que constituem o espaço geográfico são obrigatoriamente contínuos e a população de objetos considerada pelo geógrafo não resulta de uma seleção, ainda que sábia e metódica, do pesquisador. O espaço dos geógrafos leva em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua, todos sem exceção. Sem isso, aliás, cada objeto não faz sentido [...]. O enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas e não apenas como coleções: sua utilidade atual, passada, ou futura vem, exatamente, do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas, geralmente, é também funcional (SANTOS, 2002, p. 73).

Desta forma, a cidade de São Raimundo Nonato - PI, enquanto o espaço privilegiado para nosso estudo foi compreendida dentro da lógica sustentada por Santos (2002, p. 77), em que “objetos e ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua construção original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes)”.

Nesta direção, nos orientamos também pelo pensamento de Carlos (2011), que na amplitude de suas formulações concebe a cidade como uma unidade espacial onde a ação humana se reflete. Ela é o produto da interação social, lugar

da reprodução das relações sociais, da invenção de técnicas que propiciam a manipulação de recursos naturais e da cultura em suas variadas manifestações. Ela se constitui base para a realização ampliada da intervenção direta do Estado e da sociedade na produção e transformação do espaço. Ela é assim, marcada por essa teia de relações.

A autora esclareceu ainda, que a vida da cidade é movida pela conjugação dos aspectos econômicos, social, político e cultural, formando um todo articulado em um movimento incessante de construção e reconstrução. No conjunto desses aspectos destacamos a educação como instrumentação essencial na construção da cidadania. Nesse processo, o ensino superior desempenha papel fundamental pela possibilidade de desenvolver o espírito científico, o pensamento reflexivo e a ampliação da visão de mundo. Sendo assim, poderá ser um caminho para permitir ao cidadão/cidadã “um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de intervenção” (DEMO, 2000, p. 128).

Com esses fundamentos empreendemos a leitura do espaço da cidade de São Raimundo Nonato procurando, inicialmente, nas marcas do passado destacar dois grandes eventos que imprimiram substanciais transformações no contexto desta cidade, notadamente, no que tange a sua fisionomia, a sua estrutura e as suas relações. Tratou-se da exploração da maníoba por volta da primeira metade do século XX, e das descobertas no campo da arqueologia, bem mais recente, década de 1970.

Partimos da convicção de que a realidade espacial é complexa, dinâmica, cujo processo de construção/reconstrução é permanente. Por isso, analisar uma parcela desta realidade exigiu a compreensão das interações entre os diversos elementos de sua composição, tendo em vista que de acordo com o que disse Bernardes.

A realidade não é um todo já acabado. O conhecimento de uma fração da realidade supõe, do ponto de vista metodológico, o conhecimento de suas fontes internas de desenvolvimento e movimento e de sua evolução histórica até o momento que se deseja analisar, posto que os supostos que foram em sua origem condições históricas da formação dessa fração da realidade, depois de surgir e concretizar-se, revelam-se como resultado e condições de sua reprodução, passando a formar parte do processo de reprodução dessa realidade. (BERNARDES, 2000, p. 250-251)

Desta forma, realçou o autor (op. cit.), que o desafio consiste em buscar recompor essa fração da realidade concreta de forma sistêmica, a partir das variáveis fundamentais, levando em consideração que nem todos os fatos podem ser abarcados, ampliadas com as noções de tempo cristalizado e espaço herdado. Portanto, para analisar as transformações mais recentes ocorridas no espaço urbano de São Raimundo Nonato foi fundamental recorrer às heranças históricas e as condições do espaço preexistente que deram origem as mudanças, já que as novas instalações, nas palavras de Bernardes, (op. cit. p. 251), “estabelecerão diferenciais de acordo com o que existe como espaço herdado”.

4.1 A Maniçoba em São Raimundo Nonato

Considerando o período áureo da exploração da maniçoba em São Raimundo Nonato na perspectiva de um evento, recorreremos ao pensamento de Santos (2002), quando assegurou que os eventos históricos supõem a ação humana, podendo, portanto, se compreender que evento e ação são sinônimos, onde ele se instala há mudanças. Sua ocorrência no município de São Raimundo Nonato criou novas possibilidades para o setor da economia e estimulou o crescimento da população constituindo-se um vetor de mudanças.

Conforme já discutido no capítulo I deste estudo, a história deste lugar (São Raimundo Nonato) está ligada aos municípios de Jaicós e Jerumenha, dos quais teve seu território desmembrado e elevado à categoria de distrito eclesiástico pelo decreto da Regência do Império em 1832, com o nome de freguesia de São Raimundo Nonato. Sediada no lugar denominado Confusões, a referida freguesia foi transferida posteriormente para o lugar Jenipapo, onde prosperou um núcleo populacional que logo seria uma vila.

Em conformidade com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), o espaço da vila foi sendo equipado, inicialmente, com um templo que serviu de igreja-matriz (Figura 4), o cemitério de Nossa Senhora de Lourdes, um colégio fundado pelo vigário da freguesia, ruas alinhadas com a construção de casas elegantes, uma praça, e uma feira funcionando aos sábados, onde os lavradores expunham os seus produtos.

Figura 4 - Igreja Matriz da cidade de São Raimundo Nonato



Fonte: <http://www.cidade-brasil.com.br/município-são-raimundo-nonato>

O crescente progresso da então vila semeou as condições para sua elevação à categoria de cidade, fato consolidado por efeito da Lei estadual número 669, de 25 de junho de 1912. Nesse período algumas modificações no espaço da vila se processaram, e a recém-cidade contava com mais um cemitério, o de Nossa Senhora da Piedade, a edificação de uma casa de mercado, uma cadeia, foro (*sic.*) e paço⁸ municipal, na praça do mercado. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959).

Efetivamente, foi por volta desse período que São Raimundo Nonato despontou entre os maiores concentradores de árvores de maniçoba do Piauí, tanto de origem nativa quanto cultivada. Foi um momento promissor, tendo em vista a alta valorização da borracha proveniente do látex desse vegetal, comercializado para o mercado externo como um importante produto para as indústrias pneumáticas da Europa e dos Estados Unidos. Essa fonte de recursos foi responsável pela geração de riqueza no município, fortalecendo, sobremaneira, a economia, como também foi responsável pelo significativo crescimento populacional e pela intensificação do movimento comercial. Isso, decisivamente, refletiu na dinâmica socioespacial desta cidade.

⁸ Palácio real ou episcopal

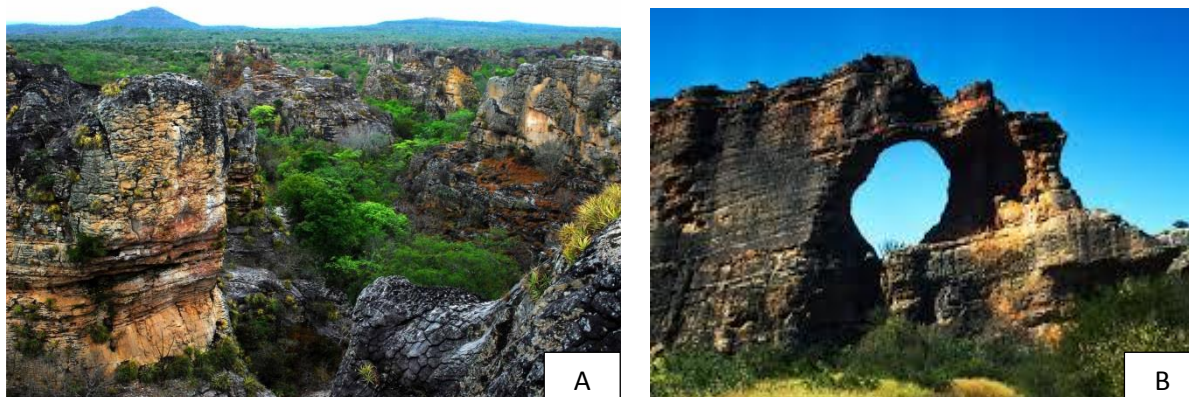
Entretanto, mesmo com os avanços conquistados no auge da extração da maniçoba, chegando à década de 1950, a cidade de São Raimundo Nonato apresentava uma estrutura urbana bastante acanhada. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros supracitada, sua configuração espacial apresentava um desenho com 43 logradouros públicos, dos quais quatro ruas e uma travessa com área de 2.460m² pavimentada em paralelepípedos, algumas unidades de ensino e duas pensões. Existia luz elétrica fornecida pela Prefeitura Municipal, sendo 123 o número de ligações domésticas.

Mais tarde, com o declínio da produção da maniçoba houve a drástica retração da economia do município alterando efetivamente o movimento da vida cidade. Todavia, considerando-se as limitações, São Raimundo Nonato continuou sendo a cidade mais importante da região, exercendo polarização sobre as cidades circunvizinhas, tanto do estado do Piauí como também com um raio de extensão a algumas cidades do estado da Bahia. Anos depois, com o evento das descobertas no campo da arqueologia, São Raimundo Nonato passou a vivenciar um novo momento de mudanças em sua conjuntura.

4.2 As descobertas Arqueológicas

A riqueza cultural envolvida no campo da arqueologia descoberta em São Raimundo Nonato na década de 1970, sob a coordenação da arqueóloga Niède Guidon revelou ao mundo os novos achados arqueológicos com evidências suficientes para questionar a teoria clássica sobre o povoamento do continente americano. Conforme Pessis (2003), as pesquisas realizadas revelaram uma densa concentração de sítios arqueológicos (Figuras 5 A e B), com vestígios da cultura material e espiritual dos grupos que habitaram a região durante milênios. “Trata-se de uma das mais importantes concentrações de sítios com pinturas pré-históricas até hoje descobertas” (PESSIS, op.cit. p. 22).

Figura 5 A e B - Sítios Arqueológicos



Fonte: <http://www.cidade-brasil.com.br/município-são-raimundo-nonato>

Esse patrimônio cultural, tendo a cidade de São Raimundo Nonato como o espaço foco das atenções, abriu as portas do Piauí para o mundo, e, ante a sua importância, o grupo de pesquisadores brasileiros e franceses, que compuseram uma missão científica no Piauí, conseguiu junto ao governo federal do Brasil, a criação de um parque nacional na região da Serra da Capivara. Dessa forma, foi criado, em 1979, no semiárido piauiense, no domínio morfoclimático das caatingas, o Parque Nacional Serra da Capivara, que em função de seu valor cultural foi inscrito pela Comissão do Patrimônio Mundial da UNESCO na lista do Patrimônio da Humanidade.

O Parque e suas adjacências formam um verdadeiro santuário cultural de épocas pré-históricas. A maior parte dos sítios arqueológicos tem suas paredes rochosas cobertas de pinturas rupestres, que são os vestígios que restaram de uma prática ritual repetida durante milênios. Os abrigos mostram, com frequência, cicatrizes do desprendimento de fragmentos das paredes e do desprendimento de muitas figuras e cenas pintadas como resultado da ação de agentes naturais (PESSIS, 2003, p. 43).

Acrescenta a autora que nesse processo de desgaste, algumas pinturas vão desaparecendo ficando apenas esboços dificilmente observáveis. Afirma, que diante disso, aliado ao número de pinturas levantadas e o testemunho de paredes pintadas desagregadas, foi levantada a ideia da quantidade de obras realizadas no decorrer dos séculos e do número ainda maior de registros gráficos desaparecidos.

Os sítios com pinturas localizam-se em espaços relativamente protegidos dos agentes de desgaste natural. A preferência por determinados sítios para a realização das pinturas ainda não foi provada, mesmo existindo indícios que sugerem a existência de critérios de escolha, de acordo com o período em que foram

realizadas. Alguns desses critérios são: as dificuldades de acesso para as espécies animais de grande porte, os cursos dos grandes rios que cavaram na rocha os *canyons* e os boqueirões. Na atualidade, os vários sítios existentes são aqueles que tiveram condições privilegiadas de conservação ao longo do tempo. Nesse sentido, a área do Parque Nacional é privilegiada pela grande quantidade de sítios pintados. Mas, não só essa área, eles existem também na circunvizinhança dessa unidade de conservação.

A distribuição dos sítios no Parque ocorre nos seus diferentes ecossistemas, na chapada, na cuesta nos vales e nos *canyons*. Concentram-se em maior quantidade nas áreas protegidas dos boqueirões, onde os abrigos estão situados em diferentes alturas, desde o nível dos fundos de vales até o alto das chapadas.

É oportuno ressaltar, que a criação do Parque alterou de forma contundente o contexto da vida da cidade de São Raimundo Nonato: de simples cidade encravada no semiárido da região sul do estado do Piauí, passou à condição de cidade que fomenta a exploração do turismo cultural. Essa nova realidade implicou maior atenção por parte do poder público no sentido de prover a cidade com equipamentos urbanos necessários no sentido de fortalecer sua condição de cidade referência para o desenvolvimento do turismo cultural no Piauí. Todavia, vale enfatizar, que as ações empreendidas não foram suficientes para promover a infraestrutura adequada à magnitude do que representa o Parque Nacional Serra da Capivara no que tange à dimensão turística na região.

Temos então em São Raimundo Nonato um ponto de ruptura: de um lado as características de um espaço arcaico às demandas produtivas modernas, onde predominam a sociabilidade fora do alcance do estado, práticas e valores sociais diferenciados dos centros mais dinâmicos, do outro a possibilidade de agregar valor moderno a algo que está encravado neste espaço até então desconhecido, ou seja, este local é chamado a integrar-se de forma brusca às demandas modernas. Já bem mais recente, com a possibilidade de exploração turística e estudos científicos, a cidade passa a contar com políticas estruturantes, mesmo que de forma precária, para integrar a cidade ao mundo através da arqueologia. É nesse período que o estado se faz mais presente e várias instituições do poder público são implantadas fazendo com que a cidade desempenhe um papel de cidade média no semiárido (RIBEIRO, 2013, s/p.).

De acordo com nossa observação *in loco*, e também pontuada por Ribeiro (2013), o patrimônio cultural (Serra da Capivara) provocou a presença mais incisiva

do Estado em São Raimundo Nonato propiciando a instalação de um conjunto de equipamentos na cidade permitindo que aí se concentrassem os mais sofisticados atrativos urbanos da microrregião.

Esses atrativos, não se relacionaram apenas à esfera privada, a exemplo de bares, restaurantes, pizzarias, lanchonetes, postos de combustíveis, hotéis, pousadas, farmácias, supermercados, mercadinhos, lojas e casas de autopeças. Relacionaram-se também com a esfera pública municipal, estadual e federal, como Bancos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal), órgãos de interesse social (INSS, SEBRAE, Receita Federal), órgãos de proteção ao meio ambiente, à cultura e ao turismo (IBAMA, IPHAM, FUNDHAM), instituições de assistência aos comerciários (SESC, SENAC), além de diversos outros estabelecimentos estaduais ligados às secretarias da fazenda, agricultura, educação, Saúde, além do poder judiciário e as instituições de ensino superior (IFPI, UESPI E UNIVASF). A figura 6 é um recorte da visão panorâmica da cidade de São Raimundo Nonato na atualidade (ano 2013).

Figura 6 - Visão panorâmica da cidade de São Raimundo Nonato



Fonte: <http://www.cidade-brasil.com.br/município-são-raimundo-nonato>

4.3 A leitura do espaço da cidade de São Raimundo Nonato-PI a partir da implantação do ensino superior

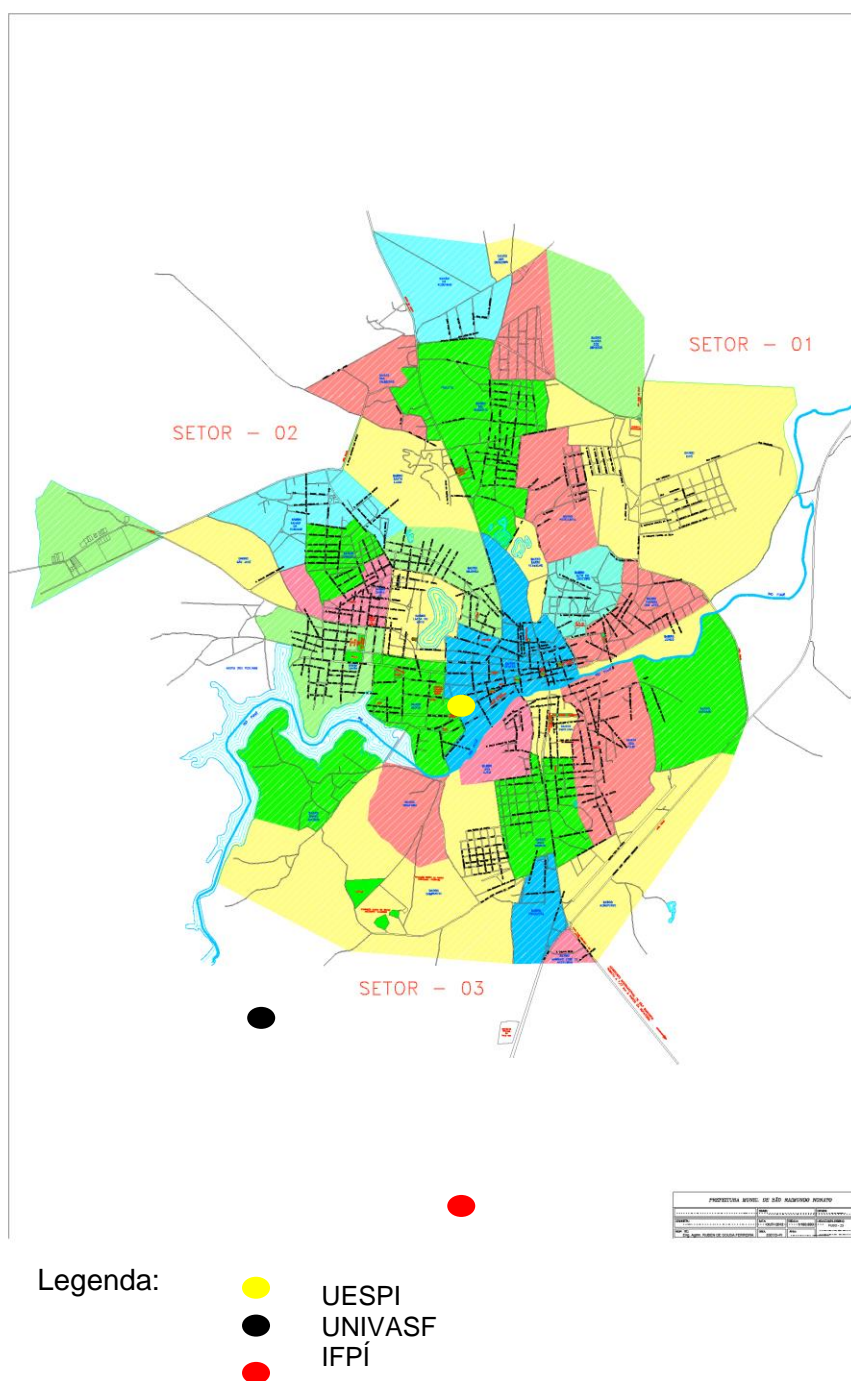
Em decorrência das transformações que se estabeleceram na cidade de São Raimundo Nonato oriundas da movimentação criada em torno do Parque Nacional Serra da Capivara, nossa pesquisa sugeriu que o evento da implantação do ensino superior nesta cidade, a partir da década de 1990, tenha se constituído em um novo momento de efervescência em sua dinâmica socioespacial. Haja vista, que as IES provocaram mudanças nas atividades comerciais, no setor de serviços e no movimento de circulação de pessoas pela cidade, em função da oferta de uma diversidade de cursos tanto nas modalidades de bacharelado como de licenciatura, que além de atender à demanda da própria cidade atrai também alunos residentes nas cidades da microrregião de São Raimundo Nonato e de outros estados brasileiros.

O referido acontecimento implicou na produção de novos fixos espaciais gerando um sistema de objetos vinculados tanto ao setor da construção civil, a exemplo de prédios residenciais, como também ao setor de atividades imobiliárias, de restaurantes, comércio, lazer, dentre outros. Notadamente, foi um novo evento que se instalou propondo uma nova história. Em vista disso foi pertinente destacar o que argumentou Santos (2002, p. 146): “[...] a cada novo acontecer as coisas preexistentes mudam o seu conteúdo e também mudam sua significação [...]. Na verdade os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características”

4.3.1 Distribuição espacial e caracterização das IES públicas

A implantação das IES e sua distribuição espacial demonstrada na figura 5 são indicativas da repercussão na organização do espaço da cidade de São Raimundo Nonato, na medida em que contribuiu para a ampliação do setor de serviços, para a expansão da malha urbana e para a abertura de vias de acesso. Observando a figura podemos identificar a UESPI localizada no centro, a UNIVASF e o IFPI no setor 03 zona sul da cidade.

Figura 7 - Espaço urbano de São Raimundo Nonato



O campus da UESPI (foto 2) funciona nos turnos manhã, tarde e noite com 417 alunos e 63 professores (dados de 2014), distribuídos nos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, História, Geografia e Pedagogia. Em períodos de férias funcionam também os cursos de licenciatura em Matemática e licenciatura em Informática. Em função da localização, em suas imediações se concentram serviços

básicos de lanchonetes, restaurantes, livrarias, xérox, pensões e prédios residenciais para alugar, a exemplo da foto 3.

Foto 2 - Campus da UESPI em São Raimundo Nonato-PI



Fonte: JÚNIOR, Israel B. Negreiros, 2014

Foto 3 - Prédios alugados (para alunos e professores) no centro da cidade



Fonte: JÚNIOR, Israel B. Negreiros, 2014.

A maioria dos discentes da UESPI é originária de municípios que compõem a microrregião de São Raimundo Nonato à exceção dos municípios de Piripiri – PI, Conceição do Canindé-PI e Remanso-BA como mostra o quadro 1:

Quadro 1 – Estado/cidade de origem dos alunos

Estado	Município
PI Microrregião de São Raimundo Nonato	São Raimundo Nonato
	Dirceu Arcoverde
	São Lourenço do Piauí
	Canto do Buriti
	Coronel José Dias
	Anísio de Abreu
	Várzea Branca
	Bonfim do Piauí
PI	Piripiri
	Conceição do Canindé
BA	Remanso da Bahia

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os dados do quadro nos levou a observar que o raio de abrangência do ensino superior pelos variados municípios da microrregião de São Raimundo Nonato possibilitado pela UESPI, a partir da cidade de São Raimundo Nonato, proporcionou formação de nível superior a diversas pessoas de diferentes municípios contribuindo, assim, para a qualificação de mão de obra em toda microrregião. Efetivamente, a oferta de ensino superior nesta cidade cresceu com a instalação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) no Campus Serra da Capivara, em 2004, e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPI) em 2010.

A UNIVASF (foto 4) disponibiliza os cursos de graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial e o de Ciências da Natureza. Funciona com 294 alunos e 25 professores. Pela singularidade do curso de Arqueologia, o Campus foi edificado nas proximidades das instalações da Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM, que abriga em sua infraestrutura o Museu do Homem Americano e o Centro Cultural Sérgio Motta. Este Centro Cultural é composto por uma biblioteca e quatro laboratórios de pesquisas arqueológicas, (Laboratório de Material Lítico, de Material Cerâmico, de Vestígios Orgânicos e de Paleontologia). O corpo de docentes e os discentes da UNIVASF, além de ter acesso ao Museu e aos laboratórios da FUMDHAM para a realização das atividades didáticas do curso, têm a possibilidade

de aceder ao Parque Nacional Serra da Capivara, que fica a 30 km de distância do centro da cidade de São Raimundo Nonato.

Foto 4 - Campus da UNIVASF



Fonte: JÚNIOR, Israel B. Negreiros, 2014

Os discentes da UNIVASF segundo nossa pesquisa, são provenientes de vários estados de diferentes regiões do Brasil conforme expressa a tabela 10. Atribuímos esse fato ao curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial porque são poucos no Brasil, dadas as características do curso que requer condições especiais para o seu funcionamento. No caso de sua implantação em São Raimundo Nonato deveu-se à existência do Parque Nacional Serra da Capivara.

Tabela 10 - Ingressantes por Estado – Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial

ESTADO	Período de Ingresso		Total
	2012.1	2013.1	
AL		1	1
BA	5	11	16
DF	1	1	2
ES		1	1
GO		1	1
PA		1	1
PB		1	1
PE	7	6	13
PI	16	5	21
PR		2	2
RJ		3	3
SP	3	5	8
TOTAL GERAL	32	38	70

Fonte: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2013.

A análise da tabela revelou que dos 70 alunos matriculados em 2012 e 2013 21 (30%) são originários do estado do Piauí e 49 (70%) de diversos estados de diferentes regiões do território brasileiro. Evidentemente, predomina na UNIVASF alunos provenientes de outros estados da federação que passaram a residir em São Raimundo Nonato. Depois do estado do Piauí, a maior demanda é a do estado da Bahia com 16 alunos (22,8%), seguida dos estados de Pernambuco com 13 (18,6%), São Paulo com 08 (11,4%), Rio de Janeiro com 03 (4,3%), o estado do Paraná com 02 (2,8%) e o Distrito Federal também com 02 (2,8%). Os demais, ou seja, Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Pará e Paraíba foram os que apresentaram a menor demanda. Observamos que houve um pequeno crescimento na matrícula do ano de 2013 em relação ao ano de 2012. O conjunto desses dados nos levou a inferir que constitui indicador de mudanças socioespaciais na cidade de São Raimundo Nonato.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPI), foto 5, foi instalado bem mais recente – 2010, por iniciativa do Governo Federal, dentro do projeto de expansão da rede de Ensino Tecnológico do País. Funciona com 450

alunos, 55 professores distribuídos nos cursos de graduação em Matemática e Tecnólogo em Gastronomia. Oferece, também, cursos de nível técnico em Cozinha, em Guia de Turismo, em Informática e em Panificação. Os alunos de outros lugares que frequentam os cursos desta instituição são, na grande maioria, das cidades da microrregião de São Raimundo Nonato.

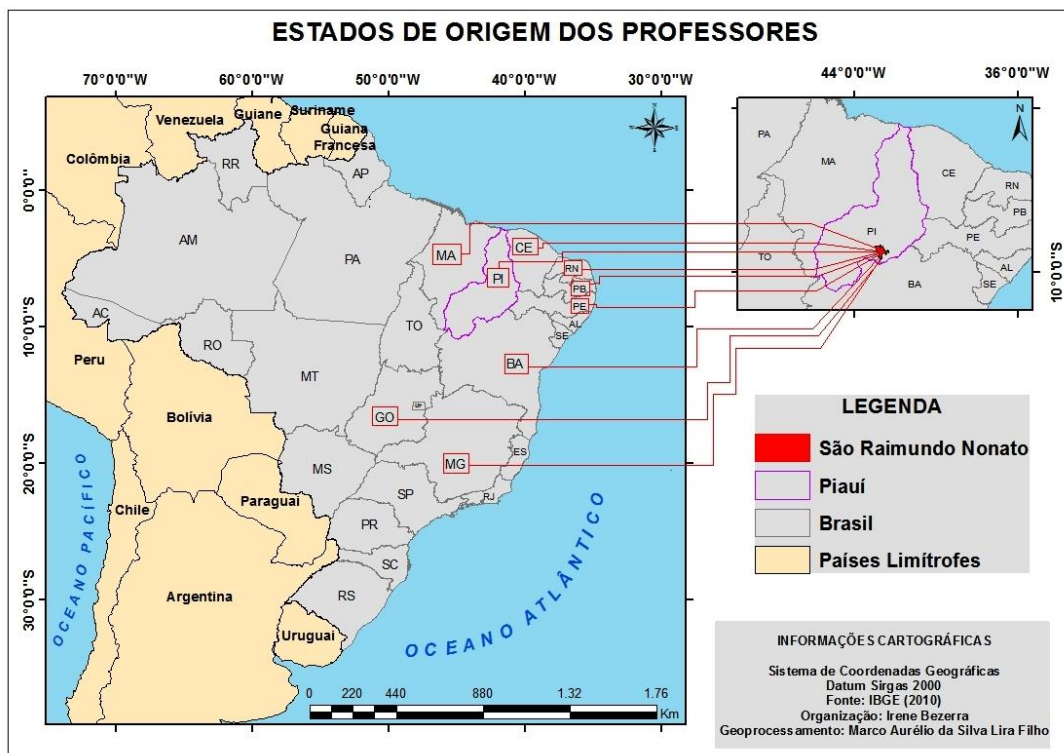
Foto 5 - Instituto Federal do Piauí da cidade de São Raimundo Nonato



Fonte: JÚNIOR, Israel B. Negreiros, 2014.

O levantamento realizado junto às Secretarias Acadêmicas das três instituições públicas de ensino superior relativo à matrícula, estado/cidade de origem dos alunos e dos professores revelou um total aproximado de 1.161 alunos matriculados e frequentando. Quanto aos professores somaram 143 aproximadamente, todos, (exceto um que é de São Raimundo Nonato), originários da capital (Teresina), de outras cidades do estado do Piauí ou de outros estados do país que passaram a ter residência fixa na cidade de São Raimundo como mostra o mapa 10.

Mapa 10 – Estados de origem dos professores



Esses dados direcionaram nossa leitura para a compreensão de que o aporte de profissionais qualificados que chegaram de outros lugares para residir nesta cidade, juntamente com a população de alunos necessitou de moradia, passou a consumir bens, ao mesmo tempo em que exigiu outros serviços como os de transporte, bancário, saúde, segurança, informação e administração pública de modo geral, contribuindo, dessa forma, para intensificar na cidade o aumento dos fixos, dos fluxos de pessoas, de transportes e de informações.

Não podemos deixar de realçar, que embora nossa pesquisa não tenha incluído dados relativos às IES privadas, a contribuição desse segmento nas transformações do espaço urbano de São Raimundo Nonato é expressivo, haja vista a disponibilidade da vasta oferta de cursos de graduação tanto de licenciatura como bacharelado. Ademais, ressaltamos que a maior diversidade na oferta dessas instituições refere-se aos cursos de especialização nas mais variadas áreas do conhecimento.

De outro lado, as IES privadas em conjunto com as IES públicas são responsáveis por um novo movimento e uma nova circulação inter e intraurbana. É um movimento materializado no deslocamento diário realizado por estudantes dos municípios vizinhos que saem de suas cidades de origem, em busca de ensino

superior com retorno ao final das aulas. Os deslocamentos são financiados pelos próprios estudantes, e em alguns casos pelas prefeituras municipais, em razão de não existir linha de transporte público regularmente estabelecido entre a cidade de São Raimundo Nonato e os demais municípios da microrregião. Observamos, portanto, que esse fluxo diário de transportes e de pessoas alterou visivelmente o cotidiano da cidade de São Raimundo Nonato.

Com efeito, podemos dizer que o ensino superior em São Raimundo Nonato, atraindo, especialmente o alunado da microrregião da qual é a cidade polo, passou a se constituir fator determinante tanto na formação de profissionais qualificados para atuar na educação básica e em outras áreas, como também para alavancar outras atividades decorrentes de novas formas de consumo como: livros, material escolar, lanchonetes, moradia e transporte. Ampliou as relações com os municípios do entorno e deu maior visibilidade ao significado da cidade de São Raimundo Nonato na região do semiárido piauiense.

Em face disso, constatamos nesta cidade o que Santos (2002, p. 106) abordou acerca dos movimentos da sociedade ao afirmar que esses movimentos ao atribuírem novas funções às formas geográficas, “transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento”.

4.3.2 Os diferentes olhares sobre as mudanças

Através da realização de entrevistas com proprietários de construtoras, corretores de imóveis, proprietários de restaurantes, professores, alunos e os gestores das IES públicas tivemos a oportunidade de constatar que as demandas geradas pelo ensino superior na cidade de São Raimundo Nonato têm impulsionado vários setores de atividades e serviços como: abertura de Vias de acesso, incremento da construção civil, valorização dos aluguéis, crescimento na venda de imóveis, abertura de restaurantes e, conseqüentemente, a geração de empregos.

O conjunto dessas atividades propiciou as condições para a criação de um sistema de objetos vinculados, principalmente, aos setores imobiliários, de serviços e da construção civil. Dessa forma, surgiram as construções de prédios de apartamentos para estudantes (foto 6), cresceu a procura pela locação de imóveis para alunos e professores surgiram pontos de encontro de pessoas (espaço de

lazer), originando-se de um desses pontos, a “famosa avenida dos estudantes” (foto 7) a construção de vias de acesso para a UNIVASF e o IFPI (foto 8) e a ampliação do fluxo de consumo. Todos esses fatos, aliado a outros movimentos que se processaram no âmbito da cidade, foram redesenhando o espaço urbano de São Raimundo Nonato, que atualmente se configura com novas feições.

Desse modo, pode-se afirmar que além de objetos, o sentido da noção de produção do espaço revela um processo real amplo e profundo como um conjunto de relações, modelos de comportamento e sistema de valores formalizando e fixando as relações entre os membros da sociedade, e, nesse processo, produzindo um espaço em sua dimensão prática [...] (CARLOS, 2011, p. 65).

Foto 6: Prédio de apartamentos no centro da cidade



Fonte: JÚNIOR, Israel B. Negreiros, 2014.

Foto 7: Avenida dos estudantes a noite



Fonte: JÚNIOR, Israel B. Negreiros, 2014

Foto 8: Novas vias de acesso



Fonte: JÚNIOR, Israel B. Negreiros, 2014.

Aos gestores das três IES foi perguntado o que mudou na cidade de São Raimundo Nonato com a implantação do ensino superior. As mudanças por eles enfocadas reforçaram o que foi salientado pelos atores referidos anteriormente. Para os gestores, as IES *a priori*, se constituíram um atrativo para que pessoas de outros

lugares, principalmente da microrregião, se instalassem nesta cidade. Com isso surgiram novas edificações ligadas à expansão da cidade (Fotos 9, 10 e 11) a construção de apartamentos (antes não existiam), a ampliação e melhoria na qualidade de alguns serviços como os de alimentação de modo geral. Porém, ao lado desses aspectos foi enfatizado o agravamento de muitos pontos considerados críticos como destacado na fala que segue:

O ensino superior, sem dúvida vem interferindo nas mudanças socioespaciais nesta cidade. Atrai pessoas, e isso concorre para aumentar a população; várias pensões foram instaladas, casarões antigos são alugados pelas prefeituras das cidades vizinhas para alojamento de estudantes; houve um significativo aquecimento do mercado imobiliário; abertura de vias de acesso ligando São Raimundo às cidades do entorno, bem como vias de acesso na direção da UNIVASF e IFPI, para onde a cidade também se expande. Entretanto, alguns pontos considerados críticos foram agravados: a drenagem urbana, o abastecimento de água, o abastecimento elétrico e a limpeza pública (GESTOR).

Foto 9: Novas construções residenciais e expansão da cidade



Fonte: JÚNIOR, Israel B. Negreiros, 2014.

Foto 10: Novas construções residenciais e expansão da cidade



Fonte: JÚNIOR, Israel B. Negreiros, 2014.

Foto 11: Expansão da cidade na direção da UNIFASF e IFPI (setor 03)



Fonte: JUNIOR, Israel B. Negreiros, 2014.

Do ponto de vista dos professores entrevistados, as mudanças no arranjo espacial da cidade de São Raimundo Nonato influenciadas pelo setor educacional de ensino superior são bem visíveis no centro da cidade para onde converge a maioria dos alunos e todos os serviços como ilustra o depoimento deste professor:

Os alunos procuram o centro da cidade para morar, seja em quitinetes, pensões, casas de famílias que hospedam alunos, ou ainda, casas alugadas pelas prefeituras com essa finalidade, porque tudo está no centro (PROFESSOR)

Os professores também fizeram referência às atividades comerciais pontuando a existência de supermercados, boutiques, sapatarias, material de construção, casas de eletrodomésticos, armarinhos, pizzarias, churrascarias e livrarias; ressaltaram, ainda, a carência de atividades de lazer restritas apenas a baladas, festas, barzinhos e encontros em restaurantes. Deram destaque para a presença de instituições estatais como o IBAMA, bancos, escolas, justiça federal, hospital, dentre outros, que, segundo eles, mesmo com certas restrições dinamizam uma rede de serviços na cidade.

As mudanças por eles pontuadas não se referiram apenas ao conjunto dos novos objetos com seus significados, se relacionaram também à postura crítica dos alunos frente às situações com as quais se deparam no dia-a-dia. Isso foi evidenciado no depoimento que segue:

O que vem mudando muito é a conscientização dos jovens que não se intimidam para fazer críticas principalmente ao poder público local, como também fazer reivindicações, coisas que antes a gente não via aqui em São Raimundo. Depois do ensino superior o movimento na cidade, principalmente, à noite é bem diferente com esses estudantes de fora. Cresceu bastante o ramo do comércio de restaurantes/churrascarias bares, como também aumentou a procura de casas para alugar e a movimentação de transportes para outros municípios. (PROFESSORA APOSENTADA)

Outro dado com expressiva visibilidade no espaço da cidade referiu-se ao fluxo de transporte e de pessoas que obviamente foi intensificado com os deslocamentos dos alunos para as instituições de ensino. Nesse aspecto a pesquisa identificou que 23,4% dos pesquisados dispõe de transporte público fornecido pela própria IES (é o caso dos alunos da UNIVASF), 23,4% utiliza a moto, 6,6% o próprio automóvel e 46,6% utiliza outros meios de transporte, porém não evidenciaram os tipos. Para as cidades vizinhas o fluxo diário é feito através de vans e camionetes.

No que se refere ao consumo de bens e serviços utilizados pelos alunos do ensino superior, a tabela 11 é um indicador da influência financeira desse alunado em São Raimundo Nonato.

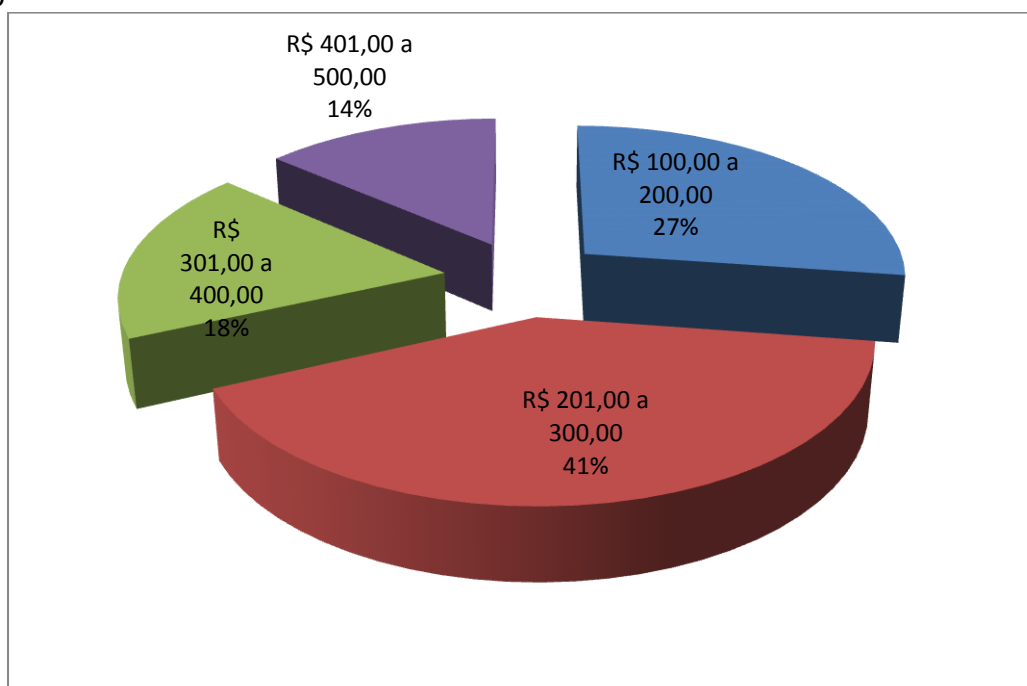
Tabela 11 - Produtos e serviços mais consumidos pelos alunos das IES em São Raimundo Nonato-PI

Produtos e serviços	Total de alunos	%
Vestuário	23	76,6
Alimentos	30	100
Cosméticos/higiene pessoal	26	86,6
Bancários	15	50
Eletrônicos/eletrodomésticos	09	30
Livrarias	00	00
Medicamentos	25	80,3
Outros	20	66,6

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os dados da tabela revelaram que o consumo dos referidos produtos e serviços ampliaram as evidências de que o segmento educacional de ensino superior em São Raimundo Nonato pode ser responsabilizado pelo incremento nas vendas e na circulação de capital no comércio local. Essas evidências foram reforçadas com os dados do (gráfico 1) apresentando o gasto médio mensal realizado pelos alunos no comércio.

Gráfico 1 – Gasto Médio mensal realizado pelos alunos no comércio de São Raimundo Nonato



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Tendo em vista a produção de novos fixos espaciais, bem como novas funções e significados atribuídos a objetos preexistentes, outro dado focado referiu-se ao tipo de moradia utilizada pelos alunos (Tabela 12).

Tabela 12 - Tipo de moradia utilizada pelos alunos

Tipo de moradia	Alunos/Quantidade	%
Casa	14	46,7
Pensionato	08	26,7
Apartamento	06	20
República	01	3,3
Não reside em S. R. Nonato	01	3,3

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Observamos que a maioria, 46,7%, reside em casas, que tanto pode ser alugada pelas próprias famílias, ou casa de amigos, de parentes ou ainda casa alugada pelas prefeituras de suas cidades de origem. Moram em pensionato 26,7% seguido de 20% que moram em apartamento, (novo tipo de moradia na cidade) e 3,3% em república. Isso refletiu no crescimento dos setores imobiliário e da construção civil.

O gasto mensal dos estudantes com moradia alternou entre três faixas de valores em que a maioria, 73%, gasta entre R\$100,00 e R\$300,00, 23,3% entre R\$ 301,00 e R\$ 500,00 e um aluno correspondendo a 3,3% gasta acima de R\$ 700,00 como mostra a tabela 13. Esses valores denotaram que o custo de moradia na cidade de São Raimundo Nonato não é baixo. Esse fato, segundo os corretores de imóveis não se vinculou diretamente ao ensino superior e sim em função do mercado. “O reajuste dos imóveis é devido o mercado imobiliário de São Raimundo Nonato que está supervalorizado”(CORRETOR DE IMÓVEIS).

Tabela 13 - Gasto mensal dos alunos com moradia em São Raimundo Nonato-PI

Valores em R\$	Quantitativo/Aluno	%
Entre 100 – 300	22	73,4
Entre 301 – 500	07	23,3
Entre 501 – 700	-	-
Acima de 700	01	3,3

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Com base nas manifestações dos entrevistados e nas observações *in loco*, tivemos a oportunidade de constatar, que o centro da cidade de São Raimundo Nonato se configura como uma área de concentração do comércio e da prestação de serviços, que em razão do crescimento do tráfego de veículos e de pedestres transmite a ideia de certa desorganização. Entretanto, como bem frisaram os entrevistados, agências bancárias, serviços diversos, escritórios de profissionais autônomos, clínicas médicas, laboratórios, colégios e centros comerciais estão concentrados nesta área central, conferindo, assim, o tom da importância da funcionalidade do centro desta cidade.

Face ao exposto, urge destacar que os resultados das análises apresentados neste estudo sinalizaram para a confirmação de que as transformações socioespaciais ocorridas na cidade de São Raimundo Nonato nos últimos dez anos, tiveram uma contribuição das demandas geradas pelo ensino superior. Na verdade, as evidências se manifestaram na medida em que este setor de ensino gerou um movimento, que gradativamente alterou o cotidiano da cidade com o crescimento populacional, a expansão da malha urbana, a ampliação das atividades comerciais, do setor de serviços e, notadamente, com a interligação mais intensa entre São Raimundo Nonato e as cidades do entorno.

4.4 A reafirmação da cidade de São Raimundo Nonato como polo regional

Como lugar da materialidade do ensino superior na microrregião, a cidade de São Raimundo Nonato concentra 05 IES evidenciando seu caráter centralizador e fortalecendo sua condição de polarização. Essa realidade guarda vínculos com a história da educação desta cidade, que antes mesmo de sua fundação já detinha o diferencial na região, por meio da educação de seu povo comandada pela Igreja Católica. A criação do ginásio Dom Inocêncio na metade do século XX (o primeiro na região sul do estado do Piauí), o pioneirismo da Escola Normal e da Escola de Comércio bem como outras instituições, projetaram a cidade de São Raimundo Nonato no cenário educacional do estado do Piauí.

Na microrregião em que está inserida exerce uma centralidade ímpar no setor de educação, notadamente, no segmento de ensino superior. Entretanto, além dos serviços de educação centraliza ainda atividades ligadas ao setor de saúde com relevante destaque, em razão de sediar o hospital regional e algumas clínicas

particulares com serviços médicos especializados, sendo, portanto, referência regional.

Atreladas ao sistema de saúde encontra-se uma rede de farmácias e drogarias que atende à demanda local e regional. Centraliza também atividades ligadas ao mercado automobilístico com a venda de veículos novos e usados, bem como oficinas e lojas de peças. De modo geral, podemos afirmar que os serviços de educação, de saúde e o comércio são importantes fatores que estreitam as relações entre São Raimundo Nonato e os municípios do entorno.

Pela diversidade de bens e serviços que concentra, a cidade de São Raimundo Nonato constitui-se em um polo regional para o atendimento de necessidades da população local e regional. Pessoas de todas as cidades sob sua influência demandam por diferentes tipos de serviços aí existentes. Por conta disso, diariamente, há um considerável fluxo de pessoas circulando em São Raimundo Nonato para ter acesso a esses bens e serviços.

É um espaço de mediação entre as cidades menores sob sua influência e a capital do Piauí (Teresina) servindo, ainda, de base de deslocamento para outras cidades dentro da microrregião. Ademais, desempenha o papel de centro de crescimento econômico regional, tendo como atividades econômicas preponderantes os setores de comércio e de serviços, além de concentrar o turismo cultural no estado do Piauí. Vale sublinhar que se constitui também num fórum regional de decisões em torno das necessidades da microrregião, uma vez que sedia as diversas instituições regionais de órgãos públicos estaduais e federais.

A partir dessas considerações ficou evidente o importante papel que São Raimundo Nonato representa no contexto da microrregião, exercendo uma centralidade em todos os setores e polarizando uma vasta área territorial.

5 CONCLUSÃO

Quando chegamos à reta final desta pesquisa, nossa primeira inferência foi a de que o assunto não havia sido esgotado. Outras análises ainda poderiam ter sido feitas, sob outras óticas ou abordagens. Em outras palavras, um estudo com pretensões de estabelecer relações entre duas áreas de conhecimento (no caso desta pesquisa Geografia e Educação), faz os enfoques parecerem sempre insuficientes, haja vista a multiplicidade de relações que pressupõe. Desse modo, fomos buscar no referencial teórico os argumentos que contribuíssem para dar consistência às análises, mas temos a convicção de que algumas lacunas ainda persistem.

Vivenciar esta pesquisa nos fez entender que estudar uma realidade, escolhas precisam ser feitas, e neste particular, a nossa opção foi tentar compreender a relação entre o ensino superior e a dinâmica socioespacial da cidade de São Raimundo Nonato-PI através da análise dos fixos e dos fluxos que expressaram/expressam a materialização desta relação. Ficamos convencidos de que vencer o desafio de analisar e interpretar uma realidade significa uma contribuição para a ciência e, em decorrência, para a sociedade. Com essa compreensão procuramos adotar uma metodologia atentando para a visão do momento e para a empiria, com o devido cuidado de observar a necessidade da epistemologia e da ruptura com o senso comum, buscando a origem e o potencial explicativo dos conceitos utilizados, com o zelo de não transportá-los inadequadamente para a realidade analisada.

Partimos da premissa de que uma pesquisa de cunho urbano-educacional relacionando o quantitativo e o qualitativo, algumas constatações precisavam ser feitas para que o estudo não se tornasse uma mera descrição da realidade que se apresentou em determinado momento. Nesse processo identificamos que o ensino superior potencializa a dinâmica socioespacial da cidade de São Raimundo Nonato e reafirma as suas relações interurbanas. Identificamos também, que a relação da educação com a dinâmica do espaço de São Raimundo Nonato sempre foi muito estreita, haja vista, que na constituição de seu território esta dimensão da sociedade foi muito presente, e um importante aliado na conjuntura que projetou este território na região do semiárido piauiense.

Notadamente, no âmbito da microrregião, a cidade de São Raimundo Nonato detém os serviços de educação mais qualificados, dispõe de uma rede de ensino pública e privada mais ampla e oferece os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até o nível superior. Portanto, exerce grande influência sobre os municípios do entorno, extrapolando inclusive, os limites da microrregião ampliando com isso, seu raio de influência e fortalecendo sua posição de polo de atração. Obviamente que isso acarretou problemas diversos, especialmente no que tange ao abastecimento de água (problema sério na cidade), requerendo do poder público um olhar de largo alcance no que se refere às questões de infraestrutura.

A partir das análises realizadas ao longo desta pesquisa foi possível inferir que a instalação do ensino superior na cidade de São Raimundo Nonato guarda vínculos bem definidos com a história da educação desta cidade propiciando a construção de uma sociedade voltada para valorizar a educação e desenvolvê-la com expressividade na região. Somado a esse fato, posteriormente, as descobertas no campo da arqueologia e a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, constituindo-se base para pesquisas arqueológicas, foram fundamentais para a concretização da referida instalação. Com isso, inicialmente foi implantada a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e logo depois a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

A contribuição que a formação de nível superior pode oferecer à sociedade é incontestável. É notório que no decorrer do tempo a demanda por esse segmento de ensino foi aumentado substantivamente em função da nova ordem estabelecida pelo mercado de trabalho que passou a exigir mão de obra qualificada. Isso implicou na mudança de perfil do trabalhador para quem a diplomação passou a ser o pressuposto básico para a entrada e/ou permanência no mercado de trabalho cada vez mais competitivo e seletivo.

Por conta disso, observamos que a implantação do ensino superior na cidade de São Raimundo Nonato situou-se no contexto da expansão desse segmento de ensino pelo território brasileiro por força da pressão que os diferentes setores da economia exerceram gerando a necessidade de ampliação das vagas e consequentemente sua expansão. Assim, a ampliação da oferta de vagas foi crescendo ano após ano, embora tenham sido amplamente concentradas no setor privado.

Efetivamente, podemos concluir que a configuração do espaço da cidade de São Raimundo nos últimos quinze anos teve importante contribuição do movimento provocado pela implantação das IES. Evidências nesse sentido foram constatadas tendo como indicadores as novas dinâmicas socioespaciais surgidas com o aquecimento dos setores imobiliário, e principalmente, o de serviços gerando novos fixos e fluxos que coincidem, temporalmente, com a oferta de ensino superior na cidade.

Esperamos, enfim, que este estudo tenha contribuído para um maior conhecimento da realidade socioespacial e educacional da cidade de São Raimundo Nonato e possa dar luzes para instrumentalizar o delineamento de ações tanto por parte do poder público, como também da sociedade sãoraimundense no sentido de promover os avanços socioespaciais e educacionais nesta cidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo – Recife: Hucitec, 1995.

ARANHA, Maria L. de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia Geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO et. al. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: Edufpi, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2011a (Repensando a Geografia)

_____. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011b

_____. SOUZA, M. L. de.; SPOSITO, M. E. Beltrão. (Orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011c.

CARVALHO, Célia Christina Silva. **Universidade como Agente de Desenvolvimento Local: um estudo do papel da Universidade Estadual de Feira de Santana nos municípios de Amélia Rodrigues e Santo Estêvão de 2003 a 2007**. Universidade do Estado da Bahia. Dissertação de Mestrado, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. O Espaço Geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO et. al. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DIAS, Claudete M. Miranda. A Guerra da Colonização e a Luta pela Terra no Piauí. In: **Carta Cepro**. Teresina, v.18, n. 1, p. 1 – 183, janeiro/junho,2000.

DIAS, William Palha. **São Raimundo Nonato, de Distrito-Freguesia a Vila**. Teresina, 2001.

DOLFUSS, Olivier. **O Espaço Geográfico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial S. A., 1978.

DURHAM, Eunice R. **Educação superior, pública e privada**. Trabalho apresentado no seminário sobre Educação no Brasil em março de 2003. Disponível em www.nupps.usp.br/downloads/docs. Acesso em 03/06/2014.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS, 1959.

FREIRE, H. P.; HOLANDA, V.C.C.de. Expansão dos Serviços de Educação Superior em Sobral: vida de relações na cidade média. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral-CE, v. 13, n. 1, p. 47-55, 2011. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/reg>>. Acesso em: Agosto/2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí em Números**. Teresina, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Potencialidades Agrícolas de São Raimundo Nonato – PI**. 2014.

_____. **Censo populacional do município de São Raimundo Nonato – PI**. 2006.

_____. **Aspectos históricos da cidade de São Raimundo Nonato – PI**. 1984.

FAVERO, Maria de Lourdes de A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em <http://www.sicielo.br/pdf/er>. Acesso em 30/06/2014.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. (do original: La production de l'espace, 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
HAHN, Clari Terezinha.; SILVA, Edima Aranha. As contradições da dinâmica sócioespacial urbana de Foz de Iguaçu – PR um estudo do residencial Bevedere I. **GeolnteAÇÃO**, Três Lagoas – MS, v. 1, n. 1, p. 3-19, Nov. 2009.

LEITE, Angela Faggin. Uma história de movimentos. In: SANTOS, Milton.; SIVEIRA, Maria Laura. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da Pedagogia**. 19. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MANFREDINI, Eduardo Alberto. A Cidade em Movimento: dinâmica sócio-espacial em Limeira. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Curitiba: v. 1, n. 2, p. 163-178, jul./dez, 2000.

MELO, Antônio Mauren Vaz Verçosa de. **Os alicerces da educação superior no Piauí: avaliação das experiências das faculdades de direito e católica de filosofia (1930 – 1970)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2006.

_____. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MENDES, Felipe. Formação Econômica. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. (Org.). **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. In: **Rev. Bras. Educ. Jul.** 2000 nº 14. Disponível em <http://www.sielo.br/pdf/rbedu>. Acesso em 18/05/2014.

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

NETO, Silva. **O Piauí e sua geografia em seus aspectos físicos, humanos e econômicos**. Teresina, PI, 2003.

NUNES, M. C. Portela; ABREU, Irlane Gonçalves. Vilas e Cidades. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. (Org.). **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: significado de montes claros no norte de Minas Gerais**. Doutorado Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2007.

PESSIS, Anne Marie. **Imagens da pré-história**. Parque Nacional Serra da Capivara. FUMDHAM/PETROBRAS, 2003.

PIRES, Valdemir. **Economia da educação: para além do capital humano**. São Paulo: Cortez, 2005.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A Importância da Borracha de Maniçoba na Economia do Piauí**. 2. ed. Teresina: FUNDABI, 2006.

_____. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática S. A., 1993.

REBELO, Emília M. de C. Gonçalves. A Urbanização no Piauí. **Carta Cepro**, Teresina, v.18 n.1 Janeiro/Junho – 2000.

RIBEIRO, Maria L. Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 2. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

SÁ, Alcindo José de. Uma Conversa Sobre o Espaço Geográfico: o pensamento miltoniano como base epistemológica. In: SÁ, A. J. de.; FARIAS, P. S. C. ABANO, G. P. (Orgs). **Milton Santos e o Universo (uno e diverso) brasileiro**. Recife: Universitária da UFPE, 2009.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do Espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, Milton. O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica. **Terra Livre, O Espaço em Questão**. São Paulo: nº 5, Marco Zero, 1988.

_____. **Por Uma Geografia Nova**: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Espaço, Tempo**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. et. al. **Território, território**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. (Orgs.). **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A Problemática Educacional Brasileira e a Questão Didática no Ensino Superior. In: Educação & Sociedade. **Revista Quadrimestral de Ciências da Educação**. Ano IV número 13, dezembro de 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil**. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios>. Acesso em 20/05/2014.

SILVA, Antonio Joaquim. et. al. **Geoprocessamento aplicado ao estudo da dinâmica da produção agrícola e a organização do espaço da mesorregião do sudoeste piauiense**. II Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação. Recife PE, 8-11 de setembro de 2008.

SILVA, Keila Sonalle. **Ensaio sobre a dinâmica da oferta e estratégias das Instituições de Ensino Superior: cooperação entre as esferas pública e privada**. Faculdade Damas – Caderno de Relações Internacionais – v.2, n.3, 2011. <http://www.faculdadedamas.edu.br/revista/index.php/relacoesinternacionais>. Acesso em: Julho de 2014.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **LDB e Ensino Superior** (Estrutura e Funcionamento). São Paulo: Pioneira, 1997.

RIBEIRO, Antonio José Castelo Branco. Parque Nacional Serra da Capivara e as transformações sócio espaciais em São Raimundo Nonato – PI, Brasil. In: **Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos**. Disponível em: <http://www.egal2013.com.pe>. Acesso em: Agosto de 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ENTREVISTA APLICADA AOS CORRETORES DE IMÓVEIS

Data:

Nome:

1 Em sua opinião, com as Instituições de Ensino Superior em São Raimundo Nonato houve aumento na procura de imóveis por parte de professores e alunos?

SIM () NÃO()

2 Houve aumento no valor da venda e do aluguel dos imóveis?

**APÊNDICE B - ENTREVISTA APLICADA AOS PROPRIETÁRIOS DE
CONSTRUTORA**

Data:

Nome:

1 Em sua opinião, as Instituições de Ensino Superior em São Raimundo Nonato incentivaram a construção de novas moradias? SIM () NÃO ()

2 Que áreas da cidade são beneficiadas com as construções?

3 Que novas vias de acesso foram abertas na cidade provocadas pelas Instituições de Ensino Superior?

**APÊNDICE C - ENTREVISTA APLICADA AOS PROPRIETÁRIOS DE
RESTAURANTES**

Data:

Nome:

1 As Instituições de Ensino Superior aqui na cidade contribuem para aumentar o movimento nesse restaurante? SIM () NÃO ()

Como?

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM OS GESTORES DAS UNIVERSIDADES

Data:

Instituição:

Entrevistado (a):

Ano de instalação:

Cursos:

Número de alunos matriculados e frequentando

Estados de origem do corpo docente:

Em sua opinião, o que mudou nesta cidade a partir da instalação e funcionamento das instituições de ensino superior?

APÊNDICE E - ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Instituição:

Data:

Curso:

Entrevistado (a):

Estado de origem:

Moradia:

Sua opinião sobre mudanças no arranjo espacial da cidade de São Raimundo Nonato com a implantação do ensino superior quanto:

Ao comercio:

Ao lazer:

Vias de acesso:

APÊNDICE F - ENTREVISTA PARA SER APLICADA COM OS ALUNOS

Data:

Aluno: _____

Instituição: _____

1 Produtos e serviços mais consumidos por você na cidade de São Raimundo Nonato

() Vestuário

() Alimentos

() Cosméticos/higiene pessoal

() Bancários

() Eletrônicos/Eletrrodoméstico

() Livrarias

() Medicamentos

() Outros:

2 Local de alimentação

() Restaurante da Faculdade

() Comércio

() Em casa

() Lanchonetes

3 Gasto médio mensal no comércio de São Raimundo Nonato

() Abaixo de R\$100

() De R\$100 a 200

() De R\$201 a 300

() De R\$301 a 400

() De R\$401 a 500

() Acima de R\$500

4 Transporte utilizado para o acesso à Faculdade

() Transporte público partindo do centro comercial

() Linha de transporte público a serviço dos alunos

() Automóvel particular

() Moto

() Bicicleta

() Outros

5 Existe oferta de linhas de transporte público a serviço do Ensino Superior nos últimos cinco anos?

6 Tipo de moradia utilizada pelos alunos do Ensino Superior provenientes de outros municípios/estados

() República

() Pensionato

() Apartamento

() Casa

() Não reside em São Raimundo Nonato

7 Gasto mensal com moradia em São Raimundo Nonato:
